

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO**

**JOSUÉ VERNAL SALINA**

**O CUSTO DA JUDICIALIZAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA  
NOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS EM JI-PARANÁ**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
MONOGRAFIA**

**CACOAL – RO  
2017**

**JOSUÉ VERNAL SALINA**

**O CUSTO DA JUDICIALIZAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA  
NOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS EM JI-PARANÁ**

Monografia apresentada à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito, elaborada sob a orientação da professor Esp. William Ricardo Grilli Gama.

**CACOAL - RO  
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Fundação Universidade Federal de Rondônia  
Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

---

S165c Salina, Josué Vernal.

O custo da judicialização do auxílio-doença nos Juizados Especiais  
Federais em Ji-Paraná / Josué Vernal Salina. -- Cacoal, RO, 2017.

117 f. : il.

Orientador(a): Prof. Esp. William Ricardo Grilli Gama

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Fundação  
Universidade Federal de Rondônia

1.Previdência Social. 2.Auxílio-doença. 3.Custo. 4.Judicialização. I.  
Gama, William Ricardo Grilli. II. Título.

CDU 34:368.4

# **O CUSTO DA JUDICIALIZAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA NOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS EM JI-PARANÁ**

**JOSUÉ VERNAL SALINA**

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, para obtenção do grau de Bacharel em Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

---

Professor Esp. William Ricardo Grilli Gama- UNIR - Presidente

---

Professor Dra. Maria Priscila Soares Berro - UNIR

---

Professor Me. Victor de Almeida Conselvan - UNIR

Conceito: 82.

Cacoal, 14 de dezembro de 2017.

Dedico este trabalho às mulheres de minha vida: minha companheira Laihane Raquel, minhas filhas Maria Luiza e Ana Tereza (*in memorian*), minha mãe Tereza (*in memorian*), minha avó e segunda mãe Arminda Evangelista (*in memorian*). Dedico também a meu pai André Mirto Salina (*in memorian*).

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao Grande Arquiteto Universal, uma vez que sem Ele não estaria aqui e jamais conseguiria chegar a este momento, e aos meus orientadores, professor Esp. William Ricardo Grilli Gama e professora Ms. Sônia Mara Nita, pelo incentivo e pela colaboração em orientar-me num espaço tão curto de tempo.

Entretanto, muito mais há a agradecer, pois da figura magra e franzina que aos dez anos de idade vendia jornais pelas ruas de Naviraí-MS ou entregava as roupas lavadas por sua avó, já na cidade de Campo Grande-MS, quase nada resta nos dias atuais, apenas as lembranças e o coração bobo de sempre.

Agradeço a meus pais, André Mirto Salina (*in memorian*) e Tereza Vernal Salina (*in memorian*), por terem moldado o meu caráter e por sempre me incentivarem, pelo amor que me dedicaram e pelas boas lembranças que tenho de minha infância. Agradeço à minha segunda mãe, Arminda Evangelista Mendes (*in memorian*), pelo amor que me dedicou e por nunca medir esforços para nos dar um lar repleto de amor e felicidade. Agradeço a meus irmãos, Nilton, Ricardo, Dr. Fernando e Leila, que, apesar da distância, sempre me incentivaram a retomar meus estudos. Agradeço também a meus sobrinhos Rafael, Ismael, Clara, Anne Kelly, Igor, Maria Eduarda, Stéffany, Carol e João Henrique, pelo amor e carinho dedicados.

Agradeço a minha companheira, Laihane Raquel, e a minha filha, Maria Luiza, por entenderem que o tempo que dediquei a esta empreitada é para poder passar mais tempo com maior qualidade em suas companhias. Agradeço a minha filha, Ana Tereza (*in memorian*), que, apesar do pouco tempo em que estivemos juntos, me mostrou a grandeza do amor verdadeiro.

Agradeço a meus amigos e irmãos de caminhada, Marcelo de Paula Soares, George William Ades e Eldo Rodrigues, por me incentivarem neste projeto de vida e por entenderem minha ausência em momentos importantes. A partir deste momento poderei dedicar mais tempo à obra de nosso Mestre.

Agradeço a todos os professores e colegas de curso, em especial aos que me acompanharam no trajeto diário de 220 km entre as cidades de Cacoal e Ji-Paraná, Fábio Vieira Matos, Aécio Danilo e Heder Souza Inácio.

Agradeço, também, a todos os meus colegas de trabalho e em especial aos também amigos Silvana, João Paulo, Jakelyne, Adriano e Jaasiel pelo incentivo e

pelo auxílio na luta diária. Agradeço, ainda, ao juiz federal- e amigo – Dr. Alaor Piacini, pelo incentivo durante o tempo em que estive no comando da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Ji-Paraná. Agradeço, também, ao juiz federal Marcelo Elias Vieira, pelo apoio durante toda a pesquisa e por entender os momentos em que tive que me ausentar durante a jornada habitual de trabalho – sempre repondo aos finais de semana e feriados – em razão de participar das atividades inerentes ao curso.

## **RESUMO**

A presente pesquisa tem como objetivo aferir o custo unitário da judicialização dos benefícios previdenciários de auxílios-doença nos Juizados Especiais da Subseção Judiciária de Ji-Paraná. Embasando a pesquisa discorreu-se sobre a origem do instituto Previdência, bem como se delimitou os requisitos de filiação ao sistema previdenciário e os requisitos para a concessão do benefício auxílio-doença. Posteriormente, foram traçadas as origens e competência da Justiça Federal para, em seguida, apresentar as características dos juizados especiais federais e os processos afetos a eles. Traçado o campo de pesquisa, coletou-se dados de processos baixados no período de 01.01.2016 a 31.07.2017, os quais se traduziram em resultados, mediante a metodologia aplicada, demonstrando o custo médio unitário de cada processo versando sobre benefício auxílio-doença nos Juizados Especiais da Subseção Judiciária de Ji-Paraná.

**Palavras-chave:** Auxílio-doença. Custo. Previdência.



## **ABSTRACT**

The present research aims to assess the unit cost of the judicialization of the social security benefits of sickness benefits in the Special Courts of the Judicial Subsection of Ji-Paraná. The research was based on the origins of the Social Security Institute, as well as the requirements for affiliation to the social security system and the requirements for granting the sickness benefit were delimited. Subsequently, the origins and competence of the Federal Court were traced to then present the characteristics of the federal special courts and the processes affecting them. Once the research field was drawn up, data from the processes downloaded from 01.01.2016 to 07.07.2017 were translated into results, using the applied methodology, showing the average unit cost of each process regarding sickness benefit in the Special Courts of the Judicial Branch of Ji-Paraná.

**Keywords:** Sickness aid. Cost. Previdência.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1 PREVIDÊNCIA E SUAS ORIGENS .....</b>	<b>13</b>
1.1 ORIGEM DA PREVIDÊNCIA NO BRASIL.....	15
1.2 QUALIDADE DE SEGURADO DO RGPS E OS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA .....	22
<b>2 OBJETO E METODOLOGIA DE PESQUISA.....</b>	<b>26</b>
2.1 A JUSTIÇA FEDERAL .....	26
2.1.1 Os Juizados Especiais Federais Cíveis.....	28
2.1.2 Os Juizados Especiais Cíveis da Subseção Judiciária de Ji-Paraná .....	34
2.3 PROCESSOS PESQUISADOS.....	35
<b>3 RESULTADOS OBTIDOS .....</b>	<b>39</b>
3.1 ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO .....	50
3.2 RESULTADOS OBTIDOS SOB O PRISMA DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO.....	51
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>54</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>57</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>60</b>

## INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da humanidade o homem, ao aspirar uma relação de harmonia em sociedade organizada e justa, criou parâmetros para darem sustentação e garantirem a efetivação de seu propósito, evidentemente adequando esses procedimentos às relações interpessoais.

Tais parâmetros, agregados aos costumes, é que foram transformados em direitos e deveres para cumprimento de uma sociedade organizada, surgindo então o direito, definindo regras organizacionais para o comportamento humano. É por meio dessas regras que se estabelecem todas as relações dos indivíduos em sociedade.

Evolução é um fator constante na humanidade, logo as normas jurídicas devem acompanhar essa tendência, vislumbrando essencialmente minimizar o máximo possível os danos sociais causados por atos ou situações que possam comprometer a vida do homem em sociedade e colocar em risco a paz social.

É neste contexto, de avanço social e luta por melhorias nas condições de vidas dos indivíduos, que surge o sistema previdenciário e o ramo do direito a ele ligado. Assim, a presente pesquisa tem como escopo principal aferir o custo unitário médio nos Juizados Especiais Federais da Subseção Judiciária de Ji-Paraná, dos processos que versem sobre benefício previdenciário de auxílio-doença.

Conforme se verificará, no curso da pesquisa, foi preciso que se delimitasse a origem do instituto previdência, passando das lutas pelas classes trabalhadoras, pela criação dos sistemas de caixa assistencial, chegando-se ao modelo hoje vigente.

Delimitadas as bases do sistema previdenciário, iniciou-se a apresentação da forma e condições de filiação ao regime, bem como as hipóteses de perda de qualidade da segurado e sua recuperação. Tal debate se mostrou pertinente na medida em que se pretendeu discutir o benefício previdenciário de auxílio-doença,

como fator de proteção ao trabalhador em momentos de incapacidade laboral em razão de enfermidades.

Posteriormente, foram trazidas as origens da Justiça Federal, bem como as bases de criação dos juizados especiais. Conforme será demonstrado, os juizados tem sua base de formação no acesso à Justiça como garantia constitucional. Os sistemas dos juizados foram esmiuçados, com vistas a verificar se possuem as características necessárias para responder adequadamente aos seus objetivos.

Tal discussão torna-se relevante ao se considerar que a Constituição Federal de 1988 ampliou significativamente os direitos sociais. Assim, não soaria razoável que o legislador não criasse mecanismos suficientes para a concretização de tais direitos. Contudo, o que se pretende é ir mais além do que o texto frio da lei, verificando-se na prática a real efetividade dos juizados especiais federais.

Conforme será demonstrado, a pesquisa foi realizada em processos baixados<sup>1</sup> (arquivados) durante o período de 01.01.2016 a 31.07.2017 nos Juizados Especiais vinculados à Subseção Judiciária de Ji-Paraná. Conforme a metodologia aplicada, buscou-se aferir os atos praticados pelos serventuários envolvidos nos processos, seu nível de incidência e o tempo médio de realização de cada ato.

Paralelamente também se pesquisou o valor dos salários dos atores envolvidos em todo o processo, tabulando-se os dados para que se pudesse aferir o custo da mão de obra/minuto. Esta sistemática foi estabelecida para se aferir o custo despendido em cada processo com a mão de obra envolvida.

Destaca-se com tal sistemática é possível aferir-se não apenas o custo processual, mas quantos procedimentos são adotados durante a tramitação processual para que o processo resulte em efetiva resposta aos jurisdicionados. Assim, também estar-se-á estabelecendo se os juizados especiais federais em Ji-Paraná estão sendo efetivos em suas competências, considerando-se o número de atos praticados para que se chegue a uma solução do litígio.

Também serão aferidos o tempo médio de tramitação processual e os custos operacionais envolvidos neste interstício. Tal método tem como base que ao entorno do processo existe toda uma estrutura do Poder Judiciário, a qual possui gastos para sua manutenção, tais como custo de locação e manutenção predial, gastos com veículos, materiais de expediente, etc.

---

<sup>1</sup> Processos baixados são aqueles arquivados após a prolação de sentença definitiva.

De posse de todos os dados o objetivo é traduzi-los como valor médio despendido pela Subseção Judiciária de Ji-Paraná para o processamento/julgamento de processos em trâmite perante os juizados especiais, cujo objeto seja a concessão ou restabelecimento de benefício previdenciário de auxílio-doença.

Destaca-se que não se pretende esgotar o assunto, mas servir de base para futuras pesquisas. Conforme se verificará no curso do estudo, os custos totais apresentados representam apenas uma parte do gasto total da União em relação aos processos pesquisados. Tal afirmativa se baseia no fato de que não foram levados em consideração os custos operacionais dos processos em grau de recurso, os gastos realizados pela Procuradoria do INSS, nem os juros pagos em relação na fase de execução das sentenças.

Assim, além de responder ao problema proposto, a presente pesquisa se apresenta como excelente material para futuros estudos, os quais podem aferir as demais etapas envolvidas em todo o processo, bem como servir de subsídio para a adoção de procedimentos mais adequados pelas secretarias judiciais.

## 1 PREVIDÊNCIA E SUAS ORIGENS

O presente estudo tem como foco a mensuração do custo unitário dos processos em trâmite nos Juizados Especiais da Subseção Judiciária de Ji-Paraná, cujo pedido seja a concessão ou restabelecimento de benefícios previdenciários de auxílio-doença. Não se pretende discutir a validade do sistema previdenciário atual, nem mesmo se os requisitos para a concessão do benefício auxílio doença estão alinhados com a legislação pátria vigente. Desta forma, a presente pesquisa segue uma linha dogmática, uma vez que parte do pressuposto de um sistema existente e válido juridicamente.

Contudo, para que se possa adentrar a pesquisa é necessário que se tenha uma visão daquilo que se pretende falar. Nesta linha, Reale (2009, p. 1) afirma que para discutir o direito é preciso que se admita como pressuposto do diálogo uma noção elementar e provisória da realidade do que se pretende falar.

Neste mesmo sentido, Heidegger (*apud* REALE, 2009, p. 1) assevera que:

[...] toda pergunta já envolve, de certa forma, uma intuição do perguntado. Não se pode, com efeito, estudar um assunto sem ter dele uma noção preliminar, assim como o cientista, para realizar uma pesquisa, avança uma hipótese, conjectura uma solução provável, sujeitando-a a posterior verificação.

Nesta ótica, o presente estudo inicia-se com a definição e origem do instituto 'previdência' como valor para o direito. Analisando-se a etimologia da palavra previdência, é possível encontrar sua origem no termo latim *previdentia*, o qual tem por significado 'previsão ou prevenção'. *Previdentia*, por sua vez, também vem do termo latim *praevenire*, que significa, em termos literais, 'vir antes', sendo *prae*, 'antes' e *venire*, 'vir'<sup>2</sup>.

Como se vê, o instituto da previdência, em seu significado puro, tem como origem a preocupação com o trabalhador, no sentido de prevenir situações as quais estes estão expostos. Contudo, o sistema nem sempre foi igual ao que conhecemos hoje em dia. Assim, para se chegar ao modelo atual, muito se evoluiu em relação aos direitos e garantias dos indivíduos, conforme se demonstrará a seguir.

Inicialmente, nos primórdios da civilização humana, o indivíduo obtinha bens com a troca do excedente de sua produção. Nesse sistema, as famílias detinham os

---

<sup>2</sup> Disponível em: < <https://www.significados.com.br/previdencia/>>. Acesso em: 12.out.2017.

meios de produção e trabalhavam para elas mesmas. Aquilo que não era consumido poderia ser trocado com outras famílias por outros produtos. Trabalhar para outro indivíduo era tarefa confiada pessoas cujo *status* era excludente na sociedade. Eram tarefas desempenhadas apenas pelos servos ou escravos (CASTRO; LAZZARI, 2014).

Posteriormente, com a Revolução Industrial passou-se a despontar a forma de trabalho como hoje o conhecemos. O surgimento das máquinas em geral marcou significativamente a separação entre os donos dos meios de produção e aqueles que simplesmente sobreviviam da sua força de trabalho explorada pelos primeiros (CASTRO; LAZZARI, 2014).

Assim, não há como negar que o surgimento de leis de amparo aos trabalhadores teve como marco inicial as transformações ocorridas no mundo com a Revolução Industrial. Nesse sentido, Pierre Laroque (*apud* TAVARES, 2007, p. 38-39), afirma que:

O sentimento de insegurança se tornou sobremodo consciente quando se desenvolveu nas populações trabalhadoras dos centros industriais, isto é, nas populações que não dispõem de nenhuma reserva, nem material nem social, e para as quais a ameaça do futuro é uma ameaça de ausência completa de rendas, de meios de subsistência, se o trabalhador perde o seu trabalho por um motivo qualquer. Para esse trabalhador, a insegurança é total e a ameaça permanente. Eis porque o problema da seguridade social, se não nasceu com a Revolução Industrial, tornou-se afinal consciente em razão desta.

Paralelamente a este momento, ganhou força o movimento da Revolução Francesa, a qual bramava por ideais libertários, proclamando a liberdade individual plena e a igualdade absoluta entre os homens. É nesse cenário que eclodem as manifestações dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e de subsistência. Surgem, então, as primeiras preocupações com os trabalhadores, inclusive de cunho previdenciário, em razão da inquietação dos detentores do poder com a insatisfação popular. Bismarck (*apud* CASTRO; LAZZARI, 2014), governante alemão da época, justificando as primeiras normas previdenciárias afirmou que “por mais caro que pareça o seguro social, resulta menos gravoso que os riscos de uma revolução”.

As revoltas operárias continuaram por todo o século XIX ganhando força, simultaneamente, um movimento cada vez mais tolerante às causas operárias, com reivindicações de proibições de coalizões entre os trabalhadores e de criação de

uma legislação protetora aos trabalhadores. Todo esse cenário culminou numa concepção diversa de Estado, a qual se denominaria Estado Social, Estado de Bem-Estar, ou ainda, Estado Contemporâneo (CASTRO; LAZZARI, 2014).

Eis que surgem as normas de amparo aos trabalhadores, como meio de salvaguardar os indivíduos que em momentos de dificuldades não disponham de meios de prover o seu sustento e de sua família. Neste sentido, afirma Santos (2013, p. 34):

No entanto, o homem sempre se preocupou em garantir seu sustento e o de sua família em situações de carência econômica, enfermidades, diminuição da capacidade de trabalho, redução ou perda de renda. Dessas situações o homem não consegue sair apenas com o seu esforço individual, necessitando do amparo do Estado para prevenir e remediar suas necessidades. Todos esses fatores levaram à busca de instrumentos de proteção contra as necessidades sociais, com reflexos na ordem jurídica.

No final do século XIX foi instituído na Alemanha o seguro-doença obrigatório com a finalidade de proteger os trabalhadores das indústrias. O benefício, de autoria do Otto Von Bismarck, já tinha como paradigma o modelo de tríplice contribuição: Estado, trabalhadores e empresas (TAVARES, 2007).

Em relação às garantias de ordem constitucional, tem-se que a primeira Constituição a incluir a previdência em seu bojo foi a do México, em 1917, a qual é considerada a primeira Constituição Social do mundo, seguida pela alemã de Weimar, no ano de 1919 (TAVARES, 2007).

Posteriormente houve a reformulação procedida por Lord Beveridge (1941/1946), no sistema inglês de seguro social. Há de se destacar, também, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948, e o Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, em 1966. Em termos de sistemas mais regionalizados de proteção aos direitos humanos, há de se mencionar o Protocolo de São Salvador, em 1988, e a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), em 1969 (TAVARES, 2007).

## **1.1 ORIGEM DA PREVIDÊNCIA NO BRASIL**

A exemplo do que se verificou no restante do mundo, o surgimento de um sistema de proteção social no Brasil se deu de forma lenta, a medida em que se



verificou a necessidade de intervenção estatal para suprir deficiências do sistema de liberdade absoluta<sup>3</sup>, partindo do assistencialismo até a formação da Seguridade Social. Nesse sentido, Rocha (2004, p. 45) afirma que:

O desenvolvimento do Brasil, como o da América Latina em geral, não foi caracterizado pela transição do feudalismo para o capitalismo moderno, com um mínimo de intervenção estatal. A relação entre o estado brasileiro e a sociedade civil sempre foi uma relação peculiar, pois as condições nas quais aquele foi concebido – tais como partidos políticos regionais e oligárquicos, clientelismo rural, ausência de camadas médias organizadas politicamente, inviabilizando a institucionalização de formas de participação política e social da sociedade civil – determinaram o nascimento do Estado antes da sociedade civil.

Em razão de tais particularidades, a questão social, tão antiga como a própria história do Brasil como nação, resultou numa situação complexa de tal modo que, enquanto a revolução industrial passava por uma fase de maturação na Inglaterra, por volta dos anos de 1820 a 1830, o Brasil apenas acabara de se tornar independente, deixando de ser colônia de Portugal. Contudo, mesmo com sua independência, o país permaneceu com um sistema econômico arcaico, baseado fundamentalmente, em propriedades latifundiárias utilizando-se de trabalho escravo (ROCHA, 2004).

Dessa forma, antes de adentrar na era industrial, o Brasil apresentava uma profunda desigualdade social ocasionada por uma marcante distribuição desigual de renda. Em razão de todo esse cenário, país somente veio a conhecer verdadeiras normas gerais em matéria previdenciária no século XX (LAZZARI *et al*, 2015).

O marco inicial da Previdência Social brasileira é aceito pela doutrina majoritária como sendo o Decreto Legislativo nº 4682, de 24/01/1923, conhecido como a Lei Eloy Chaves. O referido dispositivo, em linhas gerais, instituía as Caixas de Aposentadoria e Pensões nas empresas de estrada de ferro existentes (LAZZARI *et al*, 2015).

As Caixas de Aposentadoria alicerçavam-se no sistema de contribuição tríplice: segurados, empresas e Estado. Esse sistema assegurava aposentadoria aos trabalhadores, pensão a seus dependentes em caso de morte, bem como assistência médica e auxílio no gasto com medicamentos. Contudo, tal regime era

---

<sup>3</sup> De acordo com José dos Reis Feijó Coimbra (*apud* LAZZARI *et. al.*, 2015, p. 3) “a sociedade, no seio da qual o indivíduo vive, e que por razões de conveniência geral, lhe exige a renúncia de uma parcela de liberdade, não poderá deixar de compensá-lo da perda que sofre, com a atribuição da desejada segurança”.

pouco abrangente, uma vez que era estabelecido por empresa ocasionando, em muitos casos, um número insuficiente de contribuintes para a sua manutenção (LAZZARI *et al*, 2015).

Com o advento da Lei Eloy Chaves foram criadas inúmeras Caixas, ficando a década de 20 ficou caracterizada, então, pela proliferação das Caixas de Aposentadoria e Pensão, vinculadas a empresas e de natureza privada. (TAVARES, 2007).

Posteriormente, na década de 30, houve a unificação das Caixas de Aposentadoria e Pensão em Institutos Públicos de Aposentadoria e Pensão, os chamados IAPs. Nesta época foram criados os IAPs dos comerciários, dos industriários, dos bancários, dentre outros. Com a finalidade de fiscalizar todo esse sistema, foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (TAVARES, 2007).

A Constituição de 1934 passou estabelecer a forma tríplice de custeio e a Constituição de 1937 passou a empregar a expressão “seguro social”. Somente com a Constituição de 1946 é que a expressão “previdência social” passou a ser utilizada no sistema jurídico pátrio. A referida Constituição passou a elencar como riscos sociais a doença, a velhice, a invalidez e a morte (TAVARES, 2007).

Outro marco importante quanto às garantias dos direitos dos trabalhadores foi a criação, em 1960, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, bem como a promulgação de Lei Orgânica da Previdência Social, Lei nº 3.807. O referido dispositivo legal criou normas mais uniformes para o amparo de segurados e seus dependentes dos vários institutos existentes (IAPs) ficando, contudo, excluídos da Previdência os trabalhadores rurais e os empregados domésticos (LAZZARI *et al*, 2015).

Com o retorno do período democrático ao Brasil, são inúmeros os avanços conferidos com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 ao ordenamento jurídico brasileiro. Um dos pontos de mais destaque refere-se aos direitos e garantias individuais. A Lei Maior estabelece, dentre os seus princípios fundamentais, a cidadania e a dignidade da pessoa humana<sup>4</sup>, colocando os direitos de seus cidadãos num grau de extrema importância.

Hélio Bicudo (2010, p. 1) vai mais além ao destacar o texto constitucional:

---

<sup>4</sup> A um olhar mais atento cumpre ressaltar que o termo ‘dignidade da pessoa humana’ diz respeito ao indivíduo, ao cidadão. O termo ‘pessoa humana’ não se traduz como uma redundância conferida pelo constituinte originário ao texto constitucional, uma vez que nem toda pessoa é humana. No ordenamento jurídico brasileiro existe a figura da ‘pessoa jurídica’.

A Constituição fez uma coisa inusitada. No Brasil, até então, todas as constituições contemplavam direitos e garantias individuais no final delas. A Constituição de 1988 trouxe esse rol de direitos e garantias praticamente para o seu pórtico. Pode não ter sido o pórtico num primeiro momento, mas o foi logo em seguida. E o pórtico é uma afirmação de que o Estado democrático de direito apenas existe se forem respeitados os direitos e garantias individuais. Eu entendo que somente isso já foi uma conquista muito importante. Na verdade, é o reconhecimento de que os direitos humanos são o fundamento do Estado democrático. As garantias individuais e sociais são os direitos humanos, nem mais nem menos.

Conforme se evidencia, o legislador brasileiro delegou à figura do cidadão, uma importância nunca antes contemplada pelas Constituições brasileiras anteriores. Ademais, ao assegurar a dignidade da pessoa humana como fundamento da República Federativa do Brasil, o constituinte originário consagrou o Estado brasileiro como uma organização centrada no ser humano, e não em qualquer outro referencial.

Desta vista, compreende-se que o Estado brasileiro não está fundamentado na propriedade, nem em organizações religiosas, nem mesmo no próprio Estado, mas na pessoa humana. Na acepção de Paulo e Alexandrino (2007) “A dignidade da pessoa humana concede unidade aos direitos e garantias fundamentais [...]. Esse fundamento afasta a idéia de predomínio das concepções transpessoalistas de Estado e Nação, em detrimento da liberdade individual”.

Acerca da dignidade da pessoa humana cumpre ressaltar que esta se liga diretamente com o direito à vida, à intimidade, à honra, dentre outros. Neste sentido, Fagnani (2010, p. 1) explica que:

[...] saúde, educação e previdência, por exemplo, passam a ser tratados como direitos e não como filantropia ou caridade. Na mesma perspectiva, destaca-se o princípio da universalidade, ou seja, os direitos são para todos. Qualquer pessoa, por exemplo, hoje tem acesso gratuito ao Sistema Único de Saúde (SUS). A universalidade se contrapõe à idéia da focalização, por meio da qual são priorizados “os mais pobres dentre os pobres”. A Constituição foi muito importante, por ser o embrião do Estado de Bem-Estar Social, que se contrapõe ao Estado Mínimo.

O texto constitucional assenta a dignidade da pessoa no reconhecimento de duas posições jurídicas ao cidadão onde, de um lado manifesta-se como um direito de proteção individual, não somente em relação ao Estado, mas, também, aos demais indivíduos, e de outro lado como dever fundamental de tratamento igualitário dos próprios semelhantes (PAULO; ALEXANDRINO, 2007).

Ainda, quanto ao princípio da dignidade humana, destacam-se os ensinamentos formulados por Robert Alexy (2006, p. 355):

Para além das fórmulas genéricas, como aquela que afirma que o ser humano não pode ser transformado em mero objeto, o conceito de dignidade humana pode ser expresso por meio de um feixe de condições concretas, que devem estar (ou não podem estar) presentes para que a dignidade da pessoa humana seja garantida. Sobre algumas dessas condições é possível haver consenso. Assim, a dignidade humana não é garantida se o indivíduo é humilhado, estigmatizado, perseguido ou proscrito.

Por sua vez, o termo cidadania, utilizado pelo constituinte originário, deve ser interpretado em sentido amplo. Ou seja, não se satisfaz a cidadania com a simples atribuição de direito formal político ativo e passivo aos cidadãos que atendam aos requisitos legais. É essencial que o Estado desempenhe uma atuação concreta, com o escopo de incentivar e oferecer condições propícias à participação política dos indivíduos na condução dos negócios do Estado.

A cidadania, expressa no texto constitucional, exige do Estado uma concreta implementação de mecanismos que conduzam o indivíduo na busca de fazer valer seus direitos, assegurando e oferecendo condições materiais para a integração irrestrita do indivíduo na sociedade política organizada. Neste sentido, Silva (2000, p. 124) ensina que:

O certo, contudo, é que a Constituição de 1988 não promete a transição para o socialismo com o Estado Democrático de Direito, apenas abre as perspectivas de realização social profunda pela prática dos direitos sociais que ela inscreve e pelo exercício dos instrumentos que oferece à cidadania e que possibilita concretizar as exigências de um Estado de justiça social, fundado na dignidade da pessoa humana.

Corroborando com esta assertiva, a Constituição Federal, em seu preâmbulo, afirma que o Brasil constitui-se como “Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, [...] o bem-estar, [...] a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna [...]”.

Nesta ótica, o art. 193 da Constituição Federal prescreve que “A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais”. Como se vê, o legislador originário buscou efetivar a norma prevista no preâmbulo da Lei Maior. Assim, o capítulo II do Título VIII da Constituição trata da Seguridade Social como meio de alcance efetivo do bem-estar da população, nos

seguintes termos:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- I - universalidade da cobertura e do atendimento;
- II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V - equidade na forma de participação no custeio;
- VI - diversidade da base de financiamento;
- VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

Como explicitado no texto constitucional, a seguridade social abrange a saúde, a previdência e a assistência social. É uma rede de proteção aos mais desamparados (seja por condições sociais ou de saúde), possibilitando a efetivação do estado de bem-estar social insculpido no inciso IV do art. 3º da Constituição.

Não obstante possuírem definições diversas é comum a confusão entre seguridade social e previdência social. Cabe destacar, deste modo, como conceito de seguridade social 'o conjunto de ações com vistas à garantir segurança à sociedade'. Como já dito, tais ações são efetivadas em três áreas: previdência social, saúde e assistência social, ou seja, seguridade é gênero e previdência é espécie (AGRA, 2014).

Conforme Orlando Soares (*apud* AGRA, 2014, p. 47), a origem do vocábulo seguridade social pode ser explicada da seguinte forma:

A noção de seguridade social evoluiu dos princípios da previdência social, que por sua vez se originou do chamado direito social, abrangendo múltiplos aspectos. [...] Sob esse prisma, os fundamentos do direito social se apoiam na função social do Estado, que tem por finalidade realizar o desenvolvimento nacional e a justiça social, princípios esses que passaram por uma longa discussão e evolução histórica, no entrechoque de debates, entre as quais se destacaram dois principais grupos: liberalistas e intervencionistas.

Quanto à previdência social, ela é um dos pilares do sistema de seguridade social brasileiro, o qual busca amparar o cidadão a ela vinculado em momentos excepcionais de sua vida. Assim, em situações onde o segurado não disponha de recursos suficientes e necessários para a manutenção de sua família, a previdência

funciona como uma espécie de seguro, patrocinado por toda a sociedade e pelo Estado (AGRA, 2014), conforme art. 201 da Constituição:

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

II - proteção à maternidade, especialmente à gestante; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

III - proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

IV - salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

V - pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º.

Há de se destacar que o perfil da previdência social brasileira resulta de uma longa história e resulta de inúmeras e complexas causas, desde a pressão e conquista de direitos sociais até redirecionamentos políticos. A pressão anterior à promulgação da Constituição de 1988 cresceu com a exigência de expansão da abrangência e cobertura, a fim de extinguir as desigualdades e iniquidades que marcaram o sistema até a década de 80 (PIRES, 1986).

Consoante o texto constitucional de 1988, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) não contempla a totalidade da população, mas apenas a população economicamente ativa que, mediante contribuição e nos termos da lei, fazem jus a benefícios, os quais não estão abrangidos por outros regimes específicos de seguro social (LAZZARI *et al*, 2015).

Há de se destacar que, de acordo com a Constituição de 1988, estão excluídos do RGPS os servidores públicos civis regidos por sistema próprio de previdência, os militares, os membros do Poder Judiciário e do Ministério Público e os membros do Tribunal de Contas da União, todos por possuírem regime previdenciário próprio. Também são excluídos os que não contribuem para nenhum regime, uma vez que não exercem qualquer atividade (LAZZARI, *et al*, 2015).

Assim, o sistema previdenciário nacional atual tem como objetivo assegurar aos seus filiados o mínimo necessário em situações de adversidade. Todo o sistema é custeado pelo trabalhador, cuja filiação é compulsória, conforme se verá a seguir, pelas empresas e pelo próprio Estado, o qual possui fontes de arrecadação específicas para o custeio de todo sistema. Ou seja, todo o sistema é baseado na

contribuição solidária entre todos os membros da sociedade, conforme deixa claro Lazzari *et al* (2015, p. 22):

Assim, como a noção de bem-estar coletivo repousa na possibilidade de proteção de todos os membros da coletividade, somente a partir da ação coletiva de repartir os frutos do trabalho, com a cotização de cada um em prol do todo, permite a subsistência de um sistema previdenciário. Uma vez que a coletividade se recuse a tomar como sua tal responsabilidade, cessa qualquer possibilidade de manutenção de um sistema universal de proteção social.

Um estudo divulgado pela Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil afirma que a Seguridade Social, da qual a previdência é um de seus pilares, é financiada de forma direta e indireta por toda a sociedade. Consoante o texto constitucional, o Estado deve gerir todo o sistema de seguridade e previdenciário com repasses orçamentários e mediante recursos das contribuições sociais incidentes sobre o faturamento, a folha de pagamentos, o lucro das empresas, os importadores de bens e serviços e os salários dos trabalhadores (ANFIP, 2017).

Como demonstrado, o legislador originário assegurou uma série de direitos aos seus cidadãos, dentre os quais, benefícios pagos em pecúnia a quem necessite. Com o intuito de regulamentar tais benefícios, foram editadas as leis 8.212/1991 e 8.213/1991. De acordo com tais dispositivos, preenchidas determinadas condições, os indivíduos podem ter acesso a estes benefícios, resguardando, portanto, o mínimo necessário à sua existência, bem como sua dignidade.

## 1.2 QUALIDADE DE SEGURADO DO RGPS E OS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA

Conforme explanado, a legislação pátria vigente assegura àqueles cidadãos filiados ao sistema previdenciário nacional determinados direitos, os quais podem ser pagos em pecúnia conforme situações específicas previstas em lei. Neste ponto, analisar-se-á como o trabalhador adquire e mantém a qualidade de segurado do RGPS, bem como as condições necessárias para que os trabalhadores tenham acesso ao benefício previdenciário de auxílio-doença.

Como já ventilado acima, a filiação do trabalhador ao RGPS, salvo os casos

de sistema previdenciário próprio, é obrigatória. Ou seja, independe da manifestação de vontade a vinculação jurídica do trabalhador à Previdência Social, nos casos em que exerça atividade de trabalho remunerada. Tal situação é explicada devido ao fato de que, caso a filiação fosse facultativa, o esforço do Estado em resguardar o indivíduo em eventos protegidos pela Previdência não surtiria efeitos (CASTRO e LAZZARI, 2014; LAZZARI *et al*, 2015).

Veja-se a seguinte situação hipotética em que o indivíduo, no intuito de que sua renda mensal seja aumentada, não deseje contribuir ao sistema previdenciário. Logo não estaria filiado a tal regime e também não estaria resguardado em situações, por exemplo, de incapacidade laboral em razão de doença. Ou seja, todo o sistema falharia com este indivíduo ante a sua possibilidade de opção em estar filiado ao RGPS.

Assim, a filiação do sistema previdenciário nacional se dá com o início do dever de recolhimento de valores ao regime. Ou seja, a partir do momento em que o indivíduo comece a exercer atividade laboral remunerada surge a obrigatoriedade de recolhimento. Neste sentido assevera Lazzari *et al* (2015, p. 32):

[...] não há regime previdenciário na ordem jurídica brasileira que admita a percepção de benefícios sem a contribuição específica para o regime, salvo quando a responsabilidade pelo recolhimento de tal contribuição tenha sido transmitida, por força da legislação, a outrem que não o próprio segurado. Ainda assim, isso não significa dizer que haja possibilidade jurídica de se estabelecer na ordem vigente, benefício previdenciário sem que tenha havido participação do segurado no custeio.

Nesta ótica, casos de inadimplemento das contribuições previdenciárias, cuja obrigatoriedade de recolhimento tenha sido transferida por força de lei a outra pessoa que não o segurado, configura-se como inadimplemento de obrigação tributária e não ausência de filiação ao RGPS por parte do trabalhador.

Ainda, há de se destacar as situações em que, mesmo não exercendo atividade remunerada, ao cidadão é dado o direito de filiar-se ao RGPS, mediante recolhimento de valores diretamente ao sistema. Ou seja, àqueles cidadãos que desejem filiar-se ao sistema previdenciário e não tenham auferido renda advinda do trabalho, sua participação não é compulsória, mas a lei admite sua participação para efeito de maior proteção social (LAZZARI; CASTRO, 2014).

Considerando já adquirida a qualidade de segurado do trabalhador, cumpre analisar quando surge o direito à percepção do benefício auxílio-doença, objeto de



pesquisa no presente estudo.

O benefício previdenciário auxílio-doença, previsto no artigo 26 da Lei 8212/91, é devido ao segurado em virtude de sua incapacidade temporária, sempre que for suscetível a sua recuperação, desde que necessite de afastamento de suas atividades laborais por mais de 15 (quinze) dias, respeitado o período de carência exigido em lei (TAVARES, 2007).

Ou seja, sempre que um trabalhador filiado ao RGPS estiver acometido de doença que o incapacite para as suas funções laborais por mais de 15 (quinze) dias, estará acobertado pelo benefício auxílio-doença. Contudo, há de ser observado que para a concessão do benefício é necessário que se cumpra um período mínimo de carência, conforme preceitua a Lei 8213/91, nos seguintes termos:

Art. 25. A concessão das prestações pecuniárias do Regime Geral de Previdência Social depende dos seguintes períodos de carência, ressalvado o disposto no art. 26:

I - auxílio-doença e aposentadoria por invalidez: 12 (doze) contribuições mensais;

[...]

Art. 26. Independe de carência a concessão das seguintes prestações:

[...]

II - auxílio-doença e aposentadoria por invalidez nos casos de acidente de qualquer natureza ou causa e de doença profissional ou do trabalho, bem como nos casos de segurado que, após filiar-se ao RGPS, for acometido de alguma das doenças e afecções especificadas em lista elaborada pelos Ministérios da Saúde e da Previdência Social, atualizada a cada 3 (três) anos, de acordo com os critérios de estigma, deformação, mutilação, deficiência ou outro fator que lhe confira especificidade e gravidade que mereçam tratamento particularizado;

[...]

Art. 27. Para cômputo do período de carência, serão consideradas as contribuições:

I - referentes ao período a partir da data de filiação ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), no caso dos segurados empregados, inclusive os domésticos, e dos trabalhadores avulsos;

II - realizadas a contar da data de efetivo pagamento da primeira contribuição sem atraso, não sendo consideradas para este fim as contribuições recolhidas com atraso referentes a competências anteriores, no caso dos segurados contribuinte individual, especial e facultativo, referidos, respectivamente, nos incisos V e VII do art. 11 e no art. 13.

Art. 27-A. No caso de perda da qualidade de segurado, para efeito de carência para a concessão dos benefícios de que trata esta Lei, o segurado deverá contar, a partir da nova filiação à Previdência Social, com metade dos períodos previstos nos incisos I e III do caput do art. 25 desta Lei.

O que se depreende do texto legal é que o filiado para ter direito ao recebimento ao benefício auxílio-doença deverá ter cumprido o período de carência equivalente a 12 (doze) contribuições mensais. Estão isentas deste período as

doenças provenientes de acidente de qualquer natureza ou de doenças constantes em lista elaborada pelos Ministérios da Saúde e da Previdência Social (CASTRO; LAZZARI, 2014).

Ademais, em caso de perda da qualidade de segurado, o filiado ao sistema previdenciário deverá cumprir com metade do período previsto para que possa usufruir do benefício. Ou seja, deverá realizar mais 6 (seis) contribuições mensais.

## 2 OBJETO E METODOLOGIA DE PESQUISA

Como já mencionado no capítulo anterior, o foco do presente estudo é a mensuração do custo unitário dos processos no âmbito dos Juizados Especiais da Subseção Judiciária de Ji-Paraná, os quais versem sobre a concessão de benefício auxílio-doença. No presente capítulo delimitar-se-á o local e o objeto de pesquisa e, posteriormente, a metodologia aplicada.

### 2.1 A JUSTIÇA FEDERAL

A Justiça Federal tem sua origem no Decreto nº 848, de 11 de outubro de 1889, por meio do qual o Governo Provisório, inspirado na lei orgânica do Poder Judiciário dos Estados Unidos, criou o Supremo Tribunal Federal e instituiu a Justiça Federal. Já naquela época adotou-se o sistema de dualidade da justiça brasileira, sendo uma justiça para os estados-membros e outra para a União (BOCHENEK; NASCIMENTO, 2011). A Constituição de 1891 tratou de incorporar tal sistema, conforme artigo 51, nos seguintes termos: “O Poder Judiciário da União terá por órgãos um Supremo Tribunal Federal, com sede na capital da República, e tantos juízes e tribunais federais distribuídos pelo país quantos o Congresso criar”.

O referido modelo foi mantido até a Constituição de 1934, contudo, com o advento da Carta de 1937, unificou-se a Justiça Federal com as justiças estaduais. Em 1946, com a promulgação de uma nova Constituição, manteve-se a tendência unificadora das justiças, mas criou-se o Tribunal Federal de Recursos, com a finalidade de desafogar o Supremo Tribunal Federal. Em seu artigo 104, a referida Constituição trazia a competência do Tribunal Federal de Recursos:

Art 104 - Compete ao Tribunal Federal de Recursos:

I - processar e julgar originariamente:

a) as ações rescisórias de seus acórdãos;

II - julgar em grau de recurso:

a) as causas decididas em primeira instância, quando a União for interessada como autora, ré, assistente ou oponente, exceto as de falência; ou quando se tratar de crimes praticados em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral e a da Justiça Militar;

b) as decisões de Juízes locais, denegatórias de habeas corpus, e as proferidas em mandados de segurança, se federal a autoridade apontada como coatora;

III - rever, em benefício dos condenados, as suas decisões criminais em processos findos.

Como se vê, criou-se uma estranha situação, uma vez que o Tribunal Federal foi criado com característica de uma Justiça Federal apenas de 2ª instância. Com o ato institucional nº 2 de 1965 a Justiça Federal foi reestruturada, retornando-se à dualidade (Justiças Estaduais e Federais), a qual foi mantida pela Carta de 1969 e pela Constituição de 1988 (BOCHENEK; NASCIMENTO, 2011).

Há de se destacar que a Constituição Federal de 1988 extinguiu o antigo Tribunal Federal de Recursos criando em seu lugar cinco Tribunais Regionais Federais, da maneira que persistem até os dias atuais. A finalidade e competência da Justiça Federal, a qual tem sua previsão legal extraída do artigo 106 da Constituição Federal, nos seguintes termos: “Art. 106. São órgãos da Justiça Federal: I - os Tribunais Regionais Federais; II - os Juízes Federais.”

Como se vê, o próprio texto constitucional traz a previsão de existência e organização da Justiça Federal e, no artigo 109, é estabelecida a sua competência para processamento e julgamento material:

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;

Ou seja, compete aos juízes federais processar e julgar toda e qualquer ação em que a União, por meio de sua Administração Direta ou Indireta, seja parte, exceto as de falência, de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e do Trabalho. Como se vê, são inúmeras as causas que estão sob a competência da Justiça Federal e, como já mencionado, com o advento da Constituição de 1988, o constituinte originário buscou implementar ferramentas para que o cidadão pudesse exercer a sua cidadania de uma forma plena. Pode-se afirmar, portanto, que a cidadania é formada pelos direitos que garantem o exercício da liberdade individual.

Deste modo, se fez necessário que o Estado propiciasse ao cidadão o acesso à Justiça. Assim, a Constituição Federal de 1988 e a democratização dos direitos individualizados, por ela assegurados, aumentaram significativamente a demanda por decisões judiciais. São milhares de processos que culminaram por abarrotar o Poder Judiciário brasileiro em todas as suas instâncias (BICUDO, 2010).

Assim, é inegável que um processo cujo objeto não demande uma produção de provas ou procedimento mais robusto, se perderia diante dos milhares de processos propostos diariamente perante a Justiça Federal. Deste modo, buscando dar uma resposta mais célere aos anseios da população, foram instituídos os Juizados Especiais na Justiça Federal.

### **2.1.1 Os Juizados Especiais Federais Cíveis**

A lei 10.259/2001 instituiu os Juizados Especiais Federais (JEFs) como uma ferramenta de acesso ao Poder Judiciário, com vistas à prestação de uma jurisdição mais célere e eficaz. A sua competência vem insculpida no art. 3º da Lei 10.259/2.001:

Art. 3º Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.

§ 1º Não se incluem na competência do Juizado Especial Cível as causas:

I - referidas no art. 109, incisos II, III e XI, da Constituição Federal, as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, execuções fiscais e por improbidade administrativa e as demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos;

II - sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais;

III - para a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal;

IV - que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou de sanções disciplinares aplicadas a militares.

§ 2º Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de doze parcelas não poderá exceder o valor referido no art. 3º, caput.

§ 3º No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial, a sua competência é absoluta.

A grosso modo, os JEFs são competentes para processar e julgar as ações de competência da Justiça Federal nos limites de até sessenta salários-mínimos, cujo objeto seja de baixa complexidade e que não versem sobre atos administrativos, salvo os de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal. Tal restrição justifica-se em razão do trâmite mais célere nos JEFs, os quais são regidos pelos princípios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação. Estes princípios estão previstos na Lei 9.099/95, a qual tem aplicação subsidiária à Lei

10.259/2001. Neste sentido, pesquisa realizada pelo IPEA (2012, p. 10) assevera que:

Em 2002, atendendo aos comandos da Lei n. 10.259, de 12 de julho de 2001, a Justiça Federal deu início à instalação de juizados especiais em suas diversas regiões. Com foco nas causas de baixa relevância econômica e menor potencial ofensivo, os juizados especiais federais vieram cumprir dois objetivos principais: ampliar o escopo de atuação da Justiça Federal, aproximando-a da sociedade, de um lado; e tornar o processo judicial mais célere, garantindo efetividade à prestação jurisdicional, de outro.

Como se vê, diferentemente do que ocorre nos juizados especiais estaduais, onde há uma opção pelo procedimento, nos juizados federais a sua competência é absoluta quando se tratar de causas compreendidas no art. 3º da Lei 10.259/2001. Ainda, em casos onde o valor da causa ultrapasse os 60 (sessenta) salários-mínimos, e o autor queira se beneficiar com o rito mais célere dos juizados, basta que realize, de forma expressa, renúncia aos valores excedentes ao teto dos JEFs.

Ademais, destaca-se que os prazos processuais adotados pelos juizados são mais céleres que os das varas cíveis comuns, bem como não há prazo diferenciado para que as partes se manifestem. Ou seja, independentemente das prerrogativas das partes, nos juizados todos estão em pé de igualdade em relação a prazos processuais (art. 9º da Lei 10259).

Superada a questão do valor de competência dos Juizados, cumpre como é calculado o valor da causa para fins de estabelecer a competência dos juizados federais. O código de processo civil estabelece que o valor da causa, onde se discutam obrigações de trato sucessivo e de tempo indeterminado, compreenderá a totalidade do valor das parcelas vencidas acrescidas do valor de 12 (doze) parcelas vincendas, nos seguintes termos:

Art. 292. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será:

[...]

**§ 1º Quando se pedirem prestações vencidas e vincendas, considerar-se-á o valor de umas e outras.**

**§ 2º O valor das prestações vincendas será igual a uma prestação anual, se a obrigação for por tempo indeterminado ou por tempo superior a 1 (um) ano, e, se por tempo inferior, será igual à soma das prestações. (Grifo nosso)**

Assim, resta claro que o teto limite de 60 (sessenta) salários-mínimos de competência do juizado especial federal engloba as parcelas vencidas acrescidas

das 12 parcelas vincendas. Neste sentido é firme a jurisprudência:

PREVIDENCIÁRIO. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PEDIDO DE CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE PRESTAÇÕES VENCIDAS E VINCENDAS. APLICAÇÃO DO ART. 260 DO CPC C.C. ART. 3º, § 2º, DA LEI N.º 10.259/2001 PARA A FIXAÇÃO DO VALOR DA CAUSA. FEITO QUE ULTRAPASSA O VALOR DE SESSENTA SALÁRIOS-MÍNIMOS. INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO FEDERAL ESPECIAL. DOMICÍLIO DA PARTE AUTORA NÃO É SEDE DE VARA DA JUSTIÇA FEDERAL. OPÇÃO DE FORO. ART. 109, § 3º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPETÊNCIA RELATIVA. SÚMULA N.º 33/STJ. DECISÃO MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. 1. Conforme entendimento desta Corte, para a fixação do conteúdo econômico da demanda e, conseqüentemente, a determinação da competência do juizado especial federal, nas ações em que há pedido englobando prestações vencidas e também vincendas, como no caso dos autos, incide a regra do art. 260 do Código de Processo Civil interpretada conjuntamente com o art. 3º, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001

(STJ - AgRg no CC: 103789 SP 2009/0032281-4, Relator: Ministra LAURITA VAZ, Data de Julgamento: 24/06/2009, S3 - TERCEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: --> DJe 01/07/2009)

Durante a pesquisa, foram detectados argumentos das partes quanto à renúncia realizada para fins de estabelecer a competência dos JEF's, quando os valores das parcelas vencidas por si só não ultrapassam 60 (sessenta) salários-mínimos, valor alcançado apenas com a inclusão das parcelas vincendas. Neste ponto, verificou-se que o entendimento adotado pelo Tribunal Federal da 1ª Região, da qual a Subseção Judiciária de Ji-Paraná é integrante é o de que não há que se falar em renúncia a parcelas que ainda não venceram, mas em renúncia a parcelas vencidas, tantas quantas forem necessárias, para inclusão das 12 parcelas vincendas. Neste sentido destaca-se o seguinte julgado:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEGISLAÇÃO FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. RENÚNCIA PARA DEFINIÇÃO DE COMPETÊNCIA DE JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO PARA FIXAR A TESE DE QUE A RENÚNCIA APRESENTADA PARA DEFINIÇÃO DE COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS, RESSALVADA MANIFESTAÇÃO EXPRESSA DA PARTE AUTORA, SOMENTE ABRANGE AS PARCELAS VENCIDAS SOMADAS A DOZE PARCELAS VINCENDAS NA DATA DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. Ante o exposto, voto por conhecer o Pedido de Uniformização e dar-lhe provimento para substituir o acórdão recorrido e fixar a tese de que a renúncia apresentada para definição de competência dos Juizados Especiais Federais, ressalvada manifestação expressa da parte autora, somente abrange as parcelas vencidas somadas a doze parcelas vincendas na data do ajuizamento da ação.

(TNU - PEDILEF: 00079844320054036304, Relator: JUIZ FEDERAL FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA, Data de Julgamento: 14/04/2016, Data de Publicação: 10/06/2016)

Resta claro, portanto, que caso a parte julgue ser o rito dos juizados mais benéfico para si e queira ajuizar ação perante sua competência, em casos de parcelas vencidas e vincendas, a soma dos valores não pode ultrapassar o teto de 60 (sessenta) salários-mínimos, caso contrário deverá ajuizar sua ação diretamente em uma das varas cíveis da Justiça Federal.

Contudo, resta esclarecer que a renúncia inicialmente realizada para fins de se estabelecer a competência dos Juizados Especiais Federais impede que a parte autora, ao final do processo, receba valores superiores a 60 (sessenta) salários-mínimos. Ultrapassado o período de doze meses do ajuizamento da ação (lembrando que o valor da causa inclui as doze parcelas vincendas da data da propositura da ação) sem que tenha ocorrido o termo final do processo, as parcelas que vencerem a seguir deverão ser incluídas nos cálculos de execução.

Ou seja, supondo-se que o valor de uma causa que inicialmente ultrapassasse o teto de 60 (sessenta) salários-mínimos, demorasse 3 (três) anos para ser julgada e ter sua sentença executada, poderia ter um valor final de execução bem superior ao teto dos JEF's.

Foi o que ocorreu em um dos processos pesquisados. A ação foi proposta no ano de 2010, tendo o autor realizado a renúncia inicial de forma expressa, com valor da causa exatamente no teto dos JEF's, cujo valor à época era de R\$ 30.600,00 (Trinta Mil e Seiscentos Reais). Após sete anos de tramitação e vários recursos interpostos pelo INSS, o valor da execução ultrapassou a quantia de R\$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais).

Destaca-se que, em casos semelhantes, ao autor ainda é facultado fazer nova renúncia para fins de recebimento dos valores de forma mais célere. Há de se explicar que os valores a serem pagos pela Fazenda Pública, os quais não se enquadrem como de pequeno valor, deverão ser pagos por meio de precatório, conforme artigo 100 da Constituição Federal:

Art. 100 Os pagamentos devidos pelas Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

Assim, de acordo com o §5º do artigo 100, os precatórios que forem



apresentados até 1º de julho deverão ter seus pagamentos efetuados até o final do ano seguinte, nos seguintes termos:

§ 5º É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

A quantia de pequeno valor, para fins de recebimento por requisição diversa do precatório, tem sua definição extraída do artigo 17, §1º da Lei 10259: “as obrigações ali definidas como de pequeno valor, a serem pagas independentemente de precatório, terão como limite o mesmo valor estabelecido nesta Lei para a competência do Juizado Especial Federal Cível (art. 3º, caput)”.

Assim, valores abaixo de 60 (sessenta) salários-mínimos são requisitados por meio de Requisição de Pequeno Valor (RPV), a qual tem prazo para pagamento de 60 (sessenta) dias, conforme artigo 17, caput, da Lei 10259: “Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado no prazo de sessenta dias, contados da entrega da requisição, por ordem do Juiz, à autoridade citada para a causa.”

Caso o valor exceda o limite para expedição da RPV e o credor queira se beneficiar com o prazo de recebimento mais célere, lhe é facultado a realização de renúncia à quantia excedente.

Ademais, destaca-se que nos Juizados Especiais Federais só tramitam ações de baixa complexidade, não permitindo que tal sistema adote perícias ou produção de provas de alta complexidade. Contudo, nos processos pesquisados, houve a realização de perícias médicas a fim de se aferir alegada incapacidade dos autores. Neste sentido, pesquisa realizada pelo IPEA (2012, p. 12) destaca que:

Reproduzindo a experiência desenvolvida na Justiça Estadual desde a década de 1980 e que se ampliou a partir de 1995, com o advento da Lei n. 9.099, de 26 de setembro daquele ano, a implantação dos juizados especiais federais seguiu um modelo jurisdicional inovador, pautado pelos princípios da celeridade, da informalidade, da simplicidade, da oralidade e da economia processual, buscando garantir, sempre que possível, a conciliação ou a transação penal (Lei n. 9.099/95, art.2º). Ademais, os juizados especiais representaram o engajamento da Justiça Federal no compromisso já abraçado por amplos setores do Judiciário brasileiro com a remoção dos obstáculos ao acesso à justiça [...]. Não por outra razão, proporcionam gratuidade das custas judiciais e dispensabilidade de representação legal na primeira instância, têm competência para julgar

causas cujo valor não ultrapasse sessenta salários mínimos,

Entretanto, não há de se confundir a simples realização de perícia médica com procedimento de alta complexidade. Conforme os casos pesquisados, as perícias realizadas pelos juizados especiais seguem o rito simples, onde a parte é convocada para comparecer à presença de um médico designado, munida de todos os exames que possam comprovar sua incapacidade.

Apesar de existirem no quadro de peritos da Justiça Federal médicos de algumas especialidades (ortopedista, psiquiatra e cardiologista), a maior parte das perícias é realizada por clínico geral. Destaca-se que, conforme pesquisado, o Juizado Especial Federal adjunto da 2ª Vara Federal de Ji-Paraná faz referência à desnecessidade de realização de perícia por médico especialista, utilizando-se como referência parecer do próprio Conselho Federal de Medicina. Ademais, os peritos médicos dos juizados apenas aferem a alegação de incapacidade laboral das partes, utilizando-se para tanto os exames clínicos e laudos médicos apresentados durante a perícia.

Durante a pesquisa, outra ferramenta importante encontrada para propiciar o tão almejado acesso à Justiça, foi a atuação do setor denominado “Atermação”. Ressalta-se que no município de Ji-Paraná não possui pólo de atendimento da Defensoria Pública da União (DPU) e, durante a pesquisa foi recebida a informação de que a Defensoria Pública do Estado de Rondônia (DPE) não atua no âmbito da Justiça Federal por não ter convênio com a DPE.

Desta forma, a Justiça Federal organiza o chamado setor de atermação, visando auxiliar àquelas pessoas que não possuam condições de contratar advogado particular, a ajuizarem suas ações. Destaca-se que nos Juizados Especiais Federais a presença de advogado não é obrigatória, conforme se depreende do artigo 10 da Lei 10259: “As partes poderão designar, por escrito, representantes para a causa, advogado ou não”.

Assim, no setor de atermação as pessoas economicamente hipossuficientes são atendidas por um servidor da Justiça Federal, o qual reduz a termo as declarações da parte, protocolando-as junto ao setor de protocolo judicial (SEPJU) da subseção judiciária. Destaca-se que, para fins de atendimento no setor de atermação são consideradas hipossuficientes as pessoas enquadradas como presumivelmente necessitadas de acordo com o enunciado 38 do Fórum Nacional

dos Juizados Especiais (FONAJEF): “Para fins da Lei nº 10.259/01, presume-se necessitada a parte que perceber renda até o valor do limite de isenção do imposto de renda”.

Neste ponto, cabe esclarecer que o FONAJEF é um fórum de pesquisas, onde se debatem temas afetos aos Juizados Especiais Federais, a fim de orientar os juízes federais em suas decisões. Nesse sentido, ensina Malta (2012, p.1):

[...] o Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais (Fonajef) é um evento promovido anualmente pela Ajufe (Associação dos Juizes Federais) desde 2004. Seu objetivo é discutir temas, sistemáticas e soluções para aprimorar o funcionamento dos juizados especiais federais, a partir do debate a respeito das mais diversas situações vivenciadas pelos juízes federais que atuam nestes órgãos da Justiça Federal. O Fonajef é um fórum eminentemente científico. Suas discussões são travadas no âmbito dos grupos de trabalho formados pelos juízes participantes. As conclusões de cada grupo são submetidas a uma plenária final e encaminhadas ao Conselho Nacional de Justiça, ao Conselho da Justiça Federal e aos tribunais regionais federais, por meio de enunciados, que podem ser transformados em súmulas.

Como explanado acima, o rito de processamento e julgamento das causas perante os Juizados Especiais Federais são mais céleres e contemplam uma forma de pagamento mais simples e rápida, propiciando às partes uma resolução mais adequada às causas de baixa complexidade.

### **2.1.2 Os Juizados Especiais Cíveis da Subseção Judiciária de Ji-Paraná**

A Subseção Judiciária de Ji-Paraná está vinculada à Seção Judiciária de Rondônia, que possui sua sede em Porto Velho, capital do Estado. A Seção Judiciária de Rondônia, por sua vez está vinculada ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o qual engloba, conforme Resolução nº 1, de 6 de outubro de 1988 do Tribunal Federal de Recursos, os seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins.

De acordo com dados obtidos durante a pesquisa, a Subseção Judiciária de Ji-Paraná, atualmente, é composta de 2 Varas Federais de competência plena, ambas com Juizados Especiais adjuntos. A área de abrangência da referida subseção se estende por 25 municípios do estado de Rondônia: Alta Floresta

d'Oeste, Primavera de Rondônia, Alto Alegre dos Parecis, Ji-Paraná, Rolim de Moura, Alvorada d'Oeste, Ministro Andreazza, Santa Luzia d'Oeste, Mirante da Serra, São Felipe d'Oeste, Cacoal, Nova União, São Francisco do Guaporé, Castanheiras, Novo Horizonte do Oeste, São Miguel do Guaporé, Ouro Preto do Oeste, Seringueiras, Parecis, Teixeirópolis, Urupá, Vale do Paraíso, Costa Marques, Presidente Médici, Nova Brasilândia d'Oeste.

Conforme relatórios cedidos pela Subseção Judiciária de Ji-Paraná, atualmente tramitam perante as duas varas e juizados adjuntos o total de 15.393 processos. Destes, 6.417 são procedimentos sob a competência dos Juizados Especiais.

## **2.3 PROCESSOS PESQUISADOS**

Em que pesem os esforços empreendidos por muitos analistas no sentido de diagnosticar o Poder Judiciário brasileiro, pouco se caminhou com as pesquisas até agora realizadas. Não existem sequer dados precisos sobre o tempo de duração dos processos judiciais no Brasil (CUNHA *et al.*, 2004).

Ademais, dados disponibilizados pelo Conselho Nacional de Justiça apenas contabilizam os valores totais gastos pela Justiça dividindo-os pelo número de processos ajuizados. Desta forma, o presente estudo utilizará parâmetros estabelecidos em estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) intitulado “Custo unitário do processo de execução fiscal na Justiça Federal.

Inicialmente, destaca-se que a pesquisa realizada pelo Ipea utilizou-se de duas metodologias distintas para se chegar ao custo unitário do processo de execução fiscal. A primeira forma utilizada foi a de dividir o orçamento total da Justiça Federal pelo número de dias do ano (365) chegando-se ao custo total da Justiça Federal por dia. Em seguida, o valor obtido foi dividido pelo número de total de processos em trâmite e baixados durante o ano, chegando-se ao custo unitário/dia de cada processo. Desta forma, multiplicou-se o custo unitário/dia de cada processo pelo tempo médio de tramitação do processo de execução fiscal, chegando-se à quantia de R\$ 4.685,39.

Contudo, após a realização da pesquisa na Subseção Judiciária de Ji-Paraná, entendeu-se que tal metodologia não é a mais acertada, uma vez que com tal

método, estar-se-ia deduzindo que todos os processos seguem a mesma forma de tramitação e usufruem dos mesmos atos e procedimentos. Conforme já aclarado acima, o rito dos Juizados Especiais é mais célere e não comporta a forma de produção mais complexa de provas. Ou seja, em relação aos demais procedimentos os juizados possuem forma que lhe é peculiar. Balizando tal afirmação, tem-se o explicitado no próprio texto da pesquisa realizada pelo IPEA (2011, p. 9) nos seguintes termos:

Os dados disponíveis sobre a Justiça brasileira indicam que sua despesa total representa hoje R\$ 37,3 bilhões, o que equivale a 1,2% do produto interno bruto (PIB) nacional, destinados a movimentação de uma carga processual global dimensionada atualmente em cerca de 86,6 milhões de processos (CNJ, 2010). Do ponto de vista analítico, o processo judicial representa não apenas a relação jurídica em que parte e juiz concretizam a ação, a defesa, o contraditório, a produção da verdade e a tutela jurisdicional, mas reflete também os diversos recursos humanos, materiais e tecnológicos necessários ao exercício jurisdicional. Ademais, e preciso considerar que os custos de produção da Justiça variam conforme o tipo de processo, o âmbito em que tramita ou o perfil dos atores envolvidos.

A segunda metodologia adotada pelo Ipea – e que pareceu mais adequada para a presente pesquisa – é a de se identificar quais os atos/ações praticados pelos serventuários da Justiça nos processos pesquisados, bem como o seu nível de incidência e tempo médio gasto. Com tal metodologia ter-se-á o tempo médio gasto em cada processo, bem como quais os serventuários que os praticaram. Este cálculo será chamado de tempo operacional do processo.

Seguindo a metodologia, identificado os serventuários envolvidos nos processos, seriam calculados os valores em minutos da mão-de-obra envolvida. De posse de tais valores ter-se-á o valor médio, em mão-de-obra, dispensado em cada processo.

Contudo, conforme a própria pesquisa do Ipea revela, há de ser considerado no custo do processo o tempo em que o processo fica parado, aguardando a realização de algum ato processual, ou mesmo o tempo em que os processo está de posse das partes. Neste cálculo devem ser considerados todos os valores despendidos pela Justiça para a manutenção de suas instalações, bem como todo o material empregado para as suas atividades. Este cálculo será chamado de tempo morto do processo.

Assim, o custo de tempo operacional do processo com o custo do tempo morto do processo evidenciará o custo unitário do processo de auxílio-doença nos

juizados da subseção Judiciária de Ji-Paraná. Mediante a metodologia traçada serão adotados os seguintes procedimentos:

I- a construção de uma metodologia alinhada especificamente para o cálculo dos custos dos procedimentos judiciais;

II- a busca pelos dados e a criação de um sistema efetivo para alimentá-los;

O cálculo dos custos envolvidos na prestação de serviços pode chegar a diferentes resultados conforme o caminho trilhado. Este estudo buscou construir um modelo que atendesse minimamente as peculiaridades dos JEFs em Ji-Paraná. A pesquisa foi realizada, inicialmente, com processos baixados (arquivados definitivamente), durante o período de janeiro/2016 a julho/2017. Conforme dados extraídos do sistema processual da Justiça Federal de 1ª instância, foram baixados 1.042 (mil e quarenta e dois) processos durante o período pesquisado.

Do total de processos baixados, foram selecionados aleatoriamente 60 (sessenta) a serem efetivamente pesquisados. A escolha da quantidade de processos a ser pesquisado levou em consideração que este número confere à pesquisa um nível de 95% (noventa e cinco por cento) de segurança. Neste sentido, assevera Correa (2.003, p. 28):

Na realização de qualquer estudo, quase nunca é possível examinar todos os elementos da população de interesse. Temos usualmente que trabalhar com uma amostra da população. A inferência estatística nos dá elementos para generalizar, de maneira segura, as conclusões obtidas da amostra para a população. Mas, para as inferências serem corretas, é necessário garantir que a amostra seja representativa da população, isto é, a amostra deve possuir as mesmas características básicas da população no que diz respeito ao fenômeno pesquisado.

De posse dos processos, estes foram analisados tabulando-se os atos processuais praticados e seu nível de incidência. Assim, aferidos também os valores despendidos pelo tribunal com os salários dos servidores, juízes e demais prestadores de serviços, foi possível identificar o valor do minuto trabalhado para cada um desses personagens envolvidos.

O que se buscou basicamente na coleta dos dados foi saber quais os atos praticados, seu nível de incidência em cada processo e o tempo despendido para a realização de cada ato. Também se buscou identificar quais os atores que desempenharam os referidos atos.

Também foram coletados os dados referentes às remunerações percebidas

pelos atores envolvidos nos processos, a fim de se identificar, em minutos, o valor da mão-de-obra empregada. Ressalta-se que os dados referentes aos salários dos servidores públicos e juízes estão disponíveis no endereço eletrônico <http://portal.trf1.jus.br/portaltf1/transparencia/relatorios-cnj/relatorios-cnj/sj-de-rondonia/>. Já os salários recebidos pelos estagiários e terceirizados foram disponibilizados pela própria administração da Subseção Judiciária, mediante ofício protocolado para tal finalidade.

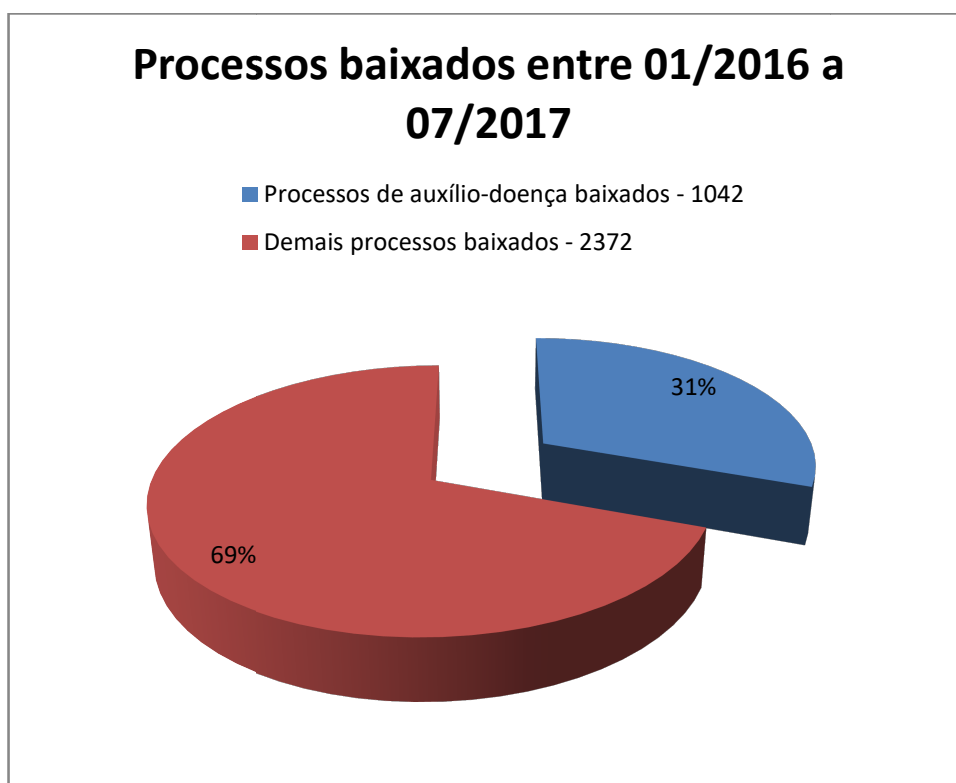
Os dados referentes aos processos foram obtidos diretamente do sistema processual do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos pesquisados analisados mediante escolha aleatória entre os processos baixados no período de 01.01.2016 a 31.07.2017. Todas as informações encontram-se como anexo à presente pesquisa.

### 3 RESULTADOS OBTIDOS

Conforme já bem delimitado durante a pesquisa, foram analisados processos baixados entre o período de 01/2016 a 07/2017 nos JEFs do município de Ji-Paraná, cujo objeto versava sobre a concessão ou prorrogação de benefício previdenciário auxílio doença.

Conforme gráfico abaixo, durante o período pesquisado foram baixados 3414, sendo que deste total, 1042 correspondem a pedidos de benefício previdenciário auxílio-doença.

Gráfico 1 – Percentual de processos de auxílio-doença baixados frente aos demais tipos de processos



Fonte: pesquisa do autor (2017)

Como se vê, os processos objetos do presente estudo representam um percentual expressivo no quantitativo do acervo processual dos Juizados Especiais Federais da Subseção Judiciária de Ji-Paraná.

Delimitados os processos a serem pesquisados, passou-se à coleta de dados referentes aos atos praticados até suas baixas.



Tabela 1- Quantidade total e média de atos judiciais praticados nos processos pesquisados

<b>ATO PRATICADO</b>	<b>Qtde.</b>	<b>Média</b>
DISTRIBUIÇÃO E AUTUAÇÃO	<b>60</b>	1,00
ANÁLISE DE PREVENÇÃO	<b>12</b>	0,20
PERÍCIA MÉDICA	<b>55</b>	0,91
DESPACHO	<b>147</b>	2,45
DECISÃO	<b>54</b>	0,90
ATO ORDINATÓRIO	<b>172</b>	2,87
DEMAIS ATOS DE SECRETARIA	<b>970</b>	16,17
INTIMAÇÃO/BALCÃO	<b>123</b>	2,05
INTIMAÇÃO/TELEFONE	<b>93</b>	1,55
INTIMAÇÃO/DIÁRIO ELETRÔNICO	<b>182</b>	3,03
CARGA	<b>463</b>	7,72
PAGAMENTO DE PERITO	<b>55</b>	0,92
REQUISIÇÃO DE PAGAMENTO	<b>145</b>	2,42
ELABORAÇÃO DE CÁLCULOS	<b>6</b>	0,10
SENTENÇA	<b>61</b>	1,02
AUDIÊNCIA	<b>10</b>	0,17
ATERMAÇÃO	<b>9</b>	0,15
ADVOGADO DATIVO	<b>1</b>	0,01

Fonte: pesquisa do autor (2017)

Convém salientar que o número de sentenças encontradas acima do número de processos revela a incidência de interposição de embargos de declaração contra as sentenças proferidas. Deste modo, os embargos são analisados por meio de outra sentença.

Já no quesito tempo gasto para a realização de cada ato, a pesquisa coletou os seguintes dados:

Tabela 2 – Tempo médio gasto na prática de cada ato processual, considerando-se a atuação de cada ator envolvido em sua prática

ATO PRATICADO	TEMPO GASTO/SERVIDOR	TEMPO GASTO/MAGISTRADO	TEMPO GASTO ESTAGIÁRIO	TEMPO GASTO TERCEIRIZADO
DISTRIBUIÇÃO E AUTUAÇÃO	18			9
ANÁLISE DE PREVENÇÃO	66			
PERÍCIA MÉDICA				
DESPACHO	19	6	5	
DECISÃO	21	6	5	
ATO ORDINATÓRIO	9		9	
DEMAIS ATOS DE SECRETARIA	4,5		7	
INTIMAÇÃO/BALCÃO	9			
INTIMAÇÃO/TELEFONE	3,2			
INTIMAÇÃO DIÁRIO ELETRÔNICO	2,3			
CARGA	1,5			
PAGAMENTO DE PERITO	5,2			
REQUISIÇÃO DE PAGAMENTO	7,2			
ELABORAÇÃO DE CÁLCULOS	96			
SENTENÇA	99	39	5	
AUDIÊNCIA	57	36	42	
ATERMAÇÃO	96			
ADVOGADO DATIVO				

Fonte: pesquisa do autor (2017)

Ressalta-se que os números foram obtidos de acordo com dados dos sistemas processuais, questionário respondido pelos servidores, estagiários e terceirizados, bem como com a cronometragem em tempo real das tarefas desempenhadas. Quanto aos atores envolvidos em cada uma das etapas do processo, a pesquisa realizada pelo IPEA (2012, p, 75), assevera que:

A simplicidade e a informalidade que conformam a filosofia dos juizados especiais não se refletem automaticamente na configuração das relações processuais que ali se constituem. Similarmente ao que acontece nas varas

comuns, uma complexa e diversificada gama de atores desempenham papéis igualmente determinantes nas ações de juizados especiais. Além do juiz (e turma recursal) e das partes, que compõem o núcleo dessa relação, também têm participação determinante os servidores administrativos (diretor de secretaria, analistas e técnicos judiciários que movimentam as secretarias e os gabinetes) e os chamados agentes auxiliares da justiça (conciliadores, peritos médicos, assistentes sociais etc.).

Mediante as informações obtidas, conclui-se que o tempo operacional do processo, ou o tempo em que os atores envolvidos efetivamente desempenharam alguma atividade durante a sua tramitação é de 636,03 minutos, ou 10,6 horas. Conforme se verá a seguir, ao tempo total de tramitação do processo devem ser somados outros fatores.

De acordo com a pesquisa realizada, estes foram os atos praticados durante a tramitação dos processos objeto de pesquisa. Destaca-se que as perícias médicas e o pagamento do advogado dativo, o qual ocorreu em apenas um processo, não podem ser expressos em minutos trabalhados, uma vez que possuem valores fixos por incidência.

Outro dado que chamou a atenção do pesquisador foi o número de incidência de atos ordinatórios em cada processo. Destaca-se que pela própria informalidade conferida aos juizados, assim que alguns processos chegaram pela secretaria foram recepcionados com atos ordinatórios já designando a data e horário para a realização de perícia médica. Neste sentido, pesquisa realizada pelo IPEA (2012, p. 115) revela que os próprios magistrados acostumados com o rito dos juizados delegam a realização de determinados atos aos servidores, customizando o tempo de tramitação processual:

Uma hipótese possível para explicar esse resultado é a de que esses juízes, com mais tempo de carreira e habituados à informalidade do rito especial, conferem mais autonomia aos servidores da vara para que o processo corra independentemente de sua presença, em oposição aos juízes em início de carreira, que atuam exclusivamente no juizado. Entretanto, quando os magistrados se dividem entre o juizado e varas ordinárias, pode-se perceber um aumento, mesmo que não significativo, no tempo médio de tramitação.

Contudo, um dado preocupante diz respeito a despachos proferidos na seqüência de outros despachos, em alguns casos até três vezes seguidas. Nos referidos casos tratava-se de redesignação de data de perícia médica ante a falta de intimação da parte autora para comparecimento. Tal fato revela a falta de número suficiente de servidores para o cumprimento dos expedientes, frente à quadra

quantidade de processos em trâmite. Tal problema também é sentido nos dados coletados durante a realização de pesquisa pelo IPEA (2012, p. 12):

A implantação dos juizados especiais federais repercutiu de maneira instantânea na Justiça Federal, com grande afluxo de litígios a esses órgãos, atendendo a uma demanda reprimida por direitos e que escapava ao abrigo do Judiciário.<sup>4</sup> Assim é que, apenas entre o primeiro e o segundo ano de funcionamento, a distribuição cresceu mais de 2,6 vezes, passando-se de cerca de 350 mil processos distribuídos para aproximadamente 917 mil (BRASIL/CJF, 2012). No terceiro ano de funcionamento, 2004, atingiu-se o pico de demanda, com a marca de pouco mais de 1,5 milhão de processos distribuídos. A procura pelos juizados especiais federais sofreu um pequeno refluxo a partir de 2006, estabilizando-se, desde então, na casa de 1,2 milhão processos distribuídos anualmente.

Neste ponto, cumpre evidenciar o número de profissionais envolvidos em cada juizado da Subseção Judiciária de Ji-Paraná. No Juizado Especial adjunto da 1ª Vara Federal existiam, em secretaria, dois servidores em tempo integral auxiliados por mais dois estagiários. Para elaboração de cálculos, expedição de ofícios requisitórios e publicações havia mais um servidor destacado, o qual também auxiliava em outras atividades de outras áreas da secretaria.

Já no Juizado Especial adjunto da 2ª Vara Federal haviam 2 servidores auxiliados por mais dois estagiários em tempo integral. Os cálculos, o controle de perícias médicas e as publicações eram realizadas por outros servidores que desempenhavam outras atividades em secretaria.

Quanto aos valores da mão-de-obra empregada, os valores obtidos foram os seguintes:

- a) Magistrados – valor do minuto trabalhado: R\$ 7,72.
- b) Servidores – valor do minuto trabalhado: R\$ 2,61.
- c) Estagiários – valor do minuto trabalhado: R\$ 0,27.
- d) Terceirizados – valor do minuto trabalhado: R\$ 0,75.

Vale destacar que os valores encontrados referem-se às horas efetivamente trabalhadas, descontando-se finais de semana, feriados e o recesso forense. Para o cálculos foram levados em consideração os números da pesquisa apresentada pelo Ipea, onde restou demonstrado que cada magistrado trabalha cerca de 75,6 mil minutos por ano, cada servidor trabalha 82,8 mil minutos por ano e cada estagiário trabalha cerca de 55,2 mil minutos por anos.

Consoantes tais valores e levando-se em consideração o tempo gasto para o desempenho de cada ato processual, bem como seu nível de incidência, foi possível

calcular os gastos despendidos com mão-de-obra durante a tramitação dos processos pesquisados, com a aplicação da seguinte fórmula:

$$I \times T \times V = \Delta T$$

Onde:

I = média de incidência dos atos praticados;

T = tempo médio, em minutos, gasto para a prática de cada ato processual;

V = valor, em minutos, da mão-de-obra empregada.

$\Delta T$  = Valor médio gasto para a prática dos atos processuais, separados por tipo.

Tabela 3 – Tabela de conversão

ATO PRATICADO	MÉDIA DE INCIDÊNCIA	TEMPO GASTO/SERVIDOR	VALORES (TEMPO GASTO X MÉDIA DE INCIDÊNCIA X VALOR DO MINUTO TRABALHADO)	TEMPO GASTO/MAGISTRADO	VALORES (TEMPO GASTO X MÉDIA DE INCIDÊNCIA X VALOR DO MINUTO TRABALHADO)	TEMPO GASTO ESTAGIÁRIO	VALORES (TEMPO GASTO X MÉDIA DE INCIDÊNCIA X VALOR DO MINUTO TRABALHADO)	TEMPO GASTO TERCEIRIZADO	VALORES (TEMPO GASTO X MÉDIA DE INCIDÊNCIA X VALOR DO MINUTO TRABALHADO)
DISTRIBUIÇÃO E AUTUAÇÃO	1,00	18	46,98					9	6,75
ANÁLISE DE PREVENÇÃO	0,20	66	34,45						
DESPACHO	2,45	19	121,50	6	113,484	5	3,31		
DECISÃO	0,90	21	49,33	6	41,688	5	1,22		
ATO ORDINATÓRIO	2,87	9	67,34			9	6,97		
DEMAIS ATOS DE SECRETARIA	16,17	4,5	189,88			7	30,56		
INTIMAÇÃO/BALCÃO	2,05	9	48,15						
INTIMAÇÃO/TELEFONE	1,55	3,2	12,95						
INTIMAÇÃO DIÁRIO ELETRÔNICO	3,03	2,3	18,21						
CARGA	7,72	1,5	30,21						
PAGAMENTO DE PERITO	0,92	5,2	12,44						
REQUISIÇÃO DE PAGAMENTO	2,42	7,2	45,41						
ELABORAÇÃO DE CÁLCULOS	0,10	96	25,06						
SENTENÇA	1,02	99	262,70	39	306,098	5	1,37		
AUDIÊNCIA	0,17	57	24,80	36	46,32	42	1,89		
ATERMAÇÃO	0,15	96	37,58						

Fonte: pesquisa do autor (2017)

Já definidos os valores gastos com cada tipo de ato processual, considerando-se suas incidências, tais valores foram somados. Depreende-se dos dados acima demonstrados que o valor do processo, considerando-se os atos

praticados por serventuários e colaboradores é de R\$ 1.586,62 (Mil Quinhentos e Oitenta e Seis Reais e Sessenta e Dois Centavos).

Há de se considerar, ainda, que a esses valores precisam ser acrescidas as quantias referentes ao pagamento de peritos e advogados dativos. Considerando que as perícias médicas tiveram como valor médio a quantia de R\$ 268,57 (Duzentos e Sessenta e Oito Reais e Cinquenta e Sete Centavos) e o pagamento de advogado dativo a quantia média de R\$ 3,33 (Três Reais e Trinta e Três Centavos), chega-se a quantia de R\$ 1.858,52 (Mil Oitocentos e Cinquenta e Oito Reais e Cinquenta e Dois Centavos).

Contudo, ainda há de ser incluída a quantia despendida durante o tempo morto do processo, ou seja, durante o período em que o processo aguarda pela realização de algum ato. Neste ponto, destaca-se que durante o tempo da pesquisa não se obteve acesso aos valores gastos pela Subseção Judiciária de Ji-Paraná, uma vez que o próprio Tribunal Regional Federal da 1ª Região somente disponibiliza os gastos totais com cada elemento de despesa, e não por Seção ou Subseção Judiciária.

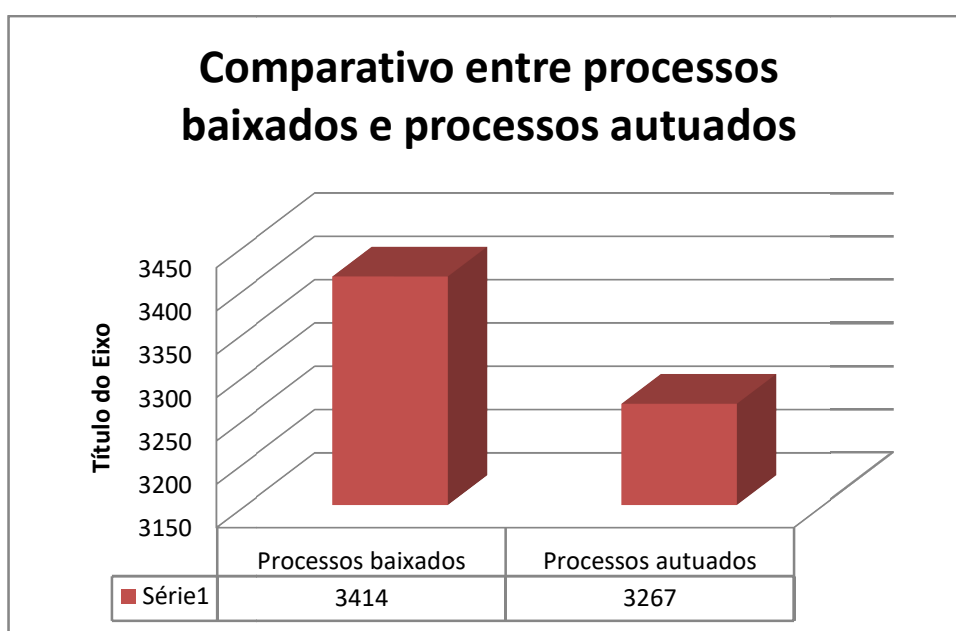
Assim, optou-se pela utilização dos valores encontrados pela pesquisa do Ipea, a qual encontrou a mesma dificuldade que o presente estudo. Assim, os valores encontrados pelo Ipea foram atualizados pela variação da inflação, chegando-se a quantia total de R\$ 114,10 (Cento e Quatorze Reais e Dez Centavos) por ano de tramitação processual.

Ressalta-se que a pesquisa também mediu o tempo total de tramitação dos processos perante os juizados da Subseção Judiciária de Ji-Paraná. Conforme dados obtidos, o tempo médio de tramitação é de 25 meses. Destaca-se que dentro desse período foi considerado o tempo em que os processos estavam em grau de recurso, fator que elevou o tempo de tramitação. Há de se destacar que alguns processos foram autuados e baixados durante o período de pesquisa.

Desta forma, utilizando-se os parâmetros acima delineados, tem-se que o valor despendido durante o chamado tempo morto do processo é de R\$ 237,70 (Duzentos e Trinta e Sete Reais e Setenta Centavos). Somando-se tal valor com o valor do tempo operacional do processo chega-se a quantia de R\$ 2.096,22 (Dois Mil e Noventa e Seis Reais e Vinte e Dois Centavos) como valor médio despendido para a tramitação de cada processo que verse sobre benefício auxílio-doença na Subseção Judiciária de Ji-Paraná.

Mesmo não sendo o objetivo inicial da pesquisa, mas tendo relevância ante o referencial teórico abordado, se faz necessário revelar alguns dados importantes obtidos. O primeiro deles diz respeito ao quantitativo de processos baixados frente ao número de processos novos (atuados) durante o período da pesquisa. Tais dados estão representados no gráfico abaixo:

Gráfico 2 – Gráfico comparativo entre o número de processos baixados frente ao número de processos atuados

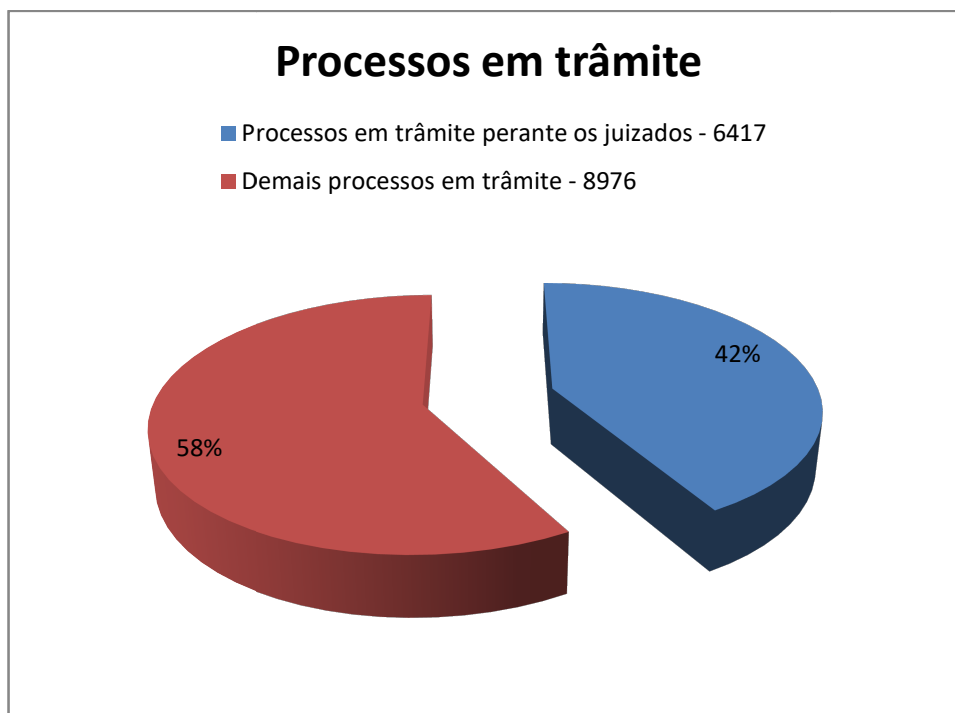


Fonte: Pesquisa do autor (2017)

O dado se mostrou relevante na medida em que se estabeleceu durante a pesquisa que os Juizados Especiais foram criados para efetivar o acesso do cidadão à Justiça. Assim, consoante os dados acima evidenciados, o número de processos baixados superou o número de processos novos em cerca de 5% (cinco por cento). Pelos números apresentados, depreende-se que a tendência é que o número de processos em trâmite seja reduzido significativamente nos próximos anos.

Um dado que se revelou preocupante é o número de profissionais envolvidos para a tramitação de todos os processos. Conforme relatório, a Subseção Judiciária de Ji-Paraná possui, atualmente 15.393 (quinze mil trezentos e noventa e três processos) distribuídos em duas Varas Federais.

Gráfico 3 – Quantitativo de processos em trâmite de competência dos JEFs frente aos demais processos em trâmite, na Subseção Judiciária de Ji-Paraná



Fonte: pesquisa do autor (2017)

Conforme evidenciado, os juizados especiais são responsáveis pela tramitação de 42% (quarenta e dois por cento) de todo o acervo da Subseção Judiciária de Ji-Paraná. Ressalte-se que os demais processos estão divididos entre os setores criminal, cível e execução fiscal.

Considerando-se o quantitativo processual por Vara Federal, tem-se a seguinte informação:



Gráfico 4 – Quantitativo de processos em trâmite por Vara, na Subseção Judiciária de Ji-Paraná



Fonte: pesquisa do autor (2017)

Quanto ao quantitativo de processos em trâmite, as duas Varas se equivalem, uma vez que a diferença é de 73 processos. Contudo, há de se destacar que, atualmente, a Subseção Judiciária de Ji-Paraná conta com apenas 3 (três) juízes federais, sendo dois lotados na 1ª Vara e um lotado na 2ª Vara. Desta forma, tem-se que os juízes lotados na 1ª Vara possuem sob sua responsabilidade cerca de 3.816 processos cada, enquanto o magistrado da 2ª Vara possui 7.760 processos. São números expressivos que demonstram a sobrecarga processual pela qual passam os magistrados federais em Ji-Paraná.

Outro dado importante, o qual também diz respeito ao acesso do cidadão ao Poder Judiciário, refere-se ao quantitativo de processos ajuizados sem a assistência de advogado ou defensoria pública. Ressalta-se que os Juizados Especiais possibilitam ao autor que este se dirija ao Poder Judiciário e faça seu pedido diretamente, sem a representação por qualquer profissional de formação jurídica.

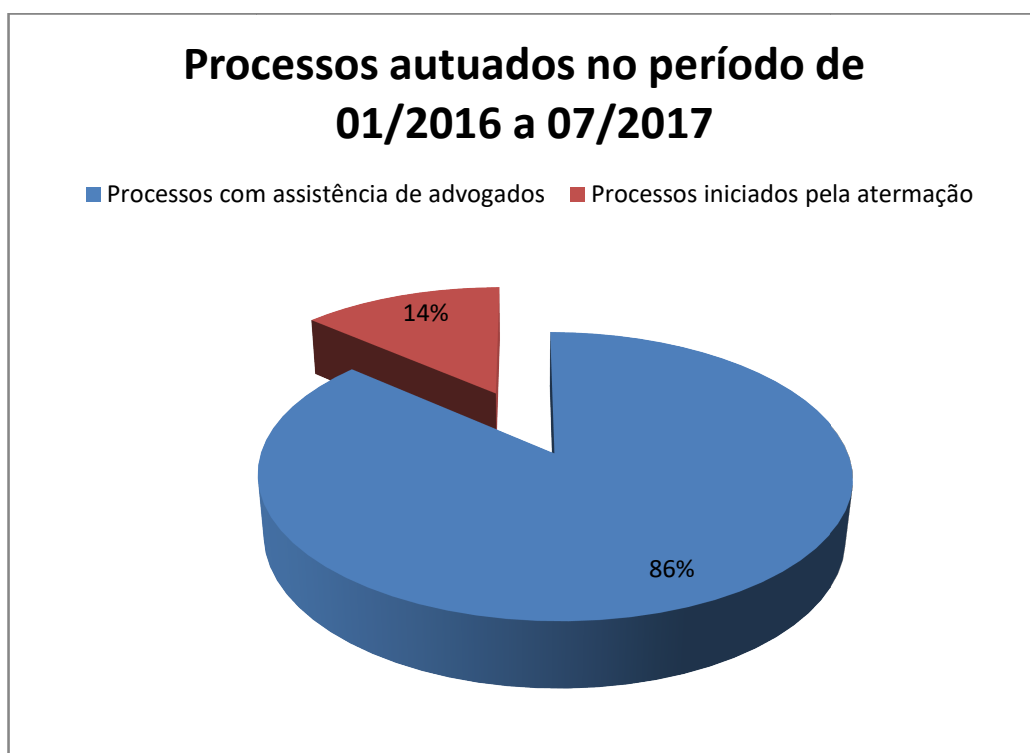
Contudo, destaca-se que há uma tênue diferença entre os procedimentos

adotados entre o Poder Judiciário Estadual e o Poder Judiciário Federal. Na esfera estadual o teto dos juizados está estabelecido em 40 (quarenta) salários mínimos, conforme artigo 3º, I da Lei 9099/95. Entretanto, caso o autor não esteja assistido por advogado, o valor limite para ajuizamento da ação é de 20 (vinte) salários-mínimos (art. 9º da Lei 9099/95).

Na Justiça Federal, no entanto, não há essa limitação de valores para ajuizamento da ação sem a assistência de um profissional do direito. Ou seja, o autor pode ajuizar ação diretamente, sem assistência de advogado, em causas cujo valor inicial seja o teto de 60 (sessenta) salários-mínimos.

No gráfico abaixo há a representação do número de processos com e sem assistência de advogados:

Gráfico 5 – Demonstrativo de processos ajuizados com o auxílio do setor de atermação, frente ao número de processos ajuizados com a assistência de advogados



Fonte: pesquisa do autor (2017)

Considerando que no período foram autuados 3.281 processos, o número de atendimentos iniciais realizados pelo setor de atermação foi expressivo, chegando a

444 atendimentos no período, num percentual de 14% do número total de processos.

Consoante dados coletados, é inegável a importância deste setor para a sociedade como um todo, uma vez que assegura meios da concretização do acesso ao Poder Judiciário às pessoas que mais necessitam, possibilitando meios de terem suas demandas passadas pelo crivo do Poder Judiciário.

### 3.1 ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO

A análise econômica do direito trata-se da aplicação das ferramentas próprias da economia às normas jurídicas, com vista a uma reinterpretação de todo o ordenamento jurídico alinhando-o a escolhas racionais do ponto de vista econômico. Busca-se, deste modo, uma compreensão dos efeitos das decisões judiciais sob o ponto de vista econômico (POSNER, 2011).

Neste sentido, Albuquerque (2017, p. 6) assevera que:

O que se entende por “Análise Econômica do Direito”, na verdade consiste na análise de diferentes aspectos do direito que têm natureza econômica[...] Qual seria o tipo de influência que uma determinada norma poderia ter sobre o comportamento dos agentes econômicos? Como uma norma influenciaria o funcionamento da economia? Em outras palavras, qual seria o efeito econômico de uma determinada norma sobre um determinado contexto econômico?

Apesar de ser um tema ainda pouco difundido no Brasil, a aplicação da análise econômica do direito em pesquisas é extremamente benéfica, uma vez que com a utilização da metodologia é possível aferir a eficácia dos institutos jurídicos, mensurando a relação custo-benefício para as partes envolvidas nos litígios postos ao crivo do judiciário (MACKAAY E ROUSSEAU, 2015).

Assim, diversas áreas do direito podem ser analisadas sob o ponto de vista econômico, razão pela qual a metodologia torna-se de extrema relevância para a presente pesquisa, uma vez que diante dos dados coletados, foi possível aferir o grau de eficiência, sob o ponto de vista econômico, das ações em trâmite nos JEF's em Ji-Paraná, as quais versam sobre a concessão/restabelecimento de benefício auxílio-doença.

### 3.2 RESULTADOS OBTIDOS SOB O PRISMA DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO

Conforme já esplanada acima, a análise econômica do direito visa aferir os impactos e mensurar os resultados obtidos com as decisões judiciais sob o aspecto econômico. Quanto à sua aplicação no presente estudo sua relevância é destacada quanto ao custo despendido pelo Estado para que se responda objetivamente aos anseios da população.

Neste sentido, Mackaay e Rousseau (2015, p. 22-23) explicam que:

A análise econômica do direito retoma a razão de ser das instituições jurídicas. Postula terem racionalidade subjacente uniforme e propõe ferramentas conceituais para atualizá-las. A análise econômica do direito não se limita aos aspectos “econômicos” em sentido estrito, o que se refere a comércio, moedas, bancos e concorrência. [...] Ao revés, pretende explicitar a lógica, nem sempre consciente de quem decide, e que não se traduz, expressamente, nos motivos das decisões.

Seguindo tal assertiva, é possível citar o exemplo o ocorrido no julgamento do Recurso Especial 962.934/MS, de relatoria do ministro Herman Benjamin. O referido processo versava sobre a responsabilização civil do Estado pelas péssimas condições dos presídios, uma vez que um detento buscava indenização moral individual em razão da superlotação do sistema carcerário e da inexistência de condições mínimas nas celas (MARTINS, 2017).

O voto do relator considerou que uma possível condenação não melhoraria as condições dos detentos, uma vez que os valores serviriam apenas como um “pedágio-masmorra”. Assim, dentro de uma visão de eficiência, o relator entendeu que a reparação por dano moral não traria benefício social algum, ao invés, aumentaria o custo social, uma vez que seria muito mais benéfico ao Estado custear as indenizações do que melhorar as condições carcerárias (MARTINS, 2017).

Não se confunda a análise econômica do direito como um argumento para a não aplicação das normas legais vigentes. É justamente o oposto, verificar economicamente qual a solução mais adequada ao caso concreto posto em discussão. Na presente pesquisa, a metodologia torna-se relevante, ao ponto que pode verificar os gargalos encontrados para que se tenha uma prestação jurisdicional mais adequada economicamente.

Durante a pesquisa realizada, conforme já mencionado, o tempo operacional do processo, ou o tempo em que os serventuários da Justiça desempenham alguma atividade durante a tramitação do processo é de 10,6 horas. Considerando que o tempo médio até que o processo seja efetivamente baixado é de 25 meses, há de se concluir por uma diferença exponencial entre as duas médias.

Tal fato justifica-se em razão de que durante determinados períodos os processos ficam fora da secretaria, como o período em que o INSS tem para apresentar sua contestação, e o período em que o perito médico tem para a entrega do laudo médico.

Contudo, ainda assim, a diferença é demasiadamente grande. Conforme a pesquisa se desenvolveu, foram identificadas algumas situações que explicam a situação. Conforme já explanado, os dois juizados federais em Ji-Paraná possuem sob sua responsabilidade 6.417 processos. Considerando os quatro servidores designados para atuarem nestes processos, tem-se que cada servidor é responsável por cerca de 1.604 processos.

Diante do quadro ínfimo de servidores para atuação, foram encontradas diversas situações as quais, se resolvidas, podem reduzir significativamente o tempo de tramitação total dos processos e, conseqüentemente, o valor gasto para a tramitação de cada um deles. É o caso onde foram encontrados vários despachos remarcando as perícias médicas por falta de intimação das partes.

Nos casos listados, houve um acréscimo de tempo de cerca de três meses no tempo de tramitação total dos processos, bem como a demanda pela prática de novos atos processuais. Solução interessante foi encontrada pela secretaria da 2ª Vara, onde as perícias são marcadas pelos próprios servidores, os quais já realizam a intimação das partes no exato momento de designação da perícia médica.

Contudo, o ponto crítico encontrado foi o tempo em que os processos ficaram parados aguardando a prática de algum ato processual. Alguns processos chegaram a ficar parados por cerca de 3 meses aguardando que o INSS fosse citado após a realização da perícia médica. Destaca-se que já havia a determinação da citação do INSS.

Outra situação encontrada remete à demora na devolução dos autos pelos peritos médicos. Em que pese haver prazo definido pelas Secretarias para a devolução (10 dias), os peritos chegaram a extrapolar o tempo em mais de 30 dias.

Toda a situação encontrada reflete na possibilidade de uma prestação jurisdicional mais adequada e na economia de recursos financeiros que poderiam ser aplicados em outras áreas. Desta forma, sob o prisma de uma análise econômica, os juizados especiais federais em Ji-Paraná podem ser mais eficientes, desde que se eliminem os gargalos encontrados, seja com a disponibilização de mais servidores para seus quadros, seja com a adoção de práticas mais adequadas ao seu sistema.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme se evidenciou na pesquisa, os direitos previdenciários dos trabalhadores são frutos de uma longa luta e de conquistas alcançadas pelos trabalhadores em busca de melhores condições, especialmente nos momentos de grandes dificuldades.

A princípio, os direitos previdenciários foram concedidos aos trabalhadores, em escala mundial, não por uma questão de justiça social, mas pelo fato de que manifestações e revoltas custariam mais aos cofres públicos e às empresas do que a concessão dos próprios benefícios.

De igual modo, no Brasil, os avanços no campo dos direitos sociais são fruto de longas batalhas no campo dos direitos sociais. Em relação aos institutos previdenciários, estes inicialmente eram organizados pelas próprias empresas, as quais criavam caixas de assistências a seus empregados.

Contudo, há de se reconhecer que muito tem se avançado no campo dos direitos sociais no Brasil, especialmente com o advento da Constituição Federal de 1988. A Lei Maior passou a estabelecer o cidadão como base de criação do Estado, assegurando a seus indivíduos o mínimo existencial.

Ao passo em que a Constituição assegurou maiores direitos aos cidadãos, também buscou maneiras de que o cidadão pudesse exercê-los pelos meios mais eficientes e eficazes. Assim, foram criados os juizados especiais federais, visando assegurar um maior acesso ao Poder Judiciário e de forma mais célere e eficaz.

De acordo com a pesquisa, é inegável que tal ferramenta possibilita ao cidadão meios de acesso à justiça. A Lei 10259/2001 estabelece que o cidadão pode realizar seu pedido diretamente ao juizado, onde o rito para processamento e julgamento de seu pedido segue de forma mais célere e simples, sem mesmo a

necessidade de representação por advogado.

Ainda, nos casos em que o cidadão não tenha condições de contratar advogado e não possua meios suficientes para realizar o seu pedido diretamente, lhe é disponibilizado o serviço, denominado atermção, por meio do qual um serventuário auxilia na elaboração do pedido.

Assim, o autor é beneficiado, uma vez que a ele é possibilitado formalizar sua demanda diretamente ao Poder Judiciário, acompanhando a forma e o desdobramento de seu pedido. Destaca-se que durante a pesquisa, foram detectados cerca de 14% de processos ajuizados sem a assistência de profissional da área jurídica.

Constatou-se, ainda, que existem médicos peritos atuantes nos juizados, os quais estão aptos a aferir a alegada incapacidade laboral, subsidiando as decisões a serem tomadas pelos magistrados. Tal ferramenta possibilita a tomada de decisões mais acertadas e promovem um maior sentimento de justiça aos jurisdicionados.

Analisando-se os processos em trâmite perante os juizados federais de Ji-Paraná é possível concluir que, mesmo com o quadro diminuto de servidores diante dos milhares de processos existentes, a Lei 10.259 tem atingido seu objetivo, ao menos na localidade pesquisada.

Ademais, o número de atos praticados e tempo despendido para a realização de cada ato é pequeno, contudo, pode se melhorado. A maior parte do tempo de tramitação processual é o chamado tempo morto, ou seja, aquele período no qual o processo aguarda a consumação de algum ato ou procedimento.

De acordo com a pesquisa, o tempo médio de efetiva ação ocorrida nos processos é de 636,03 minutos. Tal tempo é ínfimo ao se considerar que o tempo médio total de tramitação dos processos alcança 25 meses.

Ainda assim, os resultados obtidos foram satisfatórios, uma vez que se demonstrou que o número de processos baixados foi maior que o número de processos autuados perante os juizados pesquisados.

Consolidando como resposta ao problema proposto, tem-se que o custo médio dos processos em trâmite perante os Juizados Especiais na Subseção Judiciária de Ji-Paraná é de R\$ 2.096,22 (Dois Mil e Noventa e Seis Reais e Vinte e Dois Centavos).

Contudo, a pesquisa foi mais além, apresentando que os Juizados Especiais Federais em Ji-Paraná possuem números expressivos, mesmo diante da escassez



de mão-de-obra empregada na tramitação processual. Assim, é possível concluir, também, que os JEFs têm cumprido o seu papel, de assegurar ao cidadão o pleno acesso à Justiça.

Contudo, é inegável a crítica de que muito pouco se tem investido na manutenção deste sistema. Tal assertiva é extraída da própria constatação de que são muitos processos sob a responsabilidade de poucos. Mais grave ainda, é o que se constatou no Juizado Especial adjunto da 2ª Vara Federal. No local em questão existe apenas um magistrado responsável por 7.760 processos.

Desta forma, depreende-se que mesmo com os resultados encontrados, muito ainda se pode evoluir nos juizados especiais federais em Ji-Paraná, tanto no tocante ao tempo de tramitação processual quanto aos valores despendidos para a resolução dos litígios.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRA, Walber de Moura. **Curso de direito constitucional**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. São Paulo: Malheiros Editores, 2006. Tradução de Virgílio Afonso da Silva.

BICUDO, Hélio. **Direitos e Garantias Fundamentais**. *In*: Constituição, 20 anos – Avanços e desafios. Disponível em: <[http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/ju/outubro2008/ju412\\_pag0607.php](http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/outubro2008/ju412_pag0607.php)> . Acesso em: 14 Jun. 2017.

BOCHENEK, Antônio César; NASCIMENTO, Marcio Augusto. **Juizados Especiais Federais Cíveis**. E-book. Porto Alegre: direito dos autores, 2011. Disponível em: <<http://juizadosespeciaisfederais.blogspot.com.br/>> Acesso em: 12 Out. 2017.

BRASIL. **Constituição (1891)**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm)>. Acesso em: 12 Nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Constituição (1946)**. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)>. Acesso em: 12 Nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 12 Nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei 9.099/1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9099.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm)>. Acesso em: 12.Nov.2017.

\_\_\_\_\_. **Lei 10.259/2001**. Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10259.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10259.html)>. Acesso em: 12 Nov. 2017.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de direito Previdenciário**. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

CASTRO, Geraldine Pinto Vital de. **Juizados Especiais Federais – Manual e Rotinas e Procedimentos Internos**. Rio de Janeiro: TRF2, 2009.

CJF – Conselho da Justiça Federal. **Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais – Enunciados**. Disponível em: < <http://www.cjf.jus.br/cjf/corregedoria-da-justica-federal/corregedoria-geral-da-justica-federal/enunciados-fonajef/lista-completa-dos-enunciados-do-fonajef.pdf>>. Acesso em 10 Nov. 2017.

CORREA, Sonia Maria Barros Barbosa. **Probabilidade e estatística**. 2 ed. - Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2003.

CUNHA, L. G. S. *et al.* **O sistema de Justiça brasileiro, a produção de informações e sua utilização**. Cadernos Direito GV, São Paulo: Fundação Getulio Vargas (FGV), vol. 1, p. 1-146, 2004.

FAGNANI, Eduardo. **Proteção Social**. In Constituição, 20 anos – Avanços e desafios. Disponível em: <[http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/ju/outubro2008/ju412\\_pag0607.php](http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/outubro2008/ju412_pag0607.php)>. Acesso em: 14 Jun. 2017.

FIORIN, Denise Bandeira. **Benefício previdenciário de auxílio – doença no regime geral de previdência social**. Ijuí: UNIJUÍ, 2010.

GOES, Hugo Medeiros de. **Manual de Direito Previdenciário**. Rio de Janeiro: Ed. Ferreira, 2008.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Coordenador: Alexandre dos Santos Cunha. **Custo Unitário do Processo de Execução Fiscal na Justiça Federal**. Brasília: IPEA, 2011.

\_\_\_\_\_. **Acesso à Justiça Federal: dez anos de juizados especiais**. Coordenador: Edimilson Cavalcante de Oliveira. Brasília: IPEA, 2012.

LAZZARI, João Batista; et al. **Prática Processual Previdenciária: Administrativa e Judicial**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2015.

MALTA, Carolina. **Enunciados do FONAJEF (juizados)**. Disponível em: <http://rehabjuridico.com.br/enunciados-do-fonajef-juizados-2/>. Acesso em 1 Dez. 2017.

PADILHA, Rodrigo. **Direito constitucional**. 4. ed. Rio de Janeiro : Forense; São Paulo: MÉTODO, 2014.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Constitucional Descomplicado**. Rio de Janeiro: Impetus, 2007.

PIRES, Waldir. **A Previdência Social é viável**. Brasília: MPAS, 1986.

REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito** - 27 Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ROCHA, Daniel Machado da. **O direito fundamental à previdência social nas perspectivas dos princípios constitucionais diretivos do sistema previdenciário brasileiro**. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2004.

Santos, Marisa Ferreira dos. **Direito Previdenciário esquematizado**. Coord. Pedro Lenza. – 3 Ed. de acordo com a Lei n. 12.618/2012 – São Paulo: Saraiva, 2013.

TAVARES, Marcelo Leonardo. **Direito Previdenciário: Regime Geral de Previdência Social e Regimes Próprios de Previdência Social**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2007.

## **ANEXOS**

ANEXO 1 – REALATÓRIO DE PROCESSOS BAIXADOS PERANTE O JUIZADO ESPECIAL ADJUNTO DA 1ª VARA FEDERAL

ANEXO 2 – REALATÓRIO DE PROCESSOS AUTUADOS PERANTE O JUIZADO ESPECIAL ADJUNTO DA 1ª VARA FEDERAL

ANEXO 3 – REALATÓRIO DE PROCESSOS BAIXADOS PERANTE O JUIZADO ESPECIAL ADJUNTO DA 2ª VARA FEDERAL

ANEXO 4 – REALATÓRIO DE PROCESSOS AUTUADOS PERANTE O JUIZADO ESPECIAL ADJUNTO DA 2ª VARA FEDERAL

ANEXO 5 – ESTATÍSTICA PROCESSUAL

ANEXO 6 – BOLETIM ESTATÍSTICO TIPO 1 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL ADJUNTO DA 1ª VARA FEDERAL

ANEXO 7 – BOLETIM ESTATÍSTICO TIPO 1 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL ADJUNTO DA 2ª VARA FEDERAL

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

Sistema Processual

JEF ADJ - 1ª JI-PARANÁ

Movimentação: 5170/1 - BAIXA: ARQUIVADOS

Total por Subtipo: 412

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
13-25.2015.4.01.4101 (f)	51201	02/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2811
18-47.2015.4.01.4101 (f)	51201	04/07/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2512
2008.41.01.700998-0 (f)	51201	22/02/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2741
2009.41.01.701354-8 (f)	51201	15/02/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2411
2009.41.01.701662-9 (f)	51201	16/02/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2412
2010.41.01.700609-7 (f)	51201	03/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2481
35-49.2016.4.01.4101 (f)	51201	21/11/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2653
36-68.2015.4.01.4101 (f)	51201	18/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2650
42-41.2016.4.01.4101 (f)	51201	21/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2654
54-55.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/08/2017	5190/18	JUIZ TITULAR	PERITO
63-17.2016.4.01.4101 (f)	51201	12/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2830
65-21.2015.4.01.4101 (f)	51201	22/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2760
72-13.2015.4.01.4101 (f)	51201	15/03/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2436
76-16.2016.4.01.4101 (f)	51201	03/04/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2752
82-57.2015.4.01.4101 (f)	51201	14/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2856
94-71.2015.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2611
96-41.2015.4.01.4101 (f)	51201	12/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2830
107-70.2015.4.01.4101 (f)	51201	09/03/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2438
108-55.2015.4.01.4101 (f)	51201	15/02/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2410
112-97.2012.4.01.4101 (f)	51201	19/12/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2686
117-17.2015.4.01.4101 (f)	51201	12/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2827
124-14.2012.4.01.4101 (f)	51201	09/03/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2438
128-51.2012.4.01.4101 (f)	51201	11/01/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2699
130-21.2012.4.01.4101 (f)	51201	03/06/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2481
151-89.2015.4.01.4101 (f)	51201	03/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2483
185-64.2015.4.01.4101 (f)	51201	27/07/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2866
204-36.2016.4.01.4101 (f)	51201	15/12/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2444
204-36.2016.4.01.4101 (f)	51201	15/12/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2444
220-87.2016.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2614
224-95.2014.4.01.4101 (f)	51201	12/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2825
241-34.2014.4.01.4101 (f)	51201	21/11/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2662
268-46.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2581
278-90.2016.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2610
280-31.2014.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2613
293-30.2014.4.01.4101 (f)	51201	21/11/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2662
294-44.2016.4.01.4101 (f)	51201	07/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2750
300-51.2016.4.01.4101 (f)	51201	28/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2865
336-64.2014.4.01.4101 (f)	51201	16/05/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2468
337-49.2014.4.01.4101 (f)	51201	04/04/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2441
362-62.2014.4.01.4101 (f)	51201	23/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2748
366-02.2014.4.01.4101 (f)	51201	22/02/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2751
374-76.2014.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2583
381-68.2014.4.01.4101 (f)	51201	12/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2840
387-75.2014.4.01.4101 (f)	51201	03/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2482
443-74.2015.4.01.4101 (f)	51201	21/11/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2654
453-21.2015.4.01.4101 (f)	51201	12/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2828
462-80.2015.4.01.4101 (f)	51201	22/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2840
515-66.2012.4.01.4101 (f)	51201	03/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2483
517-94.2016.4.01.4101 (f)	51201	14/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2823

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

Sistema Processual

JEF ADJ - 1ª JI-PARANÁ

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
527-12.2014.4.01.4101 (f)	51201	03/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2482
527-75.2015.4.01.4101 (f)	51201	22/02/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2746
531-78.2016.4.01.4101 (f)	51201	12/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	ARQUIVO
541-25.2016.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2608
545-96.2015.4.01.4101 (f)	51201	10/04/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2769
554-58.2015.4.01.4101 (f)	51201	22/02/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2757
555-82.2011.4.01.4101 (f)	51201	03/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2481
558-95.2015.4.01.4101 (f)	51201	04/07/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2511
562-98.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2581
567-57.2015.4.01.4101 (f)	51201	05/07/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2515
575-34.2015.4.01.4101 (f)	51201	11/07/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2856
664-28.2013.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2615
670-35.2013.4.01.4101 (f)	51201	09/03/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2438
674-38.2014.4.01.4101 (f)	51201	12/01/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2697
677-61.2012.4.01.4101 (f)	51201	09/03/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2438
682-15.2014.4.01.4101 (f)	51201	03/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2072
682-49.2013.4.01.4101 (f)	51201	15/02/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2412
731-22.2015.4.01.4101 (f)	51201	03/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2483
737-63.2014.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2612
777-11.2015.4.01.4101 (f)	51201	31/07/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2864
796-17.2015.4.01.4101 (f)	51201	26/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2866
800-59.2012.4.01.4101 (f)	51201	03/06/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2484
818-41.2016.4.01.4101 (f)	51201	24/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2648
828-22.2015.4.01.4101 (f)	51201	04/04/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2443
835-43.2017.4.01.4101 (f)	51201	31/07/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2865
843-88.2015.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2583
846-43.2015.4.01.4101 (f)	51201	10/05/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2465
848-13.2015.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2583
854-20.2015.4.01.4101 (f)	51201	04/07/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2512
857-43.2013.4.01.4101 (f)	51201	22/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2840
857-72.2015.4.01.4101 (f)	51201	22/02/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2751
858-23.2016.4.01.4101 (f)	51201	22/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2754
895-50.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2608
904-17.2013.4.01.4101 (f)	51201	13/01/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 1772
924-08.2013.4.01.4101 (f)	51201	15/08/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2546
929-25.2016.4.01.4101 (f)	51201	22/03/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2738
932-82.2013.4.01.4101 (f)	51201	18/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2651
965-09.2012.4.01.4101 (f)	51201	01/03/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2751
1000-95.2014.4.01.4101 (f)	51201	03/06/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2483
1036-06.2015.4.01.4101 (f)	51201	10/05/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2465
1061-24.2012.4.01.4101 (f)	51201	03/05/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2781
1070-83.2012.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2610
1145-20.2015.4.01.4101 (f)	51201	22/02/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2754
1156-83.2014.4.01.4101 (f)	51201	21/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2653
1157-68.2014.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2184
1199-20.2014.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2614
1223-48.2014.4.01.4101 (f)	51201	18/11/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2651
1224-62.2016.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2606
1227-85.2014.4.01.4101 (f)	51201	15/02/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2411

## SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

## Sistema Processual

## JEF ADJ - 1ª JI-PARANÁ

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
1265-97.2014.4.01.4101 (f)	51201	12/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2839
1285-88.2014.4.01.4101 (f)	51201	04/04/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2442
1290-13.2014.4.01.4101 (f)	51201	12/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2828
1329-10.2014.4.01.4101 (f)	51201	18/11/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2651
1334-32.2014.4.01.4101 (f)	51201	22/02/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2235
1366-03.2015.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2596
1368-70.2015.4.01.4101 (f)	51201	10/04/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2769
1392-98.2015.4.01.4101 (f)	51201	14/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2859
1398-08.2015.4.01.4101 (f)	51201	04/07/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2513
1402-45.2015.4.01.4101 (f)	51201	12/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2842
1413-74.2015.4.01.4101 (f)	51201	12/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2839
1420-66.2015.4.01.4101 (f)	51201	04/07/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2514
1435-06.2013.4.01.4101 (f)	51201	12/01/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2699
1437-05.2015.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2614
1452-71.2015.4.01.4101 (f)	51201	15/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2746
1452-71.2015.4.01.4101 (f)	51201	15/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2746
1468-25.2015.4.01.4101 (f)	51201	08/08/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2539
1491-05.2014.4.01.4101 (f)	51201	15/02/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2409
1493-38.2015.4.01.4101 (f)	51201	04/07/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2512
1507-85.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2839
1530-65.2015.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2614
1637-12.2015.4.01.4101 (f)	51201	23/03/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2747
1641-83.2014.4.01.4101 (f)	51201	01/02/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2687
1644-04.2015.4.01.4101 (f)	51201	21/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2654
1673-88.2014.4.01.4101 (f)	51201	07/06/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 7
1682-16.2015.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2610
1685-68.2015.4.01.4101 (f)	51201	12/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2850
1702-70.2016.4.01.4101 (f)	51201	15/12/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2677
1713-36.2015.4.01.4101 (f)	51201	23/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2840
1725-50.2015.4.01.4101 (f)	51201	10/04/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2766
1727-20.2015.4.01.4101 (f)	51201	05/07/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2515
1736-50.2013.4.01.4101 (f)	51201	15/03/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2436
1741-67.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2581
1749-15.2014.4.01.4101 (f)	51201	26/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2441
1749-15.2014.4.01.4101 (f)	51201	26/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2441
1763-33.2013.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2612
1770-88.2014.4.01.4101 (f)	51201	15/02/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2411
1777-80.2014.4.01.4101 (f)	51201	22/02/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2756
1778-65.2014.4.01.4101 (f)	51201	04/04/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2444
1783-87.2014.4.01.4101 (f)	51201	27/07/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2866
1787-27.2014.4.01.4101 (f)	51201	21/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2662
1795-04.2014.4.01.4101 (f)	51201	12/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2827
1801-45.2013.4.01.4101 (f)	51201	09/03/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2438
1804-97.2013.4.01.4101 (f)	51201	04/04/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2442
1822-84.2014.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2612
1867-20.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2580
1884-56.2016.4.01.4101 (f)	51201	19/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2872
1886-26.2016.4.01.4101 (f)	51201	19/12/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2691
1975-83.2015.4.01.4101 (f)	51201	04/07/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2512



SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

Sistema Processual

JEF ADJ - 1ª JI-PARANÁ

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
1977-53.2015.4.01.4101 (f)	51201	12/01/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2697
1998-68.2011.4.01.4101 (f)	51201	18/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2651
2004-36.2015.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2614
2018-20.2015.4.01.4101 (f)	51201	10/05/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2465
2028-64.2015.4.01.4101 (f)	51201	22/02/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2713
2030-34.2015.4.01.4101 (f)	51201	04/07/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2509
2035-56.2015.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2613
2067-27.2016.4.01.4101 (f)	51201	12/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2830
2082-93.2016.4.01.4101 (f)	51201	12/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2833
2085-24.2011.4.01.4101 (f)	51201	12/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 1254
2095-92.2016.4.01.4101 (f)	51201	01/02/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2706
2099-03.2014.4.01.4101 (f)	51201	04/07/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2511
2118-72.2015.4.01.4101 (f)	51201	19/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2872
2138-63.2015.4.01.4101 (f)	51201	22/02/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2745
2149-92.2015.4.01.4101 (f)	51201	04/07/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2513
2151-62.2015.4.01.4101 (f)	51201	18/11/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2650
2153-32.2015.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2614
2154-80.2016.4.01.4101 (f)	51201	31/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2750
2154-80.2016.4.01.4101 (f)	51201	31/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2750
2155-02.2015.4.01.4101 (f)	51201	05/07/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2514
2155-65.2016.4.01.4101 (f)	51201	31/07/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2827
2155-65.2016.4.01.4101 (f)	51201	31/07/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2827
2159-73.2014.4.01.4101 (f)	51201	16/02/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2412
2200-06.2015.4.01.4101 (f)	51201	12/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	ARQUIVO
2201-88.2015.4.01.4101 (f)	51201	30/11/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2663
2205-28.2015.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2412
2205-28.2015.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2412
2216-57.2015.4.01.4101 (f)	51201	10/04/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2770
2235-63.2015.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2596
2264-79.2016.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2608
2293-71.2012.4.01.4101 (f)	51201	22/03/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2751
2420-67.2016.4.01.4101 (f)	51201	15/12/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2679
2425-60.2014.4.01.4101 (f)	51201	04/07/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2512
2426-45.2014.4.01.4101 (f)	51201	27/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2866
2438-59.2014.4.01.4101 (f)	51201	09/03/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2437
2442-96.2014.4.01.4101 (f)	51201	20/05/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2206
2444-66.2014.4.01.4101 (f)	51201	10/04/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2770
2484-82.2013.4.01.4101 (f)	51201	12/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2842
2487-37.2013.4.01.4101 (f)	51201	04/05/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2741
2503-54.2014.4.01.4101 (f)	51201	12/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2830
2519-42.2013.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2610
2543-02.2015.4.01.4101 (f)	51201	05/07/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2515
2544-55.2013.4.01.4101 (f)	51201	12/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2853
2575-41.2014.4.01.4101 (f)	51201	19/12/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2689
2591-92.2014.4.01.4101 (f)	51201	04/04/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2441
2597-02.2014.4.01.4101 (f)	51201	10/04/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2769
2599-69.2014.4.01.4101 (f)	51201	15/02/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2300
2615-86.2015.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2609
2632-25.2015.4.01.4101 (f)	51201	21/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2654

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

Sistema Processual

JEF ADJ - 1ª JI-PARANÁ

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
2717-11.2015.4.01.4101 (f)	51201	04/07/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2514
2723-18.2015.4.01.4101 (f)	51201	10/04/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2771
2724-37.2014.4.01.4101 (f)	51201	18/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2637
2728-40.2015.4.01.4101 (f)	51201	05/07/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2515
2730-15.2012.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2610
2738-84.2015.4.01.4101 (f)	51201	11/01/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2699
2738-89.2012.4.01.4101 (f)	51201	18/09/2017	5760/4	JUIZ TITULAR	RPVEXP1
2776-04.2012.4.01.4101 (f)	51201	19/12/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2690
2792-50.2015.4.01.4101 (f)	51201	21/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2662
2793-35.2015.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2609
2796-87.2015.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2614
2798-62.2012.4.01.4101 (f)	51201	19/12/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2689
2800-32.2012.4.01.4101 (f)	51201	21/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2654
2854-27.2014.4.01.4101 (f)	51201	22/02/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2757
2857-79.2014.4.01.4101 (f)	51201	03/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2481
2920-75.2012.4.01.4101 (f)	51201	04/04/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 1565
2921-89.2014.4.01.4101 (f)	51201	14/07/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2854
2964-94.2012.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 1703
2968-34.2012.4.01.4101 (f)	51201	03/05/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2781
2970-04.2012.4.01.4101 (f)	51201	04/04/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2444
2971-86.2012.4.01.4101 (f)	51201	09/03/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2438
2973-56.2012.4.01.4101 (f)	51201	15/02/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2411
2981-33.2012.4.01.4101 (f)	51201	18/11/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2650
2984-85.2012.4.01.4101 (f)	51201	14/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2856
2986-55.2012.4.01.4101 (f)	51201	19/12/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2688
3005-61.2012.4.01.4101 (f)	51201	22/03/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2755
3018-60.2012.4.01.4101 (f)	51201	21/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2653
3021-44.2014.4.01.4101 (f)	51201	12/01/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2699
3024-67.2012.4.01.4101 (f)	51201	18/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2651
3033-92.2013.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2596
3086-44.2011.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2583
3110-33.2015.4.01.4101 (f)	51201	21/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2654
3110-38.2012.4.01.4101 (f)	51201	18/05/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2470
3114-70.2015.4.01.4101 (f)	51201	10/04/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2769
3120-77.2015.4.01.4101 (f)	51201	14/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2854
3128-59.2012.4.01.4101 (f)	51201	13/10/2017	5570/8	JUIZ TITULAR	006
3129-44.2012.4.01.4101 (f)	51201	12/05/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2466
3132-96.2012.4.01.4101 (f)	51201	19/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2823
3135-51.2012.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2612
3136-31.2015.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2596
3138-69.2013.4.01.4101 (f)	51201	26/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2866
3153-72.2012.4.01.4101 (f)	51201	21/11/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2653
3165-81.2015.4.01.4101 (f)	51201	22/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2753
3175-28.2015.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2609
3188-95.2013.4.01.4101 (f)	51201	12/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2830
3195-19.2015.4.01.4101 (f)	51201	22/02/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2756
3200-12.2013.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2584
3253-22.2015.4.01.4101 (f)	51201	03/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2481
3254-07.2015.4.01.4101 (f)	51201	18/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2650

## SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

## Sistema Processual

## JEF ADJ - 1ª JI-PARANÁ

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
3284-42.2015.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2614
3339-90.2015.4.01.4101 (f)	51201	23/05/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2478
3366-73.2015.4.01.4101 (f)	51201	12/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2824
3375-35.2015.4.01.4101 (f)	51201	04/07/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2511
* 3403-71.2013.4.01.4101 (f)	51201	26/07/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2865
3425-32.2013.4.01.4101 (f)	51201	15/02/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2263
3462-54.2016.4.01.4101 (f)	51201	07/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2750
3511-03.2013.4.01.4101 (f)	51201	22/03/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2755
3523-12.2016.4.01.4101 (f)	51201	26/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2840
3527-49.2016.4.01.4101 (f)	51201	01/02/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2706
3536-16.2013.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2581
3543-08.2013.4.01.4101 (f)	51201	18/11/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2651
3572-24.2014.4.01.4101 (f)	51201	26/09/2017	5570/3	JUIZ TITULAR	PUB081
3580-98.2014.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2614
3593-34.2013.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2615
3596-86.2013.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2610
3604-63.2013.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2615
3617-62.2013.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2609
3623-35.2014.4.01.4101 (f)	51201	22/02/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2745
3668-05.2015.4.01.4101 (f)	51201	19/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2871
3671-57.2015.4.01.4101 (f)	51201	19/12/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2687
3674-46.2014.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2612
3675-31.2014.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2582
3684-27.2013.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2578
3695-61.2010.4.01.4101 (f)	51201	22/03/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2751
3698-40.2015.4.01.4101 (f)	51201	22/09/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	MARCA1
3721-54.2013.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2582
3724-38.2015.4.01.4101 (f)	51201	24/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2651
3735-38.2013.4.01.4101 (f)	51201	15/02/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2410
3782-41.2015.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2583
3798-58.2016.4.01.4101 (f)	51201	02/05/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2781
3811-57.2016.4.01.4101 (f)	51201	31/07/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2865
3986-85.2015.4.01.4101 (f)	51201	24/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2651
3988-55.2015.4.01.4101 (f)	51801	23/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2601
4026-67.2015.4.01.4101 (f)	51201	12/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	ARQUIVO
4039-08.2011.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2612
4072-56.2015.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2610
4074-26.2015.4.01.4101 (f)	51201	19/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2871
4079-87.2011.4.01.4101 (f)	51201	19/12/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2689
4089-29.2014.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2584
4103-13.2014.4.01.4101 (f)	51201	15/02/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2410
4111-92.2011.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2611
4129-16.2011.4.01.4101 (f)	51201	03/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2483
4142-15.2011.4.01.4101 (f)	51201	09/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2510
4142-15.2011.4.01.4101 (f)	51201	09/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2510
4153-39.2014.4.01.4101 (f)	51201	21/11/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2653
4196-78.2011.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	RPV INSS
4210-23.2015.4.01.4101 (f)	51201	20/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2811
4292-54.2015.4.01.4101 (f)	51201	18/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2650

## SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

## Sistema Processual

## JEF ADJ - 1ª JI-PARANÁ

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
4293-39.2015.4.01.4101 (f)	51201	23/03/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2747
4321-07.2015.4.01.4101 (f)	51201	12/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2828
4343-65.2015.4.01.4101 (f)	51201	29/11/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2662
4345-35.2015.4.01.4101 (f)	51201	10/04/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2766
4350-57.2015.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2581
4352-27.2015.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2584
4355-79.2015.4.01.4101 (f)	51201	15/12/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2679
4402-24.2013.4.01.4101 (f)	51201	04/07/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2510
4422-15.2013.4.01.4101 (f)	51201	04/04/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2444
4439-51.2013.4.01.4101 (f)	51201	15/02/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2411
4448-13.2013.4.01.4101 (f)	51201	19/12/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2687
4467-19.2013.4.01.4101 (f)	51201	03/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2480
4493-17.2013.4.01.4101 (f)	51201	04/07/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2511
4501-91.2013.4.01.4101 (f)	51201	21/11/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2649
4517-45.2013.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2610
4518-30.2013.4.01.4101 (f)	51201	19/12/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2688
4536-51.2013.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2610
4539-69.2014.4.01.4101 (f)	51201	22/04/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2451
4555-57.2013.4.01.4101 (f)	51201	18/01/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2168
4566-52.2014.4.01.4101 (f)	51201	23/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2749
4570-89.2014.4.01.4101 (f)	51201	03/06/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2237
4584-10.2013.4.01.4101 (f)	51201	26/08/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2113
4587-62.2013.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2596
4599-76.2013.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2581
4640-09.2014.4.01.4101 (f)	51201	24/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2651
4658-30.2014.4.01.4101 (f)	51201	18/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2651
4755-30.2014.4.01.4101 (f)	51201	15/02/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2410
4756-15.2014.4.01.4101 (f)	51201	21/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2662
4758-53.2012.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2611
4759-67.2014.4.01.4101 (f)	51201	15/02/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2410
4764-89.2014.4.01.4101 (f)	51201	18/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2643
4765-74.2014.4.01.4101 (f)	51201	15/02/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2410
4774-36.2014.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2609
4784-80.2014.4.01.4101 (f)	51201	27/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2866
4792-57.2014.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2585
4810-78.2014.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2609
4834-09.2014.4.01.4101 (f)	51201	09/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2823
4838-80.2013.4.01.4101 (f)	51201	21/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2653
4847-08.2014.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2609
4878-62.2013.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2610
4879-47.2013.4.01.4101 (f)	51201	21/11/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2654
4890-42.2014.4.01.4101 (f)	51201	21/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2654
4908-63.2014.4.01.4101 (f)	51201	04/07/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2514
4917-25.2014.4.01.4101 (f)	51201	10/05/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2465
4923-32.2014.4.01.4101 (f)	51201	15/03/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2436
4927-69.2014.4.01.4101 (f)	51201	03/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2482
4929-44.2011.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2596
4930-58.2013.4.01.4101 (f)	51201	12/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2830
4936-36.2011.4.01.4101 (f)	51201	09/03/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2439

## SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

## Sistema Processual

## JEF ADJ - 1ª JI-PARANÁ

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
4937-50.2013.4.01.4101 (f)	51201	15/02/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 1940
4940-05.2013.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2596
4961-44.2014.4.01.4101 (f)	51201	19/12/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2688
4968-70.2013.4.01.4101 (f)	51201	21/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2653
4984-24.2013.4.01.4101 (f)	51201	19/12/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2689
4994-05.2012.4.01.4101 (f)	51201	09/03/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2439
5004-49.2012.4.01.4101 (f)	51201	18/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2642
5008-86.2012.4.01.4101 (f)	51201	01/07/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2439
5008-86.2012.4.01.4101 (f)	51201	01/07/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2439
5009-71.2012.4.01.4101 (f)	51201	03/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2480
5020-32.2014.4.01.4101 (f)	51201	23/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2749
5029-96.2011.4.01.4101 (f)	51201	19/12/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2687
5036-25.2010.4.01.4101 (f)	51201	21/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2662
5161-85.2013.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2582
5162-36.2014.4.01.4101 (f)	51201	22/03/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2753
5185-16.2013.4.01.4101 (f)	51201	19/12/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2687
5186-98.2013.4.01.4101 (f)	51201	18/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2650
5193-90.2013.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2596
5200-82.2013.4.01.4101 (f)	51201	26/07/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2865
5208-59.2013.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2607
5224-81.2011.4.01.4101 (f)	51201	04/04/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2440
5241-83.2012.4.01.4101 (f)	51201	04/04/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2443
5250-79.2011.4.01.4101 (f)	51201	15/02/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2409
5290-27.2012.4.01.4101 (f)	51201	09/03/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2438
5305-30.2011.4.01.4101 (f)	51201	22/02/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2751
5431-75.2014.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2614
5450-81.2014.4.01.4101 (f)	51201	03/06/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2483
5451-66.2014.4.01.4101 (f)	51201	09/03/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2438
5453-36.2014.4.01.4101 (f)	51201	19/12/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2686
5464-65.2014.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2609
5465-50.2014.4.01.4101 (f)	51201	15/02/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2410
5571-80.2012.4.01.4101 (f)	51201	09/03/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2438
5580-42.2012.4.01.4101 (f)	51201	22/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2754
5581-56.2014.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2614
5590-86.2012.4.01.4101 (f)	51201	12/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2839
5592-85.2014.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2582
5617-98.2014.4.01.4101 (f)	51201	12/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	ARQUIVO
5623-08.2014.4.01.4101 (f)	51201	05/07/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2515
5626-60.2014.4.01.4101 (f)	51201	22/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2760
5627-45.2014.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2585
5652-58.2014.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2611
5729-67.2014.4.01.4101 (f)	51201	15/03/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2437
5733-07.2014.4.01.4101 (f)	51201	08/01/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2389
5734-89.2014.4.01.4101 (f)	51201	04/07/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2513
5735-74.2014.4.01.4101 (f)	51201	03/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2482
5903-76.2014.4.01.4101 (f)	51201	30/11/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2678
5934-96.2014.4.01.4101 (f)	51201	19/12/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2693
5948-80.2014.4.01.4101 (f)	51201	10/05/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2465
5963-49.2014.4.01.4101 (f)	51201	24/05/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 7

**Relatório de Movimentações**  
**por período**

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
6010-23.2014.4.01.4101 (f)	51201	12/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2830
6080-40.2014.4.01.4101 (f)	51201	18/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2650
6123-79.2011.4.01.4101 (f)	51201	18/05/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2470
6136-73.2014.4.01.4101 (f)	51201	04/04/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2441
6161-86.2014.4.01.4101 (f)	51201	25/08/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	AR
6166-11.2014.4.01.4101 (f)	51201	15/02/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2410
6196-51.2011.4.01.4101 (f)	51201	24/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2648
6203-38.2014.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2583
6211-15.2014.4.01.4101 (f)	51201	09/03/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2439
6214-67.2014.4.01.4101 (f)	51201	15/02/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2410
6221-64.2011.4.01.4101 (f)	51201	22/02/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2757
6229-41.2011.4.01.4101 (f)	51201	07/07/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2349
6230-26.2011.4.01.4101 (f)	51201	03/06/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2483
6234-63.2011.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2596
6237-18.2011.4.01.4101 (f)	51201	09/08/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	AR
6240-70.2011.4.01.4101 (f)	51201	12/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2826
6266-68.2011.4.01.4101 (f)	51201	09/03/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2438
6595-80.2011.4.01.4101 (f)	51201	18/07/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2858
7855-32.2010.4.01.4101 (f)	51201	15/02/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2410
7909-95.2010.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2584

**Total Geral:** 412

**Relatório de Movimentações**  
**por período****Movimentacao**

5170 1 BAIXA: ARQUIVADOS

**Total por Movimentação**

412

**Total Geral:** 412

**Parâmetros usados para a consulta**

Período  
01/01/2016 à 31/07/2017

Movimentações a Incluir  
5170/1-BAIXA: ARQUIVADOS

Movimentações a Excluir  
Juiz



SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

Sistema Processual

JEF ADJ - 1ª JI-PARANÁ

Movimentação: 5530/3 - INICIAL: AUTUADA

Total por Subtipo: 521

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
16-43.2016.4.01.4101 (f)	51201	13/09/2016	5170/6	JUIZ TITULAR	**
35-49.2016.4.01.4101 (f)	51201	21/11/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2653
38-04.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5260/1	JUIZ TITULAR	DR. BERNARDO
42-41.2016.4.01.4101 (f)	51201	21/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2654
49-33.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	PREV02
50-18.2016.4.01.4101 (f)	51201	21/08/2017	5760/4	JUIZ TITULAR	RPVEXP1
52-85.2016.4.01.4101 (f)	51201	19/12/2016	5170/6	JUIZ TITULAR	**
53-70.2016.4.01.4101 (f)	51201	23/06/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	CONTRA 1
53-70.2016.4.01.4101 (f)	51201	23/06/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	CONTRA 1
54-55.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/08/2017	5190/18	JUIZ TITULAR	PERITO
63-17.2016.4.01.4101 (f)	51201	12/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2830
75-31.2016.4.01.4101 (f)	51201	15/08/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2882
76-16.2016.4.01.4101 (f)	51201	03/04/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2752
78-83.2016.4.01.4101 (f)	51201	22/09/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	PRAZO13-18
80-53.2016.4.01.4101 (f)	51201	26/09/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	ATO
85-75.2016.4.01.4101 (f)	51201	12/09/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	PERITO
93-52.2016.4.01.4101 (f)	51201	12/09/2017	5160/1	JUIZ SUBSTITUTO	TURMA
93-52.2016.4.01.4101 (f)	51201	12/09/2017	5160/1	JUIZ SUBSTITUTO	TURMA
95-22.2016.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	AR
101-92.2017.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5570/3	JUIZ SUBSTITUTO	PUB073
105-32.2017.4.01.4101 (f)	51201	08/06/2017	5770/1	JUIZ SUBSTITUTO	CÁLCULOS 3
109-69.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/09/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	PREV02
114-91.2017.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	PREV02
116-61.2017.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	CÁLCULOS 3
117-46.2017.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	PREV05
118-31.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/09/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	PREV05
* 120-98.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/10/2017	5190/4	JUIZ TITULAR	CARGA
123-53.2017.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	PREV05
* 132-15.2017.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5770/1	JUIZ TITULAR	ATO
133-97.2017.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5570/3	JUIZ SUBSTITUTO	PUB073
134-82.2017.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	PREV04
135-67.2017.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	JEF-URGENTE
143-44.2017.4.01.4101 (f)	51201	05/09/2017	5190/4	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA
148-66.2017.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5190/4	JUIZ TITULAR	CARGA
153-88.2017.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	PREV05
158-13.2017.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	CONCLUSO-P
167-72.2017.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	PREV05
169-42.2017.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA PERITO
* 173-79.2017.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	PREV05
181-56.2017.4.01.4101 (f)	51201	01/06/2017	5470/1	JUIZ SUBSTITUTO	MARCA1
182-41.2017.4.01.4101 (f)	51201	25/09/2017	5570/3	JUIZ TITULAR	PUB072
185-93.2017.4.01.4101 (f)	51201	17/08/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	PERITO
187-63.2017.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	COMP-LAUDO
188-48.2017.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	PREV02
189-33.2017.4.01.4101 (f)	51201	11/09/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	AR
190-18.2017.4.01.4101 (f)	51201	05/09/2017	5190/4	JUIZ TITULAR	CARGA
192-85.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/10/2017	5430/10	JUIZ TITULAR	DANILA
194-55.2017.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	CONCLUSO-P
195-40.2017.4.01.4101 (f)	51201	20/09/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	DESPACHO2

## SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

por período

Sistema Processual

JEF ADJ - 1ª JI-PARANÁ

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
196-25.2017.4.01.4101 (f)	51201	05/09/2017	5190/4	JUIZ TITULAR	CARGA
198-92.2017.4.01.4101 (f)	51201	05/09/2017	5190/4	JUIZ TITULAR	CARGA
203-17.2017.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	CONCLUSO-P
204-36.2016.4.01.4101 (f)	51201	15/12/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2444
205-21.2016.4.01.4101 (f)	51201	18/09/2017	5760/4	JUIZ SUBSTITUTO	RPVEXP1
206-06.2016.4.01.4101 (f)	51201	30/08/2017	5760/2	JUIZ TITULAR	RPV INSS
207-54.2017.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	PREV02
210-43.2016.4.01.4101 (f)	51201	07/07/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	RECTURMA 1
* 211-28.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/09/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	RPV INSS
215-31.2017.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	PUB072
216-16.2017.4.01.4101 (f)	51201	20/06/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	DESIG1
220-87.2016.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2614
221-38.2017.4.01.4101 (f)	51201	25/09/2017	5770/2	JUIZ SUBSTITUTO	ATO
222-57.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	ARQUIVO
225-75.2017.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	RECURSO-R1
226-60.2017.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5190/15	JUIZ TITULAR	MPF
* 228-64.2016.4.01.4101 (f)	51201	03/08/2017	5260/1	JUIZ TITULAR	E. DECLARAÇÃO 1
* 229-49.2016.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2017	5160/1	JUIZ SUBSTITUTO	TURMA
* 232-67.2017.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5190/4	JUIZ TITULAR	CARGA
233-52.2017.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA PERITO
233-86.2016.4.01.4101 (f)	51201	07/07/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	RECTURMA 1
235-22.2017.4.01.4101 (f)	51201	08/06/2017	5770/1	JUIZ SUBSTITUTO	CÁLCULOS 4
237-89.2017.4.01.4101 (f)	51201	28/06/2017	5470/4	JUIZ SUBSTITUTO	DESIG1
246-85.2016.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	AR
* 247-70.2016.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	RPV INSS
260-69.2016.4.01.4101 (f)	51201	24/07/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	CÁLCULOS 3
261-54.2016.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	ATO
262-05.2017.4.01.4101 (f)	51201	15/09/2017	5770/1	JUIZ SUBSTITUTO	ATO
265-91.2016.4.01.4101 (f)	51201	15/09/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	ATO
268-46.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2581
274-53.2016.4.01.4101 (f)	51201	18/08/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
275-38.2016.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	AR
278-90.2016.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2610
281-45.2016.4.01.4101 (f)	51201	14/07/2017	5720/4	JUIZ SUBSTITUTO	CONTRA 1
282-93.2017.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	PREV05
283-15.2016.4.01.4101 (f)	51201	18/07/2017	5580/99	JUIZ SUBSTITUTO	PRAZO-TJ
283-78.2017.4.01.4101 (f)	51201	06/09/2017	5190/4	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA
292-74.2016.4.01.4101 (f)	51201	27/07/2017	5580/99	JUIZ TITULAR	JUIZADO 7
294-44.2016.4.01.4101 (f)	51201	07/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2750
300-51.2016.4.01.4101 (f)	51201	28/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2865
308-91.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/09/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	PREV05
* 312-31.2017.4.01.4101 (f)	51201	03/08/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2855
313-16.2017.4.01.4101 (f)	51201	21/08/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2904
331-37.2017.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
370-34.2017.4.01.4101 (f)	51201	19/09/2017	5460/1	JUIZ TITULAR	DESIG1
* 397-17.2017.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5770/1	JUIZ SUBSTITUTO	ATO
505-80.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/06/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	CÁLCULOS 2
508-35.2016.4.01.4101 (f)	51201	05/09/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	RECTURMA 2
516-12.2016.4.01.4101 (f)	51201	14/09/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	PRAZO19-24

## SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

## Sistema Processual

## JEF ADJ - 1ª JI-PARANÁ

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
517-94.2016.4.01.4101 (f)	51201	14/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2823
518-79.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/08/2017	5190/18	JUIZ TITULAR	PERITO
527-41.2016.4.01.4101 (f)	51201	10/10/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	ARQUIVAR
528-26.2016.4.01.4101 (f)	51201	22/09/2017	5160/1	JUIZ TITULAR	TURMA
531-78.2016.4.01.4101 (f)	51201	12/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	ARQUIVO
* 534-33.2016.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
541-25.2016.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2608
544-77.2016.4.01.4101 (f)	51201	25/05/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	DESPACHO1
547-32.2016.4.01.4101 (f)	51201	02/10/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	DESPACHO1
549-02.2016.4.01.4101 (f)	51201	02/08/2016	5170/6	JUIZ SUBSTITUTO	**
565-53.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/05/2017	5580/3	JUIZ SUBSTITUTO	PRAZO-TJ
568-08.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5890/1	JUIZ TITULAR	ATO
583-74.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5190/4	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA
589-81.2016.4.01.4101 (f)	51300	05/10/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	PUB072
594-06.2016.4.01.4101 (f)	51201	24/04/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	DESPACHO1
* 596-73.2016.4.01.4101 (f)	51201	13/10/2017	5570/8	JUIZ TITULAR	006
599-28.2016.4.01.4101 (f)	51201	17/08/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	RPV INSS
691-69.2017.4.01.4101 (f)	51201	21/09/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	PERITO
706-38.2017.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	PUB072
712-45.2017.4.01.4101 (f)	51201	22/09/2017	5190/18	JUIZ TITULAR	PERITO
719-37.2017.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
721-07.2017.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	PREV05
726-29.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/09/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	PREV02
731-51.2017.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	PREV02
736-73.2017.4.01.4101 (f)	51201	02/10/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	ATO
741-95.2017.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5570/3	JUIZ SUBSTITUTO	PUB073
743-65.2017.4.01.4101 (f)	51201	19/09/2017	5565/4	JUIZ SUBSTITUTO	EXP1
750-57.2017.4.01.4101 (f)	51201	25/09/2017	5770/2	JUIZ TITULAR	CONCLUSO-P
761-86.2017.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	CONCLUSO-P
767-93.2017.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
* 801-05.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	RECURSO-R1
803-72.2016.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5160/1	JUIZ SUBSTITUTO	TURMA
806-27.2016.4.01.4101 (f)	51201	26/09/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	RPV INSS
807-12.2016.4.01.4101 (f)	51201	24/08/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	CONTRA 1
810-98.2015.4.01.4101 (f)	51201	10/10/2017	5770/1	JUIZ TITULAR	ATO
813-19.2016.4.01.4101 (f)	51201	15/08/2017	5580/99	JUIZ SUBSTITUTO	CONCLUSO-P
817-56.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5190/4	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA
818-41.2016.4.01.4101 (f)	51201	24/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2648
821-93.2016.4.01.4101 (f)	51201	25/09/2017	5460/1	JUIZ SUBSTITUTO	DESIG1
827-03.2016.4.01.4101 (f)	51201	25/09/2017	5190/4	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA
828-85.2016.4.01.4101 (f)	51201	22/09/2017	5160/1	JUIZ TITULAR	TURMA
* 833-10.2016.4.01.4101 (f)	51201	12/09/2017	5190/4	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA ADVOGADO
834-58.2017.4.01.4101 (f)	51201	23/08/2017	5190/4	JUIZ TITULAR	CARGA ADVOGADO
834-92.2016.4.01.4101 (f)	51201	12/09/2017	5160/1	JUIZ TITULAR	TURMA
835-43.2017.4.01.4101 (f)	51201	31/07/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2865
837-47.2016.4.01.4101 (f)	51201	18/08/2017	5760/4	JUIZ SUBSTITUTO	ATO
* 838-32.2016.4.01.4101 (f)	51201	08/09/2017	5190/15	JUIZ TITULAR	MPF
839-17.2016.4.01.4101 (f)	51201	13/10/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
842-69.2016.4.01.4101 (f)	51201	12/09/2017	5160/1	JUIZ TITULAR	TURMA

## SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

## Sistema Processual

## JEF ADJ - 1ª JI-PARANÁ

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
845-24.2016.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	PREV02
846-72.2017.4.01.4101 (f)	51201	30/08/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2845
847-91.2016.4.01.4101 (f)	51201	27/06/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	RECTURMA 1
850-46.2016.4.01.4101 (f)	51201	14/08/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	RECTURMA 2
852-79.2017.4.01.4101 (f)	51201	16/10/2017	5570/3	JUIZ TITULAR	PUB073
853-98.2016.4.01.4101 (f)	51201	26/09/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	ATO
855-34.2017.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
858-23.2016.4.01.4101 (f)	51201	22/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2754
869-52.2016.4.01.4101 (f)	51201	25/08/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA PERITO
870-37.2016.4.01.4101 (f)	51201	25/07/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	DESIG1
871-22.2016.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5570/3	JUIZ SUBSTITUTO	PUB073
873-89.2016.4.01.4101 (f)	51201	13/09/2017	5460/1	JUIZ SUBSTITUTO	DESIG1
878-14.2016.4.01.4101 (f)	51201	23/08/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	RPV INSS
883-36.2016.4.01.4101 (f)	51201	16/10/2017	5160/1	JUIZ SUBSTITUTO	SEPIP
888-58.2016.4.01.4101 (f)	51201	15/09/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
891-76.2017.4.01.4101 (f)	51201	18/09/2017	5770/1	JUIZ SUBSTITUTO	ATO
894-31.2017.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	CONCLUSO-P
895-50.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2608
898-68.2017.4.01.4101 (f)	51201	05/09/2017	5190/4	JUIZ TITULAR	CARGA
* 908-49.2016.4.01.4101 (f)	51201	05/07/2017	5160/1	JUIZ TITULAR	TURMA
929-25.2016.4.01.4101 (f)	51201	22/03/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2738
935-32.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/07/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	CÁLCULOS 1
941-39.2016.4.01.4101 (f)	51201	02/10/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	DESPACHO1
943-09.2016.4.01.4101 (f)	51201	13/10/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	CONTRA 1
944-91.2016.4.01.4101 (f)	51201	08/08/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	RECURSO-R1
947-46.2016.4.01.4101 (f)	51201	26/09/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	PUB072
951-83.2016.4.01.4101 (f)	51201	26/09/2017	5570/3	JUIZ SUBSTITUTO	PUB081
955-23.2016.4.01.4101 (f)	51201	07/08/2017	5470/4	JUIZ SUBSTITUTO	DESIG1
956-08.2016.4.01.4101 (f)	51201	25/08/2017	5160/1	JUIZ TITULAR	TURMA
963-97.2016.4.01.4101 (f)	51201	05/09/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	RECTURMA 2
972-59.2016.4.01.4101 (f)	51201	20/07/2017	5720/4	JUIZ TITULAR	CONTRA 1
973-44.2016.4.01.4101 (f)	51201	20/07/2017	5720/4	JUIZ SUBSTITUTO	CONTRA 1
980-36.2016.4.01.4101 (f)	51201	25/09/2017	5190/4	JUIZ TITULAR	CARGA
983-88.2016.4.01.4101 (f)	51201	31/07/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	RECURSO-R1
984-73.2016.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	PRAZO19-24
985-58.2016.4.01.4101 (f)	51201	19/06/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	CÁLCULOS 1
987-28.2016.4.01.4101 (f)	51201	25/08/2017	5160/1	JUIZ SUBSTITUTO	TURMA
989-95.2016.4.01.4101 (f)	51201	30/08/2017	5630/1	JUIZ SUBSTITUTO	PRAZO7-12
1217-70.2016.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
* 1218-55.2016.4.01.4101 (f)	51201	07/07/2017	5160/1	JUIZ TITULAR	TURMA
* 1219-40.2016.4.01.4101 (f)	51201	18/08/2017	5190/4	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA
1222-58.2017.4.01.4101 (f)	51201	19/09/2017	5580/99	JUIZ TITULAR	PRAZO25-31
1224-28.2017.4.01.4101 (f)	51201	21/09/2017	5190/18	JUIZ TITULAR	PERITO
1224-62.2016.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2606
1225-13.2017.4.01.4101 (f)	51201	19/09/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	PERITO
* 1225-47.2016.4.01.4101 (f)	51201	08/08/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2903
1226-32.2016.4.01.4101 (f)	51201	24/04/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	CÁLCULOS
1229-50.2017.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	PREV05
1231-54.2016.4.01.4101 (f)	51201	01/08/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	COMP-LAUDO

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

Sistema Processual

JEF ADJ - 1ª JI-PARANÁ

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
1232-05.2017.4.01.4101 (f)	51201	12/09/2017	5190/18	JUIZ TITULAR	PERITO
1235-91.2016.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	PRAZO19-24
1242-49.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/10/2017	5430/10	JUIZ TITULAR	DANILA
1243-34.2017.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	PREV02
1244-19.2017.4.01.4101 (f)	51201	26/09/2017	5580/99	JUIZ TITULAR	DESIG1
1245-38.2016.4.01.4101 (f)	51201	15/09/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
1250-26.2017.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2017	5770/1	JUIZ TITULAR	ATO
1252-30.2016.4.01.4101 (f)	51201	21/06/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	CONTRA 1
1255-48.2017.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	PREV05
1256-67.2016.4.01.4101 (f)	51201	28/07/2017	5580/99	JUIZ TITULAR	PRAZO-TJ
1258-37.2016.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	PRAZO19-24
1264-10.2017.4.01.4101 (f)	51201	19/09/2017	5190/4	JUIZ TITULAR	CARGA ADVOGADO
1264-44.2016.4.01.4101 (f)	51201	18/09/2017	5720/9	JUIZ TITULAR	RECURSO-A1
1265-29.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	PUB072
1266-14.2016.4.01.4101 (f)	51201	24/08/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	RPV INSS
1268-47.2017.4.01.4101 (f)	51201	23/08/2017	5190/4	JUIZ TITULAR	CARGA ADVOGADO
1270-17.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/10/2017	5190/4	JUIZ TITULAR	CARGA
1271-02.2017.4.01.4101 (f)	51201	22/09/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	PERITO
1272-21.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/05/2017	5720/9	JUIZ TITULAR	RECURSO-R1
1274-54.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/10/2017	5570/3	JUIZ TITULAR	PUB073
1275-73.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
* 1284-35.2016.4.01.4101 (f)	51201	02/10/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	RPV INSS
1286-68.2017.4.01.4101 (f)	51201	16/10/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	MARCA1
1287-53.2017.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	PREV02
* 1288-72.2016.4.01.4101 (f)	51201	01/08/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2888
1289-23.2017.4.01.4101 (f)	51201	30/05/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	MARCA1
1291-27.2016.4.01.4101 (f)	51201	25/08/2017	5760/4	JUIZ SUBSTITUTO	RPVEXP1
1292-75.2017.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	CONCLUSO-P
1294-45.2017.4.01.4101 (f)	51201	21/09/2017	5190/18	JUIZ TITULAR	PERITO
* 1296-49.2016.4.01.4101 (f)	51201	22/09/2017	5890/1	JUIZ TITULAR	RPV INSS
1299-04.2016.4.01.4101 (f)	51201	17/08/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	RPV INSS
1300-52.2017.4.01.4101 (f)	51201	22/09/2017	5190/18	JUIZ TITULAR	PERITO
* 1304-26.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/08/2017	5720/4	JUIZ TITULAR	CONTRA 1
1304-89.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/10/2017	5570/3	JUIZ TITULAR	PUB073
1307-78.2016.4.01.4101 (f)	51201	15/09/2017	5160/1	JUIZ SUBSTITUTO	TURMA
1315-55.2016.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	AR
1328-54.2016.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	AR
1342-04.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/09/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	PREV02
* 1347-60.2016.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	ARQUIVO
1348-11.2017.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	PREV05
1353-67.2016.4.01.4101 (f)	51201	15/05/2017	5720/9	JUIZ SUBSTITUTO	RECURSO-R1
1354-18.2017.4.01.4101 (f)	51201	25/08/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
1356-85.2017.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	PREV05
1357-07.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	PUB072
1363-77.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/10/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 1
1364-62.2017.4.01.4101 (f)	51201	18/09/2017	5770/1	JUIZ TITULAR	ATO
1371-54.2017.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA PERITO
1373-24.2017.4.01.4101 (f)	51201	17/08/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	PERITO
1379-65.2016.4.01.4101 (f)	51201	05/09/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	RPV INSS

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

Sistema Processual

JEF ADJ - 1ª JI-PARANÁ

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
1380-50.2016.4.01.4101 (f)	51201	13/10/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	JUIZADO 1
1386-57.2016.4.01.4101 (f)	51201	16/06/2017	5565/4	JUIZ TITULAR	ATO
1391-45.2017.4.01.4101 (f)	51201	04/09/2017	5470/4	JUIZ SUBSTITUTO	RECURSO-R1
1394-97.2017.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	CONCLUSO-P
1409-66.2017.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	GAB SUBSTITUTO
1410-51.2017.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	PRAZO19-24
1412-21.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/10/2017	5570/3	JUIZ TITULAR	PUB073
1415-73.2017.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	PREV05
1416-58.2017.4.01.4101 (f)	51201	18/09/2017	5460/1	JUIZ TITULAR	COMP-LAUDO
1422-65.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/10/2017	5430/8	JUIZ TITULAR	EXP1
1426-05.2017.4.01.4101 (f)	51201	19/09/2017	5460/1	JUIZ TITULAR	COMP-LAUDO
1431-27.2017.4.01.4101 (f)	51201	02/08/2017	5580/99	JUIZ SUBSTITUTO	PRAZO7-12
1445-11.2017.4.01.4101 (f)	51201	23/08/2017	5190/4	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA ADVOGADO
1448-63.2017.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	CONCLUSO-P
1451-18.2017.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	PREV02
1454-70.2017.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	ARQUIVO
1456-40.2017.4.01.4101 (f)	51201	22/09/2017	5190/18	JUIZ TITULAR	PERITO
1457-25.2017.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	PREV05
1463-32.2017.4.01.4101 (f)	51201	02/10/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	CONCLUSO-P
1468-54.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/10/2017	5570/8	JUIZ TITULAR	006
1507-85.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2839
* 1545-97.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
* 1549-37.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/08/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	PERITO
1592-71.2016.4.01.4101 (f)	51201	10/10/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	CONCLUSO-P
1620-39.2016.4.01.4101 (f)	51201	08/09/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
1621-24.2016.4.01.4101 (f)	51201	08/08/2017	5460/1	JUIZ SUBSTITUTO	COMP-LAUDO
1623-91.2016.4.01.4101 (f)	51201	08/09/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	RECURSO-R1
1625-61.2016.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	CONTRA 1
1626-46.2016.4.01.4101 (f)	51201	12/09/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	CONTRA 1
1631-68.2016.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	AR
1637-75.2016.4.01.4101 (f)	51201	12/09/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	AR
1638-60.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/09/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	DESIG1
1639-45.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	PREV05
1641-15.2016.4.01.4101 (f)	51201	25/09/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	AR
* 1647-22.2016.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	RPV INSS
* 1652-44.2016.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5160/1	JUIZ TITULAR	TURMA
1665-43.2016.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	PRAZO19-24
1671-50.2016.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5160/1	JUIZ SUBSTITUTO	TURMA
1672-35.2016.4.01.4101 (f)	51201	15/05/2017	5720/9	JUIZ TITULAR	RECURSO-R1
1682-79.2016.4.01.4101 (f)	51201	03/08/2017	5160/1	JUIZ TITULAR	TURMA
1696-63.2016.4.01.4101 (f)	51201	21/09/2017	5460/1	JUIZ TITULAR	DESIG1
1702-70.2016.4.01.4101 (f)	51201	15/12/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2677
1741-67.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2581
1748-59.2016.4.01.4101 (f)	51201	23/11/2016	5170/6	JUIZ TITULAR	**
1838-67.2016.4.01.4101 (f)	51201	10/10/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	PRAZO19-24
1851-66.2016.4.01.4101 (f)	51201	08/08/2017	5460/1	JUIZ SUBSTITUTO	COMP-LAUDO
1855-06.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	RECURSO-R1
1857-73.2016.4.01.4101 (f)	51201	10/07/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	CÁLCULOS 4
1862-95.2016.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2017	5190/15	JUIZ TITULAR	MPF

## SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

## Sistema Processual

## JEF ADJ - 1ª JI-PARANÁ

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
1867-20.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2580
* 1868-05.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	EXP1
* 1875-94.2016.4.01.4101 (f)	51201	13/10/2017	5570/8	JUIZ SUBSTITUTO	006
1880-19.2016.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	PRAZO19-24
1884-56.2016.4.01.4101 (f)	51201	19/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2872
1885-41.2016.4.01.4101 (f)	51201	15/09/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	RECURSO-A1
1886-26.2016.4.01.4101 (f)	51201	19/12/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2691
1895-85.2016.4.01.4101 (f)	51201	12/05/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	CÁLCULOS
1901-58.2017.4.01.4101 (f)	51201	08/09/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
1905-95.2017.4.01.4101 (f)	51201	02/10/2017	5770/1	JUIZ SUBSTITUTO	CONCLUSO-P
1950-02.2017.4.01.4101 (f)	51201	18/09/2017	5770/1	JUIZ TITULAR	ATO
1953-54.2017.4.01.4101 (f)	51201	14/09/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	PERITO
1955-24.2017.4.01.4101 (f)	51201	03/10/2017	5190/4	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA
1956-09.2017.4.01.4101 (f)	51201	03/10/2017	5190/4	JUIZ TITULAR	CARGA
1962-16.2017.4.01.4101 (f)	51201	10/10/2017	5770/1	JUIZ TITULAR	ATO
1964-83.2017.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
1965-68.2017.4.01.4101 (f)	51201	03/10/2017	5190/4	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA
1974-30.2017.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	PUB072
1981-22.2017.4.01.4101 (f)	51201	12/09/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	PERITO
1990-81.2017.4.01.4101 (f)	51201	15/09/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	INI-P1
1993-36.2017.4.01.4101 (f)	51201	14/09/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	PERITO
1994-21.2017.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	PUB072
1995-06.2017.4.01.4101 (f)	51201	12/09/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	PERITO
1997-73.2017.4.01.4101 (f)	51201	09/08/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	PERITO
1999-43.2017.4.01.4101 (f)	51201	15/09/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
2000-28.2017.4.01.4101 (f)	51201	15/09/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
2001-13.2017.4.01.4101 (f)	51201	09/08/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	PERITO
2002-95.2017.4.01.4101 (f)	51201	12/09/2017	5190/18	JUIZ TITULAR	PERITO
2003-80.2017.4.01.4101 (f)	51201	22/09/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	PERITO
2007-20.2017.4.01.4101 (f)	51201	16/10/2017	5470/4	JUIZ SUBSTITUTO	SEPIP
2012-76.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/08/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2902
2013-61.2016.4.01.4101 (f)	51201	27/06/2017	5720/4	JUIZ SUBSTITUTO	CONTRA 1
2024-56.2017.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
2026-26.2017.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	INI-P1
2027-11.2017.4.01.4101 (f)	51201	11/09/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	MARCA1
2040-10.2017.4.01.4101 (f)	51201	09/08/2017	5190/18	JUIZ TITULAR	PERITO
2041-92.2017.4.01.4101 (f)	51201	17/08/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	PERITO
2042-77.2017.4.01.4101 (f)	51201	09/08/2017	5190/18	JUIZ TITULAR	PERITO
2043-62.2017.4.01.4101 (f)	51201	20/09/2017	5570/3	JUIZ SUBSTITUTO	AGUARDA-P1
2049-69.2017.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5770/1	JUIZ SUBSTITUTO	ATO
2060-98.2017.4.01.4101 (f)	51201	22/09/2017	5190/18	JUIZ TITULAR	PERITO
2061-20.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	MARCA1
2066-08.2017.4.01.4101 (f)	51201	22/09/2017	5190/18	JUIZ TITULAR	PERITO
2066-42.2016.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	RPV INSS
2067-27.2016.4.01.4101 (f)	51201	12/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2830
2068-12.2016.4.01.4101 (f)	51201	28/08/2017	5580/3	JUIZ TITULAR	PRAZO7-12
2068-75.2017.4.01.4101 (f)	51201	14/09/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	MARCA1
2071-64.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	PREV05
2072-15.2017.4.01.4101 (f)	51201	12/09/2017	5190/18	JUIZ TITULAR	PERITO

## SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

## Sistema Processual

## JEF ADJ - 1ª JI-PARANÁ

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
2073-34.2016.4.01.4101 (f)	51201	21/06/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	CONTRA 1
2075-67.2017.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2017	5570/3	JUIZ SUBSTITUTO	PUB072
2076-86.2016.4.01.4101 (f)	51201	07/08/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	CONTRA 1
* 2077-71.2016.4.01.4101 (f)	51201	02/10/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	ATO
* 2078-56.2016.4.01.4101 (f)	51201	23/08/2017	5580/3	JUIZ TITULAR	RECURSO-R1
2081-11.2016.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5570/3	JUIZ SUBSTITUTO	PUB073
2082-93.2016.4.01.4101 (f)	51201	12/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2833
* 2083-78.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/07/2017	5460/1	JUIZ SUBSTITUTO	DESIG1
2086-96.2017.4.01.4101 (f)	51201	02/10/2017	5770/1	JUIZ TITULAR	ATO
2088-66.2017.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	PREV05
2090-70.2016.4.01.4101 (f)	51201	13/10/2017	5570/3	JUIZ TITULAR	PUB073
2093-25.2016.4.01.4101 (f)	51201	22/09/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	PERITO
2094-10.2016.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5160/1	JUIZ TITULAR	TURMA
2095-58.2017.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	GAB SUBSTITUTO
2095-92.2016.4.01.4101 (f)	51201	01/02/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2706
2100-80.2017.4.01.4101 (f)	51201	20/09/2017	5570/3	JUIZ TITULAR	AGUARDA-P1
2113-16.2016.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5460/1	JUIZ SUBSTITUTO	MARCA1
2131-37.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5720/4	JUIZ SUBSTITUTO	CONTRA 1
* 2133-07.2016.4.01.4101 (f)	51201	02/10/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	RPV INSS
2150-43.2016.4.01.4101 (f)	51201	19/09/2017	5460/1	JUIZ TITULAR	DESIG1
2154-80.2016.4.01.4101 (f)	51201	31/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2750
2155-65.2016.4.01.4101 (f)	51201	31/07/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2827
2208-80.2015.4.01.4101 (f)	51201	26/09/2017	5580/99	JUIZ TITULAR	PRAZO13-18
2264-79.2016.4.01.4101 (f)	51201	30/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2608
2280-33.2016.4.01.4101 (f)	51201	18/09/2017	5460/1	JUIZ TITULAR	COMP-LAUDO
* 2281-18.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
2282-03.2016.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	PUB072
2290-77.2016.4.01.4101 (f)	51201	16/10/2017	5260/2	JUIZ TITULAR	TRF1DOC
* 2291-62.2016.4.01.4101 (f)	51201	03/10/2017	5190/4	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA
2298-54.2016.4.01.4101 (f)	51201	24/08/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	RECURSO-R1
2299-39.2016.4.01.4101 (f)	51201	23/08/2017	5190/4	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA ADVOGADO
2300-24.2016.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	PREV02
2304-61.2016.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	ATO
2320-15.2016.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	MIGRAÇÃO
2351-35.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	CONCLUSO-P
2359-12.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	PUB072
2360-94.2016.4.01.4101 (f)	51201	26/04/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	DESPACHO1
2380-85.2016.4.01.4101 (f)	51201	21/09/2017	5190/4	JUIZ TITULAR	CARGA
2392-02.2016.4.01.4101 (f)	51201	20/09/2017	5460/1	JUIZ TITULAR	COMP-LAUDO
2409-04.2017.4.01.4101 (f)	51201	30/08/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	MARCA1
2410-86.2017.4.01.4101 (f)	51201	09/08/2017	5190/18	JUIZ TITULAR	PERITO
2412-90.2016.4.01.4101 (f)	51201	05/09/2017	5720/9	JUIZ TITULAR	RECURSO-R1
2417-15.2016.4.01.4101 (f)	51201	07/08/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	RECURSO-R1
2419-82.2016.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	PREV05
2420-33.2017.4.01.4101 (f)	51201	14/09/2017	5190/18	JUIZ TITULAR	PERITO
2420-67.2016.4.01.4101 (f)	51201	15/12/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2679
2423-85.2017.4.01.4101 (f)	51201	22/09/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	PERITO
2425-55.2017.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA PERITO
2426-40.2017.4.01.4101 (f)	51201	26/09/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	DESPACHO1



## SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

## Sistema Processual

## JEF ADJ - 1ª JI-PARANÁ

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
2431-62.2017.4.01.4101 (f)	51201	14/09/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	PERITO
2435-02.2017.4.01.4101 (f)	51201	15/09/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	INI-P1
2440-24.2017.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
2445-46.2017.4.01.4101 (f)	51201	14/09/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	PERITO
2450-68.2017.4.01.4101 (f)	51201	22/08/2017	5150/9	JUIZ TITULAR	EXP1
2452-38.2017.4.01.4101 (f)	51201	14/09/2017	5190/18	JUIZ TITULAR	PERITO
2458-45.2017.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
2461-97.2017.4.01.4101 (f)	51201	08/09/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	MARCA1
2470-59.2017.4.01.4101 (f)	51201	14/08/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	PRAZO25-31
2472-29.2017.4.01.4101 (f)	51201	19/09/2017	5190/18	JUIZ TITULAR	PERITO
2479-21.2017.4.01.4101 (f)	51201	14/09/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	PERITO
2482-73.2017.4.01.4101 (f)	51201	06/09/2017	5470/7	JUIZ TITULAR	MARCA1
2484-43.2017.4.01.4101 (f)	51201	16/10/2017	5470/4	JUIZ SUBSTITUTO	SEPIP
2485-28.2017.4.01.4101 (f)	51201	20/09/2017	5580/99	JUIZ SUBSTITUTO	PRAZO25-31
2498-27.2017.4.01.4101 (f)	51201	02/10/2017	5770/1	JUIZ TITULAR	ATO
2499-12.2017.4.01.4101 (f)	51201	09/08/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	PERITO
2500-94.2017.4.01.4101 (f)	51201	04/09/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	MARCA1
2505-19.2017.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	GAB SUBSTITUTO
2507-86.2017.4.01.4101 (f)	51201	14/08/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	PRAZO25-31
2509-56.2017.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA PERITO
2517-33.2017.4.01.4101 (f)	51201	09/08/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	PERITO
2521-70.2017.4.01.4101 (f)	51201	20/09/2017	5570/3	JUIZ SUBSTITUTO	AGUARDA-P1
2526-92.2017.4.01.4101 (f)	51201	02/10/2017	5770/1	JUIZ TITULAR	ATO
2541-61.2017.4.01.4101 (f)	51201	12/09/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	PERITO
2543-31.2017.4.01.4101 (f)	51201	16/10/2017	5566/4	JUIZ SUBSTITUTO	AGUARDA-P2
2545-98.2017.4.01.4101 (f)	51201	20/09/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	INI-P1
2557-15.2017.4.01.4101 (f)	51201	21/09/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	PERITO
2559-82.2017.4.01.4101 (f)	51201	14/09/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	PERITO
2562-37.2017.4.01.4101 (f)	51201	19/09/2017	5190/18	JUIZ TITULAR	PERITO
2570-14.2017.4.01.4101 (f)	51201	15/09/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	INI-P1
2571-96.2017.4.01.4101 (f)	51201	20/09/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	MARCA1
2573-66.2017.4.01.4101 (f)	51201	19/09/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	PERITO
2574-51.2017.4.01.4101 (f)	51201	22/09/2017	5190/18	JUIZ TITULAR	PERITO
2577-06.2017.4.01.4101 (f)	51201	26/09/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	INI-P1
2580-58.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/10/2017	5190/4	JUIZ TITULAR	CARGA
2581-43.2017.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA PERITO
2584-95.2017.4.01.4101 (f)	51201	14/09/2017	5190/18	JUIZ TITULAR	PERITO
2702-08.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5720/9	JUIZ TITULAR	CONTRA 1
2708-15.2016.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2017	5630/2	JUIZ TITULAR	AURELINO
* 2709-97.2016.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	PRAZO19-24
2727-21.2016.4.01.4101 (f)	51201	14/09/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	CONTRA 1
2740-20.2016.4.01.4101 (f)	51201	21/07/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	PRAZO7-12
2741-05.2016.4.01.4101 (f)	51201	18/09/2017	5760/4	JUIZ SUBSTITUTO	RPVEXP1
* 2742-87.2016.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	AR
2830-28.2016.4.01.4101 (f)	51201	16/10/2017	5570/3	JUIZ TITULAR	PUB073
2833-80.2016.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5160/1	JUIZ SUBSTITUTO	020
2841-57.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/09/2017	5190/4	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA
2847-64.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/08/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2903
2853-71.2016.4.01.4101 (f)	51201	30/08/2017	5460/1	JUIZ SUBSTITUTO	COMP-LAUDO

## SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

## Sistema Processual

## JEF ADJ - 1ª JI-PARANÁ

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
2855-41.2016.4.01.4101 (f)	51201	13/10/2017	5260/2	JUIZ SUBSTITUTO	DR. SAMUEL
2858-93.2016.4.01.4101 (f)	51201	12/07/2017	5580/3	JUIZ TITULAR	PRAZO25-31
2859-78.2016.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	PREV02
* 2876-17.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/08/2017	5190/18	JUIZ TITULAR	PERITO
2888-31.2016.4.01.4101 (f)	51201	02/10/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	DESPACHO1
2890-98.2016.4.01.4101 (f)	51201	26/09/2017	5570/3	JUIZ TITULAR	PUB081
2900-45.2016.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5770/1	JUIZ TITULAR	ATO
2936-87.2016.4.01.4101 (f)	51201	18/09/2017	5460/1	JUIZ TITULAR	COMP-LAUDO
2941-12.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/02/2017	5170/6	JUIZ SUBSTITUTO	*
2945-49.2016.4.01.4101 (f)	51201	20/09/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	PUB072
2956-78.2016.4.01.4101 (f)	51201	14/09/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	DESPACHO2
* 3271-09.2016.4.01.4101 (f)	51201	25/09/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	AR
* 3274-61.2016.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	ARQUIVO
3275-46.2016.4.01.4101 (f)	51201	08/06/2017	5770/1	JUIZ SUBSTITUTO	CÁLCULOS 3
3284-08.2016.4.01.4101 (f)	51201	21/08/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2905
3285-90.2016.4.01.4101 (f)	51201	23/08/2017	5190/4	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA ADVOGADO
3288-45.2016.4.01.4101 (f)	51201	13/09/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	PREV05
3293-67.2016.4.01.4101 (f)	51201	13/09/2017	5460/1	JUIZ SUBSTITUTO	WILLIAN
3295-37.2016.4.01.4101 (f)	51201	08/08/2017	5460/1	JUIZ SUBSTITUTO	COMP-LAUDO
3297-07.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
* 3305-81.2016.4.01.4101 (f)	51201	08/08/2017	5580/3	JUIZ SUBSTITUTO	PRAZO19-24
* 3312-73.2016.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	PRAZO19-24
3318-80.2016.4.01.4101 (f)	51201	31/08/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	DESPACHO2
3321-35.2016.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	CRISTIANE
3322-20.2016.4.01.4101 (f)	51201	02/06/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	DESIG1
3323-05.2016.4.01.4101 (f)	51201	08/09/2017	5720/9	JUIZ SUBSTITUTO	RECURSO-A1
3324-87.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	PREV05
3330-94.2016.4.01.4101 (f)	51201	25/09/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	AR
3335-19.2016.4.01.4101 (f)	51201	13/10/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
3336-04.2016.4.01.4101 (f)	51201	31/01/2017	5170/3	JUIZ TITULAR	*
3343-93.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	CONCLUSO-P
3358-62.2016.4.01.4101 (f)	51201	13/10/2017	5190/4	JUIZ TITULAR	CARGA
3359-47.2016.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5570/3	JUIZ SUBSTITUTO	PUB073
3462-54.2016.4.01.4101 (f)	51201	07/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2750
3468-61.2016.4.01.4101 (f)	51201	13/10/2017	5430/10	JUIZ TITULAR	DANILA
3469-46.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	PREV05
3471-16.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
3491-07.2016.4.01.4101 (f)	51201	17/08/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	PERITO
3492-89.2016.4.01.4101 (f)	51201	03/10/2017	5720/4	JUIZ TITULAR	CONTRA 1
3496-29.2016.4.01.4101 (f)	51201	03/10/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	CONCLUSO-P
3499-81.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
3515-35.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/09/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	JEF-AUDIÊNCIAS
3516-20.2016.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
3523-12.2016.4.01.4101 (f)	51201	26/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2840
3527-49.2016.4.01.4101 (f)	51201	01/02/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2706
3547-40.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	CONCLUSO-P
3548-25.2016.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	PREV05
3553-47.2016.4.01.4101 (f)	51201	08/09/2017	5190/4	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA
3554-32.2016.4.01.4101 (f)	51201	21/09/2017	5570/3	JUIZ TITULAR	PUB072

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

Sistema Processual

JEF ADJ - 1ª JI-PARANÁ

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
3557-84.2016.4.01.4101 (f)	51201	16/05/2017	5170/6	JUIZ SUBSTITUTO	**
3558-69.2016.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5190/18	JUIZ TITULAR	CARGA PERITO
3559-54.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5190/4	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA
3698-06.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/06/2017	5770/1	JUIZ TITULAR	CÁLCULOS 3
* 3699-88.2016.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA PERITO
3752-69.2016.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	DESIG1
3759-61.2016.4.01.4101 (f)	51201	25/08/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	PREV04
3791-66.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
3798-58.2016.4.01.4101 (f)	51201	02/05/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2781
3811-57.2016.4.01.4101 (f)	51201	31/07/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2865
3823-71.2016.4.01.4101 (f)	51201	01/09/2017	5190/4	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA ADVOGADO
3825-41.2016.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5190/4	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA
3829-78.2016.4.01.4101 (f)	51201	19/09/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	PERITO
* 3830-63.2016.4.01.4101 (f)	51201	18/09/2017	5770/1	JUIZ TITULAR	ATO
3831-48.2016.4.01.4101 (f)	51201	03/10/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	ARQUIVO
3834-03.2016.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	PUB072
3838-40.2016.4.01.4101 (f)	51201	23/05/2017	5170/6	JUIZ TITULAR	**
4323-74.2015.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5160/1	JUIZ SUBSTITUTO	TURMA
4334-06.2015.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	ARQUIVO
4341-95.2015.4.01.4101 (f)	51201	05/09/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	RECTURMA 2
4343-65.2015.4.01.4101 (f)	51201	29/11/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2662
4344-50.2015.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	PREV05
4345-35.2015.4.01.4101 (f)	51201	10/04/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2766
4347-05.2015.4.01.4101 (f)	51201	13/10/2017	5190/4	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA
4350-57.2015.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2581
4351-42.2015.4.01.4101 (f)	51201	27/06/2017	5720/4	JUIZ SUBSTITUTO	CONTRA 1
4352-27.2015.4.01.4101 (f)	51201	09/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2584
4384-32.2015.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	PRAZO19-24
4385-17.2015.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	ARQUIVO
4387-84.2015.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5160/1	JUIZ SUBSTITUTO	TURMA
5703-69.2014.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5565/4	JUIZ SUBSTITUTO	PUB081

Total Geral: 521

**Relatório de Movimentações**  
**por período****Movimentacao**

5530 3 INICIAL: AUTUADA

**Total por Movimentação**

521

**Total Geral:** 521

**Parâmetros usados para a consulta**

Período  
01/01/2016 à 31/07/2017

Movimentações a Incluir  
5530/3-INICIAL: AUTUADA

Movimentações a Excluir  
Juiz

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

Sistema Processual

JEF ADJ - 2ª JI-PARANÁ

Movimentação: 5170/1 - BAIXA: ARQUIVADOS

Total por Subtipo: 630

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
33-16.2015.4.01.4101 (f)	51201	23/02/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2389
6198-21.2011.4.01.4101 (f)	51201	08/01/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2389
3126-84.2015.4.01.4101 (f)	51201	18/01/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2401
2758-80.2012.4.01.4101 (f)	51201	18/01/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2401
786-70.2015.4.01.4101 (f)	51201	18/01/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2401
4848-27.2013.4.01.4101 (f)	51201	18/01/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2401
2009.41.01.700398-2 (f)	51201	19/01/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 1524
6199-06.2011.4.01.4101 (f)	51201	19/01/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2401
2009.41.01.701634-8 (f)	51201	21/01/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2399
5089-64.2014.4.01.4101 (f)	51201	21/01/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2401
5580-71.2014.4.01.4101 (f)	51201	21/01/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2400
4808-11.2014.4.01.4101 (f)	51201	21/01/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2401
225-80.2014.4.01.4101 (f)	51201	22/01/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2399
1301-47.2011.4.01.4101 (f)	51201	22/01/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2399
2944-35.2014.4.01.4101 (f)	51201	26/01/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2400
4944-42.2013.4.01.4101 (f)	51201	26/01/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2400
5951-35.2014.4.01.4101 (f)	51201	02/12/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2400
4024-97.2015.4.01.4101 (f)	51201	27/01/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2400
2167-16.2015.4.01.4101 (f)	51201	28/01/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2403
619-53.2015.4.01.4101 (f)	51201	28/01/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2403
2140-33.2015.4.01.4101 (f)	51201	28/01/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2403
2136-93.2015.4.01.4101 (f)	51201	28/01/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2401
2024-27.2015.4.01.4101 (f)	51201	28/01/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2403
149-22.2015.4.01.4101 (f)	51201	29/01/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2259
1652-78.2015.4.01.4101 (f)	51201	01/02/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2406
740-18.2014.4.01.4101 (f)	51201	01/02/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2406
4926-21.2013.4.01.4101 (f)	51201	01/02/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2406
1943-78.2015.4.01.4101 (f)	51201	02/02/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2406
178-72.2015.4.01.4101 (f)	51201	02/02/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2406
856-87.2015.4.01.4101 (f)	51201	06/05/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2291
6226-81.2014.4.01.4101 (f)	51201	02/02/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2407
3117-25.2015.4.01.4101 (f)	51201	02/02/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2407
3646-15.2013.4.01.4101 (f)	51201	02/02/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2129
2009.41.01.702525-8 (f)	51201	03/02/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2407
2102-55.2014.4.01.4101 (f)	51201	07/07/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2258
1083-82.2012.4.01.4101 (f)	51201	15/02/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2425
4823-14.2013.4.01.4101 (f)	51201	19/02/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2425
5632-67.2014.4.01.4101 (f)	51201	22/02/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2425
1399-90.2015.4.01.4101 (f)	51201	22/02/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2424
823-97.2015.4.01.4101 (f)	51201	22/02/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2424
1995-74.2015.4.01.4101 (f)	51201	22/02/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2424
2049-40.2015.4.01.4101 (f)	51201	22/02/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2424
33-16.2015.4.01.4101 (f)	51201	23/02/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2389
5668-12.2014.4.01.4101 (f)	51201	23/02/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2424
4187-19.2011.4.01.4101 (f)	51201	23/02/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2291
5161-51.2014.4.01.4101 (f)	51201	26/02/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2424
1723-51.2013.4.01.4101 (f)	51201	30/03/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2419
1148-72.2015.4.01.4101 (f)	51201	03/03/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2417
2009.41.01.701323-6 (f)	51201	03/03/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2450

## SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

## Sistema Processual

## JEF ADJ - 2ª JI-PARANÁ

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
1076-85.2015.4.01.4101 (f)	51201	10/03/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2450
2011-28.2015.4.01.4101 (f)	51201	10/03/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2444
2046-85.2015.4.01.4101 (f)	51201	10/03/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2450
2057-17.2015.4.01.4101 (f)	51201	10/03/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2450
2091-31.2011.4.01.4101 (f)	51201	14/03/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2449
941-78.2012.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5190/4	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA ADVOGADO
2009.41.01.703122-0 (f)	51201	14/03/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2446
1450-38.2014.4.01.4101 (f)	51201	17/03/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2446
1988-82.2015.4.01.4101 (f)	51201	17/03/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2447
6118-52.2014.4.01.4101 (f)	51201	30/03/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2445
5463-80.2014.4.01.4101 (f)	51201	30/03/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2448
3993-77.2015.4.01.4101 (f)	51201	30/03/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2448
1723-51.2013.4.01.4101 (f)	51201	30/03/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2419
4586-77.2013.4.01.4101 (f)	51201	31/03/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2448
5432-60.2014.4.01.4101 (f)	51201	31/03/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2448
5577-19.2014.4.01.4101 (f)	51201	01/04/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2445
2056-37.2012.4.01.4101 (f)	51201	01/04/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2445
1350-83.2014.4.01.4101 (f)	51201	01/04/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2129
802-24.2015.4.01.4101 (f)	51201	07/04/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2460
2010.41.01.700009-6 (f)	51201	08/04/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 1761
1093-92.2013.4.01.4101 (f)	51201	11/04/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2462
3019-11.2013.4.01.4101 (f)	51201	11/04/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2462
2435-07.2014.4.01.4101 (f)	51201	13/04/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2459
518-50.2014.4.01.4101 (f)	51201	13/04/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2459
2150-82.2012.4.01.4101 (f)	51201	13/04/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2453
3728-46.2013.4.01.4101 (f)	51201	13/04/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2453
3117-59.2014.4.01.4101 (f)	51201	13/04/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2460
382-53.2014.4.01.4101 (f)	51201	19/04/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2463
785-85.2015.4.01.4101 (f)	51201	19/04/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2463
4781-28.2014.4.01.4101 (f)	51201	19/04/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2462
1016-20.2012.4.01.4101 (f)	51201	26/04/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2457
2008.41.01.702628-7 (f)	51201	26/04/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2456
3696-70.2015.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2458
3706-17.2015.4.01.4101 (f)	51201	27/04/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2458
2082-30.2015.4.01.4101 (f)	51201	27/04/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2457
795-32.2015.4.01.4101 (f)	51201	29/04/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2459
2124-79.2015.4.01.4101 (f)	51201	04/04/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2371
2026-94.2015.4.01.4101 (f)	51201	02/05/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2455
4813-67.2013.4.01.4101 (f)	51201	02/05/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2461
1469-10.2015.4.01.4101 (f)	51201	02/05/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2462
597-92.2015.4.01.4101 (f)	51201	02/05/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2462
3141-53.2015.4.01.4101 (f)	51201	02/05/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2461
3231-61.2015.4.01.4101 (f)	51201	02/05/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2461
3016-61.2010.4.01.4101 (f)	51201	02/05/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2461
2606-32.2012.4.01.4101 (f)	51201	02/05/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2460
2009.41.01.700972-6 (f)	51201	02/05/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2461
1529-80.2015.4.01.4101 (f)	51201	02/05/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2458
7446-56.2010.4.01.4101 (f)	51201	03/05/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2458
5097-80.2010.4.01.4101 (f)	51201	04/05/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2463

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

Sistema Processual

JEF ADJ - 2ª JI-PARANÁ

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
856-87.2015.4.01.4101 (f)	51201	06/05/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2291
1728-05.2015.4.01.4101 (f)	51201	06/05/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2470
3651-66.2015.4.01.4101 (f)	51201	06/05/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2470
2137-78.2015.4.01.4101 (f)	51201	17/05/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2477
4809-93.2014.4.01.4101 (f)	51201	01/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2484
6068-26.2014.4.01.4101 (f)	51201	01/06/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2479
3133-76.2015.4.01.4101 (f)	51201	02/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2479
3134-61.2015.4.01.4101 (f)	51201	02/06/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2479
6332-82.2010.4.01.4101 (f)	51201	07/06/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2488
1715-06.2015.4.01.4101 (f)	51201	07/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2492
1985-30.2015.4.01.4101 (f)	51201	07/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2492
5634-37.2014.4.01.4101 (f)	51201	07/06/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2486
2009.41.01.703131-0 (f)	51201	27/09/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 1
5861-66.2010.4.01.4101 (f)	51201	07/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2492
3018-31.2010.4.01.4101 (f)	51201	07/06/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2487
2479-60.2013.4.01.4101 (f)	51201	09/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2497
3515-40.2013.4.01.4101 (f)	51201	09/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2498
3549-15.2013.4.01.4101 (f)	51201	09/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2497
1649-60.2014.4.01.4101 (f)	51201	09/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2497
4788-20.2014.4.01.4101 (f)	51201	09/06/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2498
2295-41.2012.4.01.4101 (f)	51201	09/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2494
2009.41.01.701461-1 (f)	51201	09/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2494
5595-40.2014.4.01.4101 (f)	51201	09/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2498
533-82.2015.4.01.4101 (f)	51201	09/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2497
4560-84.2010.4.01.4101 (f)	51201	09/06/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2495
3663-80.2015.4.01.4101 (f)	51201	13/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2496
2755-23.2015.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2496
1269-37.2014.4.01.4101 (f)	51201	14/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2496
365-17.2014.4.01.4101 (f)	51201	14/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2497
434-49.2014.4.01.4101 (f)	51201	14/06/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2497
5584-11.2014.4.01.4101 (f)	51201	14/06/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2497
7889-07.2010.4.01.4101 (f)	51201	14/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2494
4978-17.2013.4.01.4101 (f)	51201	14/06/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2497
2008.41.01.701745-2 (f)	51201	14/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2494
4873-40.2013.4.01.4101 (f)	51201	16/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2497
3232-46.2015.4.01.4101 (f)	51201	16/06/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2496
3669-87.2015.4.01.4101 (f)	51201	23/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2506
21-65.2016.4.01.4101 (f)	51201	23/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2506
1794-19.2014.4.01.4101 (f)	51201	23/06/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2506
5419-61.2014.4.01.4101 (f)	51201	24/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2507
1150-42.2015.4.01.4101 (f)	51201	24/06/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2506
5042-90.2014.4.01.4101 (f)	51201	27/06/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2505
5642-14.2014.4.01.4101 (f)	51201	27/06/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2505
274-24.2014.4.01.4101 (f)	51201	27/06/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2505
1984-45.2015.4.01.4101 (f)	51201	27/06/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2505
1498-60.2015.4.01.4101 (f)	51201	27/06/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2506
903-61.2015.4.01.4101 (f)	51201	27/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2505
4934-95.2013.4.01.4101 (f)	51201	27/06/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2506
563-59.2011.4.01.4101 (f)	51201	27/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2506



## SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

## Sistema Processual

## JEF ADJ - 2ª JI-PARANÁ

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
1347-94.2015.4.01.4101 (f)	51201	29/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2501
900-09.2015.4.01.4101 (f)	51201	29/06/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2508
824-82.2015.4.01.4101 (f)	51201	29/06/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2508
3661-47.2014.4.01.4101 (f)	51201	29/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2201
1820-51.2013.4.01.4101 (f)	51201	29/06/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2508
1797-71.2014.4.01.4101 (f)	51201	30/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2508
1287-58.2014.4.01.4101 (f)	51201	30/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2509
4457-72.2013.4.01.4101 (f)	51201	30/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2509
307-14.2014.4.01.4101 (f)	51201	30/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2509
4567-37.2014.4.01.4101 (f)	51201	30/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2508
798-84.2015.4.01.4101 (f)	51201	01/07/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2510
5423-98.2014.4.01.4101 (f)	51201	01/07/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2510
203-51.2016.4.01.4101 (f)	51201	05/07/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2521
4030-07.2015.4.01.4101 (f)	51201	05/07/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2521
6564-60.2011.4.01.4101 (f)	51201	05/07/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2521
2009.41.01.700757-5 (f)	51201	06/07/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2521
3956-84.2014.4.01.4101 (f)	51201	07/07/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	ARQUIVO
2102-55.2014.4.01.4101 (f)	51201	07/07/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2258
1428-43.2015.4.01.4101 (f)	51201	07/07/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2526
4332-36.2015.4.01.4101 (f)	51201	07/07/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2526
4870-51.2014.4.01.4101 (f)	51201	07/07/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2526
235-56.2016.4.01.4101 (f)	51201	31/03/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2527
4192-02.2015.4.01.4101 (f)	51201	07/07/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2527
3365-88.2015.4.01.4101 (f)	51201	07/07/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2526
905-94.2016.4.01.4101 (f)	51201	07/07/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2525
4011-98.2015.4.01.4101 (f)	51201	08/07/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2527
861-75.2016.4.01.4101 (f)	51201	08/07/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2525
3162-29.2015.4.01.4101 (f)	51201	08/07/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2526
2570-53.2013.4.01.4101 (f)	51201	12/07/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2524
924-03.2016.4.01.4101 (f)	51201	13/07/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2531
2127-34.2015.4.01.4101 (f)	51201	15/07/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2531
2593-62.2014.4.01.4101 (f)	51201	19/07/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2530
3155-37.2015.4.01.4101 (f)	51201	19/07/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2530
1165-11.2015.4.01.4101 (f)	51201	01/02/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2530
70-43.2015.4.01.4101 (f)	51201	20/07/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2531
360-92.2014.4.01.4101 (f)	51201	20/07/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2530
4524-37.2013.4.01.4101 (f)	51201	21/07/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2532
3680-19.2015.4.01.4101 (f)	51201	25/07/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2532
3351-07.2015.4.01.4101 (f)	51201	25/07/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2532
3795-40.2015.4.01.4101 (f)	51201	25/07/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2532
2643-54.2015.4.01.4101 (f)	51201	26/07/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2533
3502-41.2013.4.01.4101 (f)	51201	26/07/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 1955
257-17.2016.4.01.4101 (f)	51201	26/07/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2533
2146-45.2012.4.01.4101 (f)	51201	26/07/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2533
1634-57.2015.4.01.4101 (f)	51201	26/07/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2533
1376-47.2015.4.01.4101 (f)	51201	27/07/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2532
2546-54.2015.4.01.4101 (f)	51201	29/07/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2539
4543-09.2014.4.01.4101 (f)	51201	29/07/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2537
779-78.2015.4.01.4101 (f)	51201	29/07/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2539

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

Sistema Processual

JEF ADJ - 2ª JI-PARANÁ

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
49-67.2015.4.01.4101 (f)	51201	01/08/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2539
3575-13.2013.4.01.4101 (f)	51201	01/08/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2538
1191-43.2014.4.01.4101 (f)	51201	01/08/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2539
2434-22.2014.4.01.4101 (f)	51201	01/08/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2539
1224-33.2014.4.01.4101 (f)	51201	01/08/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2539
5150-56.2013.4.01.4101 (f)	51201	01/08/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2538
1369-89.2014.4.01.4101 (f)	51201	01/08/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2538
4938-35.2013.4.01.4101 (f)	51201	01/08/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2538
5013-40.2014.4.01.4101 (f)	51201	01/08/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2538
2009.41.01.702260-5 (f)	51201	02/08/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2538
1018-87.2012.4.01.4101 (f)	51201	02/08/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2535
1319-63.2014.4.01.4101 (f)	51201	26/05/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2535
3714-62.2013.4.01.4101 (f)	51201	02/08/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2535
2074-24.2013.4.01.4101 (f)	51201	03/08/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2537
5046-30.2014.4.01.4101 (f)	51201	05/08/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2551
1458-78.2015.4.01.4101 (f)	51201	05/08/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2551
5228-50.2013.4.01.4101 (f)	51201	05/08/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 1850
2211-35.2015.4.01.4101 (f)	51201	05/08/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2539
2168-98.2015.4.01.4101 (f)	51201	08/08/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2550
1721-81.2013.4.01.4101 (f)	51201	08/08/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2549
79-05.2015.4.01.4101 (f)	51201	08/08/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2550
455-88.2015.4.01.4101 (f)	51201	08/08/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2550
2010.41.01.700627-5 (f)	51201	08/08/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2549
1635-42.2015.4.01.4101 (f)	51201	08/08/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2550
1953-25.2015.4.01.4101 (f)	51201	09/08/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2551
485-26.2015.4.01.4101 (f)	51201	09/08/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2550
1044-80.2015.4.01.4101 (f)	51201	09/08/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2550
733-89.2015.4.01.4101 (f)	51201	09/08/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2550
5460-28.2014.4.01.4101 (f)	51201	09/08/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2550
1889-54.2011.4.01.4101 (f)	51201	09/08/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2548
1879-10.2011.4.01.4101 (f)	51201	09/08/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2549
1949-85.2015.4.01.4101 (f)	51201	09/08/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2548
105-08.2012.4.01.4101 (f)	51201	09/08/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2544
538-07.2015.4.01.4101 (f)	51201	09/08/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2548
2009.41.01.702868-5 (f)	51201	09/08/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2548
2734-52.2012.4.01.4101 (f)	51201	09/08/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2548
5682-35.2010.4.01.4101 (f)	51201	09/08/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2544
2610-69.2012.4.01.4101 (f)	51201	09/08/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2548
6173-03.2014.4.01.4101 (f)	51201	12/08/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2547
2190-98.2011.4.01.4101 (f)	51201	12/08/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2547
2218-27.2015.4.01.4101 (f)	51201	12/08/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2547
1460-48.2015.4.01.4101 (f)	51201	12/08/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2547
4337-58.2015.4.01.4101 (f)	51201	12/08/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2547
3287-94.2015.4.01.4101 (f)	51201	12/08/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2547
2549-09.2015.4.01.4101 (f)	51201	12/08/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2547
1412-89.2015.4.01.4101 (f)	51201	12/08/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2546
2731-97.2012.4.01.4101 (f)	51201	26/07/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	ELABORAR
3687-79.2013.4.01.4101 (f)	51201	12/08/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2546
4787-35.2014.4.01.4101 (f)	51201	12/08/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2545

## SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

## Sistema Processual

## JEF ADJ - 2ª JI-PARANÁ

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
1400-75.2015.4.01.4101 (f)	51201	12/08/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2545
2750-06.2012.4.01.4101 (f)	51201	12/08/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2545
5957-42.2014.4.01.4101 (f)	51201	12/08/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2546
3125-02.2015.4.01.4101 (f)	51201	12/08/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2545
4875-73.2014.4.01.4101 (f)	51201	12/08/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2546
1507-90.2013.4.01.4101 (f)	51201	15/08/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2554
5943-58.2014.4.01.4101 (f)	51201	15/08/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2554
3146-75.2015.4.01.4101 (f)	51201	15/08/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2554
2577-11.2014.4.01.4101 (f)	51201	17/08/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2554
1865-55.2013.4.01.4101 (f)	51201	17/08/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2554
5956-96.2010.4.01.4101 (f)	51201	17/08/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2554
1853-12.2011.4.01.4101 (f)	51201	19/08/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2569
6782-25.2010.4.01.4101 (f)	51201	19/08/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2569
1648-41.2015.4.01.4101 (f)	51201	23/08/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2568
6197-36.2011.4.01.4101 (f)	51201	25/08/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2568
2124-79.2015.4.01.4101 (f)	51201	04/04/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2371
821-64.2014.4.01.4101 (f)	51201	25/08/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2136
389-11.2015.4.01.4101 (f)	51201	27/07/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2860
986-14.2014.4.01.4101 (f)	51201	30/08/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 1992
5597-10.2014.4.01.4101 (f)	51201	30/08/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2572
2754-43.2012.4.01.4101 (f)	51201	30/08/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2571
3099-72.2013.4.01.4101 (f)	51201	30/08/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2572
2034-08.2014.4.01.4101 (f)	51201	30/08/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2572
1865-21.2014.4.01.4101 (f)	51201	30/08/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2572
1784-72.2014.4.01.4101 (f)	51201	30/08/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2571
1222-63.2014.4.01.4101 (f)	51201	31/08/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2571
1389-46.2015.4.01.4101 (f)	51201	05/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2588
4845-38.2014.4.01.4101 (f)	51201	05/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2587
1086-37.2012.4.01.4101 (f)	51201	05/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2587
382-19.2015.4.01.4101 (f)	51201	05/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2587
1994-31.2011.4.01.4101 (f)	51201	05/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2587
815-23.2015.4.01.4101 (f)	51201	05/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2586
1992-22.2015.4.01.4101 (f)	51201	05/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2587
721-80.2012.4.01.4101 (f)	51201	05/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2587
5316-59.2011.4.01.4101 (f)	51201	05/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2587
2556-98.2015.4.01.4101 (f)	51201	06/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2586
5966-04.2014.4.01.4101 (f)	51201	08/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2586
5025-54.2014.4.01.4101 (f)	51201	08/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2577
2202-73.2015.4.01.4101 (f)	51201	08/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2585
900-14.2012.4.01.4101 (f)	51201	08/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2585
2009.41.01.702499-0 (f)	51201	08/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2577
2199-21.2015.4.01.4101 (f)	51201	08/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2585
2300-63.2012.4.01.4101 (f)	51201	08/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2577
3121-62.2015.4.01.4101 (f)	51201	08/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2577
5730-52.2014.4.01.4101 (f)	51201	08/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2585
733-60.2013.4.01.4101 (f)	51201	12/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2595
4346-20.2015.4.01.4101 (f)	51201	13/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2592
2082-69.2011.4.01.4101 (f)	51201	19/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2597
600-13.2016.4.01.4101 (f)	51201	19/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2597

## SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

## Sistema Processual

## JEF ADJ - 2ª JI-PARANÁ

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
1650-11.2015.4.01.4101 (f)	51201	20/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2597
4255-27.2015.4.01.4101 (f)	51201	22/09/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2601
2009.41.01.701386-3 (f)	51201	23/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 791
452-36.2015.4.01.4101 (f)	51201	26/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2612
2755-23.2015.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2496
3696-70.2015.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2458
2414-65.2013.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2616
5168-77.2013.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2622
344-41.2014.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2622
5862-80.2012.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2624
4572-93.2013.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2622
1428-77.2014.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2624
34-64.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2624
891-52.2012.4.01.4101 (f)	51201	07/10/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2623
109-40.2015.4.01.4101 (f)	51201	07/10/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2347
140-60.2015.4.01.4101 (f)	51201	18/10/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2627
519-40.2011.4.01.4101 (f)	51201	25/10/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2628
5812-54.2012.4.01.4101 (f)	51201	25/10/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2627
5426-53.2014.4.01.4101 (f)	51201	25/10/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2627
5619-68.2014.4.01.4101 (f)	51201	25/10/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2628
536-37.2015.4.01.4101 (f)	51201	25/10/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2628
2104-30.2011.4.01.4101 (f)	51201	25/10/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2627
911-38.2015.4.01.4101 (f)	51201	25/10/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2628
420-65.2014.4.01.4101 (f)	51201	25/10/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2628
3031-25.2013.4.01.4101 (f)	51201	25/10/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2629
831-79.2012.4.01.4101 (f)	51201	25/10/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2628
717-43.2012.4.01.4101 (f)	51201	25/10/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2629
121-54.2015.4.01.4101 (f)	51201	25/10/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2628
2073-10.2011.4.01.4101 (f)	51201	25/10/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2628
1319-68.2011.4.01.4101 (f)	51201	18/05/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2628
2009.41.01.701351-7 (f)	51201	25/10/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2627
6205-08.2014.4.01.4101 (f)	51201	25/10/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2628
1528-95.2015.4.01.4101 (f)	51201	25/10/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2628
4161-21.2011.4.01.4101 (f)	51201	03/11/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2629
2727-60.2012.4.01.4101 (f)	51201	07/11/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2632
2052-29.2014.4.01.4101 (f)	51201	07/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2632
2009.41.01.701548-3 (f)	51201	07/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2632
3727-61.2013.4.01.4101 (f)	51201	07/11/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2632
3186-28.2013.4.01.4101 (f)	51201	07/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2633
4505-31.2013.4.01.4101 (f)	51201	14/11/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2644
3720-69.2013.4.01.4101 (f)	51201	14/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2644
5578-04.2014.4.01.4101 (f)	51201	14/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2644
4778-73.2014.4.01.4101 (f)	51201	14/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2644
5198-15.2013.4.01.4101 (f)	51201	14/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2644
5156-63.2013.4.01.4101 (f)	51201	14/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2644
5182-61.2013.4.01.4101 (f)	51201	14/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2644
3584-72.2013.4.01.4101 (f)	51201	14/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2644
3601-11.2013.4.01.4101 (f)	51201	14/11/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2644
4506-16.2013.4.01.4101 (f)	51201	14/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2644

## SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

## Sistema Processual

## JEF ADJ - 2ª JI-PARANÁ

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
5170-47.2013.4.01.4101 (f)	51201	14/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2645
5197-30.2013.4.01.4101 (f)	51201	14/11/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2645
804-91.2015.4.01.4101 (f)	51201	17/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2643
1972-31.2015.4.01.4101 (f)	51201	17/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2644
2117-87.2015.4.01.4101 (f)	51201	17/11/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2643
799-69.2015.4.01.4101 (f)	51201	17/11/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2640
1616-02.2016.4.01.4101 (f)	51201	21/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2652
1706-10.2016.4.01.4101 (f)	51201	21/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2652
4381-77.2015.4.01.4101 (f)	51201	22/11/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2649
2550-91.2015.4.01.4101 (f)	51201	24/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2661
2115-20.2015.4.01.4101 (f)	51201	24/11/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2661
1973-16.2015.4.01.4101 (f)	51201	24/11/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2663
1965-39.2015.4.01.4101 (f)	51201	24/11/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2659
3416-70.2013.4.01.4101 (f)	51201	24/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2659
74-80.2015.4.01.4101 (f)	51201	24/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2663
2597-65.2015.4.01.4101 (f)	51201	24/11/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2663
5467-20.2014.4.01.4101 (f)	51201	24/11/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2663
6216-42.2011.4.01.4101 (f)	51201	24/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2659
5415-24.2014.4.01.4101 (f)	51201	24/11/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2661
1869-58.2014.4.01.4101 (f)	51201	24/11/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2662
1864-41.2011.4.01.4101 (f)	51201	24/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2661
2069-70.2011.4.01.4101 (f)	51201	24/11/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2659
3729-31.2013.4.01.4101 (f)	51201	24/11/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2661
8-66.2016.4.01.4101 (f)	51201	30/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2663
943-48.2012.4.01.4101 (f)	51201	30/11/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2673
832-25.2016.4.01.4101 (f)	51201	01/12/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2675
3018-26.2013.4.01.4101 (f)	51201	01/12/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2672
2032-04.2015.4.01.4101 (f)	51201	02/12/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2674
507-21.2014.4.01.4101 (f)	51201	02/12/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2673
1519-36.2015.4.01.4101 (f)	51201	02/12/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2673
3153-67.2015.4.01.4101 (f)	51201	02/12/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2673
4574-29.2014.4.01.4101 (f)	51201	02/12/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2674
5014-25.2014.4.01.4101 (f)	51201	02/12/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2674
2726-75.2012.4.01.4101 (f)	51201	02/10/2017	5260/2	JUIZ TITULAR	MESA JEF
4959-74.2014.4.01.4101 (f)	51201	02/12/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2672
46-15.2015.4.01.4101 (f)	51201	02/12/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2674
6236-67.2010.4.01.4101 (f)	51201	02/12/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2678
26-24.2015.4.01.4101 (f)	51201	02/12/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2672
5951-35.2014.4.01.4101 (f)	51201	02/12/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2400
3145-90.2015.4.01.4101 (f)	51201	02/12/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2676
5015-10.2014.4.01.4101 (f)	51201	02/12/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2676
557-13.2015.4.01.4101 (f)	51201	02/12/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2676
1952-40.2015.4.01.4101 (f)	51201	02/12/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2676
2749-16.2015.4.01.4101 (f)	51201	02/12/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2671
3705-32.2015.4.01.4101 (f)	51201	02/12/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2678
1517-66.2015.4.01.4101 (f)	51201	02/12/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2678
2552-61.2015.4.01.4101 (f)	51201	02/12/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2663
5470-72.2014.4.01.4101 (f)	51201	02/12/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2678
5148-86.2013.4.01.4101 (f)	51201	02/12/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2678

## SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

## Sistema Processual

## JEF ADJ - 2ª JI-PARANÁ

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
3320-84.2015.4.01.4101 (f)	51201	13/12/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2679
597-58.2016.4.01.4101 (f)	51201	13/12/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2676
5940-06.2014.4.01.4101 (f)	51201	09/01/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2698
3544-90.2013.4.01.4101 (f)	51201	09/01/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2698
992-21.2014.4.01.4101 (f)	51201	10/01/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2698
5043-75.2014.4.01.4101 (f)	51201	19/01/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2698
3767-43.2013.4.01.4101 (f)	51201	19/01/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2698
949-21.2013.4.01.4101 (f)	51201	19/01/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2698
1991-37.2015.4.01.4101 (f)	51201	19/01/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2698
3127-69.2015.4.01.4101 (f)	51201	19/01/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2698
2209-07.2011.4.01.4101 (f)	51201	19/01/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2367
5050-67.2014.4.01.4101 (f)	51201	23/01/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2702
3358-96.2015.4.01.4101 (f)	51201	23/01/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2702
889-82.2012.4.01.4101 (f)	51201	02/08/2017	5580/2	JUIZ SUBSTITUTO	PRAZO 13-18
4657-45.2014.4.01.4101 (f)	51201	30/01/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2705
4967-85.2013.4.01.4101 (f)	51201	30/01/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2705
1165-11.2015.4.01.4101 (f)	51201	01/02/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2530
561-50.2015.4.01.4101 (f)	51201	01/02/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2705
812-68.2015.4.01.4101 (f)	51201	02/02/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2707
1839-23.2014.4.01.4101 (f)	51201	03/02/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2707
3614-39.2015.4.01.4101 (f)	51201	08/02/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2711
4925-36.2013.4.01.4101 (f)	51201	08/02/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2711
3745-14.2015.4.01.4101 (f)	51201	08/02/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2710
681-98.2012.4.01.4101 (f)	51201	09/02/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2381
5176-54.2013.4.01.4101 (f)	51201	09/02/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2710
3235-98.2015.4.01.4101 (f)	51201	09/02/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2710
2621-98.2012.4.01.4101 (f)	51201	03/10/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	ARQUIVO
5157-48.2013.4.01.4101 (f)	51201	09/02/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2710
3737-08.2013.4.01.4101 (f)	51201	09/02/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2710
552-88.2015.4.01.4101 (f)	51201	20/02/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2743
867-24.2012.4.01.4101 (f)	51201	21/02/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2736
2076-91.2013.4.01.4101 (f)	51201	22/02/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2752
4319-37.2015.4.01.4101 (f)	51201	22/02/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2756
2065-28.2014.4.01.4101 (f)	51201	23/02/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2756
3627-38.2015.4.01.4101 (f)	51201	23/02/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2758
4918-44.2013.4.01.4101 (f)	51201	23/02/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2756
2009.41.01.701798-0 (f)	51201	23/02/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	ARQUIVO
40-08.2015.4.01.4101 (f)	51201	06/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2736
880-18.2015.4.01.4101 (f)	51201	06/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2750
1364-33.2015.4.01.4101 (f)	51201	07/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2750
3123-32.2015.4.01.4101 (f)	51201	18/04/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2767
4198-09.2015.4.01.4101 (f)	51201	07/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2750
2414-31.2014.4.01.4101 (f)	51201	08/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2750
4055-93.2010.4.01.4101 (f)	51201	08/03/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2758
1882-57.2014.4.01.4101 (f)	51201	08/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2740
2733-62.2015.4.01.4101 (f)	51201	08/03/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2744
5968-71.2014.4.01.4101 (f)	51201	08/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2738
5582-41.2014.4.01.4101 (f)	51201	08/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2743
1068-16.2012.4.01.4101 (f)	51201	08/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	ARQUIVO

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

Sistema Processual

JEF ADJ - 2ª JI-PARANÁ

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
1682-50.2014.4.01.4101 (f)	51201	08/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2743
4051-80.2015.4.01.4101 (f)	51201	10/03/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2744
3431-05.2014.4.01.4101 (f)	51201	10/03/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2745
1742-23.2014.4.01.4101 (f)	51201	14/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2738
3122-47.2015.4.01.4101 (f)	51201	14/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2746
1364-67.2014.4.01.4101 (f)	51201	14/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2759
4041-36.2015.4.01.4101 (f)	51201	14/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2738
1141-80.2015.4.01.4101 (f)	51201	14/03/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2754
3436-27.2014.4.01.4101 (f)	51201	14/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2738
3288-79.2015.4.01.4101 (f)	51201	16/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2738
2795-05.2015.4.01.4101 (f)	51201	17/03/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2758
341-86.2014.4.01.4101 (f)	51201	17/03/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2752
539-89.2015.4.01.4101 (f)	51201	17/03/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2738
1073-04.2013.4.01.4101 (f)	51201	17/03/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2759
994-59.2012.4.01.4101 (f)	51201	17/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2758
2408-58.2013.4.01.4101 (f)	51201	23/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2747
3739-75.2013.4.01.4101 (f)	51201	23/03/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2747
3552-67.2013.4.01.4101 (f)	51201	23/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2747
5614-46.2014.4.01.4101 (f)	51201	23/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2746
448-33.2014.4.01.4101 (f)	51201	23/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2746
4495-84.2013.4.01.4101 (f)	51201	24/03/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2744
4789-05.2014.4.01.4101 (f)	51201	24/03/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2735
4816-85.2014.4.01.4101 (f)	51201	24/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2751
1767-36.2014.4.01.4101 (f)	51201	24/03/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2735
1286-73.2014.4.01.4101 (f)	51201	24/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2748
2010.41.01.700012-3 (f)	51201	24/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2735
46-78.2016.4.01.4101 (f)	51201	28/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2735
4479-33.2013.4.01.4101 (f)	51201	29/03/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2748
4591-02.2013.4.01.4101 (f)	51201	30/03/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2735
235-56.2016.4.01.4101 (f)	51201	31/03/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2527
1557-14.2016.4.01.4101 (f)	51201	31/03/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2748
171-80.2015.4.01.4101 (f)	51201	03/04/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2748
2365-19.2016.4.01.4101 (f)	51201	03/04/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2735
2124-79.2015.4.01.4101 (f)	51201	04/04/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2371
3743-44.2015.4.01.4101 (f)	51201	06/04/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2746
5583-26.2014.4.01.4101 (f)	51201	06/04/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2745
916-54.2015.4.01.4103 (f)	51201	06/04/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2735
3154-52.2015.4.01.4101 (f)	51201	17/04/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2768
4466-34.2013.4.01.4101 (f)	51201	17/04/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2769
1413-11.2014.4.01.4101 (f)	51201	17/04/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2767
835-48.2014.4.01.4101 (f)	51201	17/04/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2767
3061-60.2013.4.01.4101 (f)	51201	17/04/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2767
3378-87.2015.4.01.4101 (f)	51201	17/04/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2768
3123-32.2015.4.01.4101 (f)	51201	18/04/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2767
1675-58.2014.4.01.4101 (f)	51201	25/04/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2777
3767-72.2015.4.01.4101 (f)	51201	27/04/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2777
2571-04.2014.4.01.4101 (f)	51201	27/04/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2777
5790-25.2014.4.01.4101 (f)	51201	28/04/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2780
1168-97.2014.4.01.4101 (f)	51201	28/04/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2780

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

Sistema Processual

JEF ADJ - 2ª JI-PARANÁ

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
4879-13.2014.4.01.4101 (f)	51201	28/04/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2780
2134-65.2011.4.01.4101 (f)	51201	02/05/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 1580
677-27.2013.4.01.4101 (f)	51201	02/05/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2782
3935-74.2015.4.01.4101 (f)	51201	02/05/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2782
25-05.2016.4.01.4101 (f)	51201	03/05/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2797
4022-30.2015.4.01.4101 (f)	51201	04/05/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2797
1139-13.2015.4.01.4101 (f)	51201	04/05/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2797
3920-08.2015.4.01.4101 (f)	51201	11/05/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2797
2699-87.2015.4.01.4101 (f)	51201	12/05/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2799
2716-26.2015.4.01.4101 (f)	51201	15/05/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2799
6153-12.2014.4.01.4101 (f)	51201	15/05/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2799
1922-39.2014.4.01.4101 (f)	51201	15/05/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2796
5813-39.2012.4.01.4101 (f)	51201	17/05/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2796
583-11.2015.4.01.4101 (f)	51201	18/05/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2794
3789-33.2015.4.01.4101 (f)	51201	18/05/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2798
280-60.2016.4.01.4101 (f)	51201	18/05/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2798
1319-68.2011.4.01.4101 (f)	51201	18/05/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2628
1319-63.2014.4.01.4101 (f)	51201	26/05/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2535
37-19.2016.4.01.4101 (f)	51201	29/05/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2810
2089-90.2013.4.01.4101 (f)	51201	29/05/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2810
3930-52.2015.4.01.4101 (f)	51201	30/05/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2810
4797-79.2014.4.01.4101 (f)	51201	31/05/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2811
1845-30.2014.4.01.4101 (f)	51209	31/05/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2810
1373-92.2015.4.01.4101 (f)	51201	31/05/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2811
4653-08.2014.4.01.4101 (f)	51201	31/05/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2811
2764-82.2015.4.01.4101 (f)	51201	31/05/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2811
3614-73.2014.4.01.4101 (f)	51201	01/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2811
1527-13.2015.4.01.4101 (f)	51201	02/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2833
3116-11.2013.4.01.4101 (f)	51201	07/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2826
1477-55.2013.4.01.4101 (f)	51201	13/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2826
849-61.2016.4.01.4101 (f)	51201	10/10/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	JUIZADO 1
3753-88.2015.4.01.4101 (f)	51201	14/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2825
2009.41.01.700489-5 (f)	51201	14/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2826
1494-23.2015.4.01.4101 (f)	51201	16/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2834
891-47.2015.4.01.4101 (f)	51201	16/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2844
5011-70.2014.4.01.4101 (f)	51201	16/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2834
3560-44.2013.4.01.4101 (f)	51201	16/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2834
1653-63.2015.4.01.4101 (f)	51201	16/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2833
6122-89.2014.4.01.4101 (f)	51201	19/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2835
1667-47.2015.4.01.4101 (f)	51201	19/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2825
1463-03.2015.4.01.4101 (f)	51201	19/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2835
3355-44.2015.4.01.4101 (f)	51201	19/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	ARQUIVO
3577-80.2013.4.01.4101 (f)	51201	19/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	ARQUIVO
4908-97.2013.4.01.4101 (f)	51201	19/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2842
5417-91.2014.4.01.4101 (f)	51201	19/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2843
6124-59.2014.4.01.4101 (f)	51201	19/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2830
3453-97.2013.4.01.4101 (f)	51201	19/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	ARQUIVO
2602-92.2012.4.01.4101 (f)	51201	19/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2835
295-97.2014.4.01.4101 (f)	51201	19/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2843



SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

Sistema Processual

JEF ADJ - 2ª JI-PARANÁ

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
5-48.2015.4.01.4101 (f)	51201	19/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2843
4014-53.2015.4.01.4101 (f)	51201	19/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2835
4545-76.2014.4.01.4101 (f)	51201	19/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2842
3688-64.2013.4.01.4101 (f)	51201	19/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2843
5644-81.2014.4.01.4101 (f)	51201	19/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	ARQUIVO
2857-11.2016.4.01.4101 (f)	51201	20/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2824
848-76.2016.4.01.4101 (f)	51201	20/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2822
3516-25.2013.4.01.4101 (f)	51201	22/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2822
4760-52.2014.4.01.4101 (f)	51201	11/09/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	ARQUIVO
4927-06.2013.4.01.4101 (f)	51201	22/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2844
4837-95.2013.4.01.4101 (f)	51201	22/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2824
3691-19.2013.4.01.4101 (f)	51201	22/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2822
4831-88.2013.4.01.4101 (f)	51201	22/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2822
573-64.2015.4.01.4101 (f)	51201	22/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2823
2718-93.2015.4.01.4101 (f)	51201	22/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2822
1396-38.2015.4.01.4101 (f)	51201	22/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2822
4940-68.2014.4.01.4101 (f)	51201	22/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2822
437-04.2014.4.01.4101 (f)	51201	22/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2824
5179-09.2013.4.01.4101 (f)	51201	22/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2823
5196-45.2013.4.01.4101 (f)	51201	22/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2822
569-27.2015.4.01.4101 (f)	51201	22/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2822
5622-23.2014.4.01.4101 (f)	51201	22/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2822
4844-53.2014.4.01.4101 (f)	51201	22/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2822
4800-34.2014.4.01.4101 (f)	51201	22/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2822
5155-78.2013.4.01.4101 (f)	51201	22/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2823
2420-72.2013.4.01.4101 (f)	51201	23/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2836
2044-23.2012.4.01.4101 (f)	51201	26/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2842
4849-75.2014.4.01.4101 (f)	51201	27/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2841
4575-14.2014.4.01.4101 (f)	51201	27/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2841
384-86.2015.4.01.4101 (f)	51201	27/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2841
555-43.2015.4.01.4101 (f)	51201	27/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2841
3927-97.2015.4.01.4101 (f)	51201	27/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2841
33-79.2016.4.01.4101 (f)	51201	27/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2841
2215-72.2015.4.01.4101 (f)	51201	27/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2841
2724-03.2015.4.01.4101 (f)	51201	27/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2842
3147-31.2013.4.01.4101 (f)	51201	27/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2841
877-63.2015.4.01.4101 (f)	51201	27/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2841
5939-21.2014.4.01.4101 (f)	51201	27/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2837
2741-39.2015.4.01.4101 (f)	51201	27/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2836
572-79.2015.4.01.4101 (f)	51201	27/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2838
2559-53.2015.4.01.4101 (f)	51201	27/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2838
1439-72.2015.4.01.4101 (f)	51201	27/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2837
4289-02.2015.4.01.4101 (f)	51201	27/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2837
5631-82.2014.4.01.4101 (f)	51201	27/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2836
4154-24.2014.4.01.4101 (f)	51201	27/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2837
1378-51.2014.4.01.4101 (f)	51201	27/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2836
4843-68.2014.4.01.4101 (f)	51201	27/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2837
2725-85.2015.4.01.4101 (f)	51201	27/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2837
3113-85.2015.4.01.4101 (f)	51201	28/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2838

## SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

## Sistema Processual

## JEF ADJ - 2ª JI-PARANÁ

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
1068-11.2015.4.01.4101 (f)	51201	29/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2848
3608-32.2015.4.01.4101 (f)	51201	29/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2847
4197-24.2015.4.01.4101 (f)	51201	29/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2847
7853-62.2010.4.01.4101 (f)	51201	29/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	ARQUIVO
4804-71.2014.4.01.4101 (f)	51201	29/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2843
2199-60.2011.4.01.4101 (f)	51201	03/07/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2848
666-61.2014.4.01.4101 (f)	51201	03/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2848
2958-48.2016.4.01.4101 (f)	51201	03/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2848
15-58.2016.4.01.4101 (f)	51201	03/07/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2848
868-09.2012.4.01.4101 (f)	51201	03/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2848
992-50.2016.4.01.4101 (f)	51201	03/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2848
5125-43.2013.4.01.4101 (f)	51201	03/07/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2848
* 91-82.2016.4.01.4101 (f)	51201	03/07/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2848
2091-89.2015.4.01.4101 (f)	51201	03/07/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2848
26-87.2016.4.01.4101 (f)	51201	03/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2848
1544-15.2016.4.01.4101 (f)	51201	03/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2848
863-84.2012.4.01.4101 (f)	51201	04/07/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2849
2515-05.2013.4.01.4101 (f)	51201	04/07/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2849
736-78.2014.4.01.4101 (f)	51201	05/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2849
1735-31.2014.4.01.4101 (f)	51201	05/07/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2850
5169-62.2013.4.01.4101 (f)	51201	21/07/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	ARQUIVO
* 545-62.2016.4.01.4101 (f)	51201	21/07/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2862
1465-70.2015.4.01.4101 (f)	51201	26/07/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2862
840-36.2015.4.01.4101 (f)	51201	26/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2862
830-89.2015.4.01.4101 (f)	51201	26/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2862
2292-47.2016.4.01.4101 (f)	51201	26/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2862
2293-32.2016.4.01.4101 (f)	51201	26/07/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2861
106-85.2015.4.01.4101 (f)	51201	27/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2861
3898-81.2014.4.01.4101 (f)	51201	27/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2861
2564-12.2014.4.01.4101 (f)	51201	27/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2861
389-11.2015.4.01.4101 (f)	51201	27/07/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2860
5172-17.2013.4.01.4101 (f)	51201	27/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2861
2558-68.2015.4.01.4101 (f)	51201	27/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2861
4656-60.2014.4.01.4101 (f)	51201	27/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2861
370-05.2015.4.01.4101 (f)	51201	27/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2860
1177-59.2014.4.01.4101 (f)	51201	27/07/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2860
2009.41.01.701197-6 (f)	51201	27/07/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2861
2731-92.2015.4.01.4101 (f)	51201	27/07/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2861
1422-36.2015.4.01.4101 (f)	51201	27/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2861
152-74.2015.4.01.4101 (f)	51201	27/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2869
1448-34.2015.4.01.4101 (f)	51201	27/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2870
322-80.2014.4.01.4101 (f)	51201	27/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2869

Total Geral: 630

**Relatório de Movimentações**  
**por período****Movimentacao**

5170 1 BAIXA: ARQUIVADOS

**Total por Movimentação**

630

**Total Geral:** 630

**Parâmetros usados para a consulta**

**Período**

01/01/2016                      à 31/07/2017

**Movimentações a Incluir**

123/1-BAIXA ARQUIVADOS

5170/1-BAIXA: ARQUIVADOS

**Movimentações a Excluir**

Juiz

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

Sistema Processual

JEF ADJ - 2ª JI-PARANÁ

Movimentação: 5530/3 - INICIAL: AUTUADA

Total por Subtipo: 599

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
4367-93.2015.4.01.4101 (f)	51300	27/09/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 2
4332-36.2015.4.01.4101 (f)	51201	07/07/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2526
4366-11.2015.4.01.4101 (f)	51300	28/09/2017	5380/99	JUIZ TITULAR	RPV-SP
4346-20.2015.4.01.4101 (f)	51201	13/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2592
4381-77.2015.4.01.4101 (f)	51201	22/11/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2649
4337-58.2015.4.01.4101 (f)	51201	12/08/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2547
4-29.2016.4.01.4101 (f)	51201	01/08/2017	5160/1	JUIZ TITULAR	TURMA
23-35.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5580/2	JUIZ SUBSTITUTO	PRAZO 25-31
15-58.2016.4.01.4101 (f)	51201	03/07/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2848
4388-69.2015.4.01.4101 (f)	51201	01/08/2017	5160/1	JUIZ TITULAR	TURMA
8-66.2016.4.01.4101 (f)	51201	30/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2663
21-65.2016.4.01.4101 (f)	51201	23/06/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2506
26-87.2016.4.01.4101 (f)	51201	03/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2848
* 17-28.2016.4.01.4101 (f)	51201	28/06/2017	5190/4	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA ADVOGADO
25-05.2016.4.01.4101 (f)	51201	03/05/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2797
34-64.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2624
33-79.2016.4.01.4101 (f)	51201	27/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2841
39-86.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	PRAZO 13-18
46-78.2016.4.01.4101 (f)	51201	28/03/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2735
48-48.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	JUIZADO 2
37-19.2016.4.01.4101 (f)	51201	29/05/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2810
60-62.2016.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	JUIZADO 1
62-32.2016.4.01.4101 (f)	51201	22/05/2017	5160/1	JUIZ TITULAR	TURMA
58-92.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5570/3	JUIZ TITULAR	PUBT071
59-77.2016.4.01.4101 (f)	51201	30/08/2017	5580/99	JUIZ SUBSTITUTO	PERICIA DESIG
66-69.2016.4.01.4101 (f)	51201	19/09/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	JAASIEL
79-68.2016.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5260/1	JUIZ SUBSTITUTO	MESA DECISÃO
* 91-82.2016.4.01.4101 (f)	51201	03/07/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2848
* 209-58.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/09/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	ARQUIVO
96-07.2016.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	ARQUIVO
97-89.2016.4.01.4101 (f)	51201	01/08/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2880
203-51.2016.4.01.4101 (f)	51201	05/07/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2521
* 219-05.2016.4.01.4101 (f)	51201	31/07/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	ELABORAR
* 230-34.2016.4.01.4101 (f)	51201	02/10/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	ARQUIVO
234-71.2016.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5190/4	JUIZ TITULAR	CARGA ADVOGADO
* 242-48.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5260/2	JUIZ TITULAR	MESA JEF
236-41.2016.4.01.4101 (f)	51201	07/08/2017	5760/3	JUIZ TITULAR	RPVMIGRAÇÃO
* 240-78.2016.4.01.4101 (f)	51201	05/09/2017	5160/1	JUIZ TITULAR	TURMA
235-56.2016.4.01.4101 (f)	51201	31/03/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2527
239-93.2016.4.01.4101 (f)	51201	31/08/2017	5580/99	JUIZ SUBSTITUTO	PERICIA DESIG
253-77.2016.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 1
* 250-25.2016.4.01.4101 (f)	51201	25/09/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	JUIZADO 1
* 258-02.2016.4.01.4101 (f)	51201	15/08/2017	5160/1	JUIZ TITULAR	TURMA
* 259-84.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
86-60.2016.4.01.4101 (f)	51201	15/08/2017	5160/1	JUIZ SUBSTITUTO	TURMA
* 84-90.2016.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	019
* 276-23.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/09/2017	5890/1	JUIZ TITULAR	CONTADORIA 2
267-61.2016.4.01.4101 (f)	51201	08/09/2017	5760/3	JUIZ SUBSTITUTO	RPVMIGRAÇÃO
277-08.2016.4.01.4101 (f)	51201	30/05/2017	5160/1	JUIZ SUBSTITUTO	TURMA

## SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

## Sistema Processual

## JEF ADJ - 2ª JI-PARANÁ

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
257-17.2016.4.01.4101 (f)	51201	26/07/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2533
280-60.2016.4.01.4101 (f)	51201	18/05/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2798
506-65.2016.4.01.4101 (f)	51201	30/05/2017	5160/1	JUIZ TITULAR	TURMA
* 512-72.2016.4.01.4101 (f)	51201	01/08/2017	5160/1	JUIZ TITULAR	TURMA
514-42.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
* 504-95.2016.4.01.4101 (f)	51201	24/08/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	ARQUIVO
* 535-18.2016.4.01.4101 (f)	51201	31/08/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	PRAZO 13-18
536-03.2016.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	JAASIEL
* 545-62.2016.4.01.4101 (f)	51201	21/07/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2862
559-46.2016.4.01.4101 (f)	51201	17/08/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	RPV INSS
* 564-68.2016.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2017	5190/4	JUIZ TITULAR	CARGA ADVOGADO
575-97.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 2.1
600-13.2016.4.01.4101 (f)	51201	19/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2597
* 590-66.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	JUIZADO 2
* 814-04.2016.4.01.4101 (f)	51201	31/08/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	PRAZO 13-18
579-37.2016.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	PRAZO1-6
597-58.2016.4.01.4101 (f)	51201	13/12/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2676
* 585-44.2016.4.01.4101 (f)	51201	08/08/2017	5160/1	JUIZ SUBSTITUTO	TURMA
597-58.2016.4.01.4101 (f)	51201	13/12/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2676
* 590-66.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	JUIZADO 2
579-37.2016.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	PRAZO1-6
600-13.2016.4.01.4101 (f)	51201	19/09/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2597
* 814-04.2016.4.01.4101 (f)	51201	31/08/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	PRAZO 13-18
* 819-26.2016.4.01.4101 (f)	51201	08/09/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
822-78.2016.4.01.4101 (f)	51201	01/08/2017	5160/1	JUIZ TITULAR	TURMA
820-11.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
861-75.2016.4.01.4101 (f)	51201	08/07/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2525
* 857-38.2016.4.01.4101 (f)	51201	10/10/2017	5190/4	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA ADVOGADO
836-62.2016.4.01.4101 (f)	51201	18/09/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	RPV INSS
840-02.2016.4.01.4101 (f)	51201	03/10/2017	5190/4	JUIZ TITULAR	CARGA ADVOGADO
* 859-08.2016.4.01.4101 (f)	51201	12/09/2017	5160/1	JUIZ SUBSTITUTO	TURMA
* 835-77.2016.4.01.4101 (f)	51201	08/08/2017	5160/1	JUIZ SUBSTITUTO	TURMA
832-25.2016.4.01.4101 (f)	51201	01/12/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2675
844-39.2016.4.01.4101 (f)	51201	26/05/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	MESA JUIZ TIT
854-83.2016.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5570/3	JUIZ TITULAR	DR MARCELO
848-76.2016.4.01.4101 (f)	51201	20/06/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2822
852-16.2016.4.01.4101 (f)	51201	18/07/2017	5160/1	JUIZ TITULAR	TURMA
846-09.2016.4.01.4101 (f)	51201	19/09/2017	5160/1	JUIZ TITULAR	TURMA
577-67.2016.4.01.4101 (f)	51201	01/08/2017	5160/1	JUIZ TITULAR	TURMA
875-59.2016.4.01.4101 (f)	51201	21/02/2017	5160/1	JUIZ SUBSTITUTO	TURMA
* 864-30.2016.4.01.4101 (f)	51201	26/09/2017	5260/2	JUIZ TITULAR	MESA JEF
* 513-57.2016.4.01.4101 (f)	51201	29/08/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	ARQUIVO
* 519-64.2016.4.01.4101 (f)	51201	19/09/2017	5190/4	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA ADVOGADO
* 556-91.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/08/2017	5190/18	JUIZ TITULAR	CARGA PERITO
868-67.2016.4.01.4101 (f)	51201	12/09/2017	5160/1	JUIZ TITULAR	TURMA
876-44.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
* 877-29.2016.4.01.4101 (f)	51201	29/08/2017	5190/4	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA ADVOGADO
* 887-73.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5570/3	JUIZ SUBSTITUTO	PUBT072
899-87.2016.4.01.4101 (f)	51201	28/08/2017	5760/3	JUIZ SUBSTITUTO	RPVMIGRAÇÃO

## SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

## Sistema Processual

## JEF ADJ - 2ª JI-PARANÁ

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
* 915-41.2016.4.01.4101 (f)	51201	08/08/2017	5160/1	JUIZ SUBSTITUTO	TURMA
914-56.2016.4.01.4101 (f)	51201	26/07/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	ELABORAR
924-03.2016.4.01.4101 (f)	51201	13/07/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2531
905-94.2016.4.01.4101 (f)	51201	07/07/2016	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2525
969-07.2016.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 1
872-07.2016.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	019
849-61.2016.4.01.4101 (f)	51201	10/10/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	JUIZADO 1
* 949-16.2016.4.01.4101 (f)	51201	25/07/2017	5160/1	JUIZ SUBSTITUTO	TURMA
* 975-14.2016.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	019
952-68.2016.4.01.4101 (f)	51201	08/08/2017	5160/1	JUIZ TITULAR	TURMA
960-45.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5580/99	JUIZ TITULAR	JAASIEL
* 968-22.2016.4.01.4101 (f)	51201	17/08/2017	5580/99	JUIZ TITULAR	PRAZO 25-31
* 957-90.2016.4.01.4101 (f)	51201	15/08/2017	5160/1	JUIZ SUBSTITUTO	TURMA
* 939-69.2016.4.01.4101 (f)	51201	18/07/2017	5160/1	JUIZ SUBSTITUTO	TURMA
974-29.2016.4.01.4101 (f)	51201	15/09/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	CONTADORIA 1
* 855-68.2016.4.01.4101 (f)	51201	08/08/2017	5160/1	JUIZ TITULAR	TURMA
* 1232-39.2016.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	019
992-50.2016.4.01.4101 (f)	51201	03/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2848
1234-09.2016.4.01.4101 (f)	51201	26/05/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	MESA JUIZ TIT
1222-92.2016.4.01.4101 (f)	51201	25/07/2017	5160/1	JUIZ TITULAR	TURMA
* 1253-15.2016.4.01.4101 (f)	51201	01/08/2017	5160/1	JUIZ SUBSTITUTO	TURMA
* 1277-43.2016.4.01.4101 (f)	51201	05/09/2017	5160/1	JUIZ TITULAR	TURMA
1286-05.2016.4.01.4101 (f)	51201	15/08/2017	5160/1	JUIZ TITULAR	TURMA
* 1260-07.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	JUIZADO 2
* 1289-57.2016.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5260/1	JUIZ SUBSTITUTO	MESA DECISÃO
* 1263-59.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
* 1259-22.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/09/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	ARQUIVO
1282-65.2016.4.01.4101 (f)	51201	13/09/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	ARQUIVO
1290-42.2016.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2017	5190/4	JUIZ TITULAR	CARGA ADVOGADO
1298-19.2016.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5260/1	JUIZ TITULAR	MESA DECISÃO
* 1303-41.2016.4.01.4101 (f)	51201	15/09/2017	5190/4	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA ADVOGADO
* 1305-11.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5260/2	JUIZ SUBSTITUTO	MESA JEF
* 1355-37.2016.4.01.4101 (f)	51201	05/09/2017	5160/1	JUIZ SUBSTITUTO	TURMA
* 1317-25.2016.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 1
1338-98.2016.4.01.4101 (f)	51201	29/08/2017	5580/3	JUIZ TITULAR	CONTADORIA 1
* 1297-34.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
* 1223-77.2016.4.01.4101 (f)	51201	14/09/2017	5720/4	JUIZ SUBSTITUTO	ARTENISA
* 1342-38.2016.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	019
950-98.2016.4.01.4101 (f)	51201	05/09/2017	5160/1	JUIZ TITULAR	TURMA
* 1329-39.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
* 1255-82.2016.4.01.4101 (f)	51201	02/10/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	ARQUIVO
* 1356-22.2016.4.01.4101 (f)	51201	15/08/2017	5460/1	JUIZ TITULAR	DESIG
* 1330-24.2016.4.01.4101 (f)	51201	05/09/2017	5160/1	JUIZ SUBSTITUTO	TURMA
1354-52.2016.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	019
* 1337-16.2016.4.01.4101 (f)	51201	26/09/2017	5160/1	JUIZ SUBSTITUTO	TURMA
1316-40.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5580/3	JUIZ TITULAR	PRAZO 25-31
* 933-62.2016.4.01.4101 (f)	51201	18/07/2017	5160/1	JUIZ SUBSTITUTO	TURMA
* 1306-93.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/09/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	PRAZO25-31
* 958-75.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/09/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	CONTADORIA 1

## SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

## Sistema Processual

## JEF ADJ - 2ª JI-PARANÁ

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
* 1390-94.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5260/2	JUIZ TITULAR	MESA JEF
1391-79.2016.4.01.4101 (f)	51201	29/08/2017	5580/99	JUIZ SUBSTITUTO	PRAZO 25-31
* 1393-49.2016.4.01.4101 (f)	51201	08/08/2017	5160/1	JUIZ SUBSTITUTO	TURMA
1542-45.2016.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5260/2	JUIZ TITULAR	MESA JEF
* 1591-86.2016.4.01.4101 (f)	51201	25/07/2017	5160/1	JUIZ SUBSTITUTO	TURMA
1543-30.2016.4.01.4101 (f)	51201	28/08/2017	5760/3	JUIZ SUBSTITUTO	RPVMIGRAÇÃO
1557-14.2016.4.01.4101 (f)	51201	31/03/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2748
1544-15.2016.4.01.4101 (f)	51201	03/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2848
* 1551-07.2016.4.01.4101 (f)	51201	22/09/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
* 1594-41.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/09/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	ARQUIVO
* 1595-26.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5580/3	JUIZ SUBSTITUTO	PRAZO 25-31
1622-09.2016.4.01.4101 (f)	51201	08/08/2017	5160/1	JUIZ TITULAR	TURMA
1600-48.2016.4.01.4101 (f)	51201	21/09/2017	5760/3	JUIZ TITULAR	RPVMIGRAÇÃO
1646-37.2016.4.01.4101 (f)	51201	01/08/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2879
1628-16.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5570/3	JUIZ TITULAR	INT PARTE FONE
1616-02.2016.4.01.4101 (f)	51201	21/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2652
89-15.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5190/4	JUIZ TITULAR	CARGA ADVOGADO
* 1655-96.2016.4.01.4101 (f)	51201	22/09/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
* 1673-20.2016.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	019
1674-05.2016.4.01.4101 (f)	51201	25/08/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	JUIZADO 1
1686-19.2016.4.01.4101 (f)	51201	10/10/2017	5570/3	JUIZ TITULAR	DR MARCELO
* 1653-29.2016.4.01.4101 (f)	51201	01/08/2017	5160/1	JUIZ SUBSTITUTO	TURMA
1669-80.2016.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	019
* 1664-58.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	019
* 1709-62.2016.4.01.4101 (f)	51201	10/08/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2877
* 1698-33.2016.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2017	5890/1	JUIZ TITULAR	CONTADORIA 1
* 1678-42.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5260/2	JUIZ TITULAR	MESA JEF
1700-03.2016.4.01.4101 (f)	51201	10/10/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	PRAZO 7-12
* 1676-72.2016.4.01.4101 (f)	51201	19/09/2017	5160/1	JUIZ TITULAR	TURMA
* 1683-64.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/09/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	ARQUIVO
* 1681-94.2016.4.01.4101 (f)	51201	05/09/2017	5160/1	JUIZ SUBSTITUTO	TURMA
1679-27.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5580/3	JUIZ SUBSTITUTO	PRAZO 25-31
1706-10.2016.4.01.4101 (f)	51201	21/11/2016	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2652
* 1680-12.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	PRAZO 13-18
* 1828-23.2016.4.01.4101 (f)	51201	26/09/2017	5570/3	JUIZ TITULAR	INT PARTE FONE
* 1796-18.2016.4.01.4101 (f)	51201	19/09/2017	5160/1	JUIZ TITULAR	TURMA
* 1844-74.2016.4.01.4101 (f)	51201	16/10/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
* 1843-89.2016.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	019
1863-80.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5260/2	JUIZ SUBSTITUTO	MESA JEF
* 1842-07.2016.4.01.4101 (f)	51201	08/08/2017	5160/1	JUIZ TITULAR	TURMA
* 1879-34.2016.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	019
* 1899-25.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5260/2	JUIZ SUBSTITUTO	MESA JEF
* 1896-70.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	ARQUIVO
2011-91.2016.4.01.4101 (f)	51201	25/08/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	MESA JUIZ SUB
* 2062-05.2016.4.01.4101 (f)	51201	01/08/2017	5160/1	JUIZ TITULAR	TURMA
* 2075-04.2016.4.01.4101 (f)	51201	10/10/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 2
2079-41.2016.4.01.4101 (f)	51201	21/09/2017	5580/3	JUIZ SUBSTITUTO	PRAZO 1-6
2084-63.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
* 2106-24.2016.4.01.4101 (f)	51201	19/09/2017	5160/1	JUIZ TITULAR	TURMA



## SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

## Sistema Processual

## JEF ADJ - 2ª JI-PARANÁ

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
2115-83.2016.4.01.4101 (f)	51201	10/10/2017	5570/3	JUIZ SUBSTITUTO	DR CLEBER
* 2127-97.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5190/4	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA ADVOGADO
2129-67.2016.4.01.4101 (f)	51201	28/08/2017	5760/3	JUIZ SUBSTITUTO	RPVMIGRAÇÃO
2132-22.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5260/2	JUIZ TITULAR	MESA JEF
* 2145-21.2016.4.01.4101 (f)	51201	04/08/2017	5580/3	JUIZ SUBSTITUTO	PRAZO 25-31
2263-94.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
2139-14.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5260/2	JUIZ SUBSTITUTO	MESA JEF
2312-38.2016.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	GAB JEF 2P
* 2308-98.2016.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	019
2303-76.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5580/3	JUIZ SUBSTITUTO	PRAZO 25-31
2292-47.2016.4.01.4101 (f)	51201	26/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2862
* 2302-91.2016.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	JUIZADO 1
2313-23.2016.4.01.4101 (f)	51201	10/10/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 2.1
* 2289-92.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5260/2	JUIZ SUBSTITUTO	MESA JEF
2294-17.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5580/3	JUIZ TITULAR	PRAZO 25-31
2365-19.2016.4.01.4101 (f)	51201	03/04/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2735
2354-87.2016.4.01.4101 (f)	51201	10/08/2017	5190/4	JUIZ TITULAR	CARGA ADVOGADO
2374-78.2016.4.01.4101 (f)	51201	18/08/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	MESA JUIZ TIT
2357-42.2016.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 2.1
* 2344-43.2016.4.01.4101 (f)	51201	19/09/2017	5570/3	JUIZ TITULAR	INT PARTE FONE
2391-17.2016.4.01.4101 (f)	51201	10/10/2017	5190/4	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA ADVOGADO
2355-72.2016.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	019
* 2347-95.2016.4.01.4101 (f)	51201	10/10/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 2.1
* 2386-92.2016.4.01.4101 (f)	51201	16/10/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	JUIZADO 2.1
2387-77.2016.4.01.4101 (f)	51201	16/10/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
2393-84.2016.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5470/4	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 2
2140-96.2016.4.01.4101 (f)	51201	07/07/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	MESA JUIZ TIT
1861-13.2016.4.01.4101 (f)	51201	10/10/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 1
2141-81.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/09/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	ARQUIVO
1666-28.2016.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5570/3	JUIZ TITULAR	DR MARCELO
2399-91.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5260/2	JUIZ SUBSTITUTO	MESA JEF
* 2716-89.2016.4.01.4101 (f)	51201	10/10/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	PRAZO 7-12
* 2707-30.2016.4.01.4101 (f)	51201	23/08/2017	5580/99	JUIZ SUBSTITUTO	PRAZO25-31
2715-07.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/09/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	JOSUÉ
* 2409-38.2016.4.01.4101 (f)	51201	26/09/2017	5390/1	JUIZ SUBSTITUTO	DESIG
2413-75.2016.4.01.4101 (f)	51201	14/09/2017	5720/4	JUIZ SUBSTITUTO	ARTENISA
* 2749-79.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/09/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	CONTADORIA 1
* 2735-95.2016.4.01.4101 (f)	51201	05/09/2017	5160/1	JUIZ SUBSTITUTO	TURMA
2734-13.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5260/2	JUIZ TITULAR	MESA JEF
2763-63.2016.4.01.4101 (f)	51201	10/10/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 2
2736-80.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5720/9	JUIZ TITULAR	RECURSO A
2764-48.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5580/3	JUIZ TITULAR	PRAZO 25-31
* 2766-18.2016.4.01.4101 (f)	51201	13/09/2017	5580/99	JUIZ TITULAR	PRAZO 25-31
2761-93.2016.4.01.4101 (f)	51201	05/09/2017	5160/1	JUIZ SUBSTITUTO	TURMA
2745-42.2016.4.01.4101 (f)	51201	13/10/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	SEPIP 1
2818-14.2016.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	JUIZADO 2.1
2824-21.2016.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5390/1	JUIZ TITULAR	DESIG
* 2816-44.2016.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	PRAZO13-18
* 2845-94.2016.4.01.4101 (f)	51201	02/10/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	ARQUIVO

## SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

## Sistema Processual

## JEF ADJ - 2ª JI-PARANÁ

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
* 2846-79.2016.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5460/1	JUIZ TITULAR	DESIG
2863-18.2016.4.01.4101 (f)	51201	23/06/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	MESA JUIZ SUB
* 2869-25.2016.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 1
2860-63.2016.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2017	5580/99	JUIZ TITULAR	PER. DESIGNADA
2857-11.2016.4.01.4101 (f)	51201	20/06/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2824
2879-69.2016.4.01.4101 (f)	51201	17/08/2017	5580/99	JUIZ SUBSTITUTO	ELABORAR
2875-32.2016.4.01.4101 (f)	51201	25/08/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	MESA JUIZ SUB
2877-02.2016.4.01.4101 (f)	51201	24/08/2017	5580/99	JUIZ SUBSTITUTO	ELABORAR
2910-89.2016.4.01.4101 (f)	51201	15/08/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	RPV INSS
* 2904-82.2016.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2017	5890/1	JUIZ TITULAR	CONTADORIA 1
2919-51.2016.4.01.4101 (f)	51202	05/10/2017	5580/99	JUIZ SUBSTITUTO	PRAZO 25-31
2942-94.2016.4.01.4101 (f)	51201	13/09/2017	5570/3	JUIZ TITULAR	INT PARTE FONE
* 2918-66.2016.4.01.4101 (f)	51201	16/10/2017	5570/12	JUIZ TITULAR	INTIMAR PERITO
2946-34.2016.4.01.4101 (f)	51201	04/08/2017	5580/99	JUIZ TITULAR	PRAZO 25-31
2948-04.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	SEPIP 1
* 2947-19.2016.4.01.4101 (f)	51201	02/10/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	ARQUIVO
3261-62.2016.4.01.4101 (f)	51201	03/10/2017	5580/99	JUIZ SUBSTITUTO	PRAZO 13-18
2960-18.2016.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5470/4	JUIZ TITULAR	LAUDO JUNTADO
3270-24.2016.4.01.4101 (f)	51201	12/09/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	GAB JEF 2P
2958-48.2016.4.01.4101 (f)	51201	03/07/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2848
* 3282-38.2016.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5770/1	JUIZ TITULAR	JUIZADO 3
* 3278-98.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/09/2017	5580/3	JUIZ TITULAR	PRAZO 25-31
3287-60.2016.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	019
2293-32.2016.4.01.4101 (f)	51201	26/07/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	CX - 2861
3289-30.2016.4.01.4101 (f)	51201	10/10/2017	5570/3	JUIZ SUBSTITUTO	DR CLEBER
3265-02.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5260/2	JUIZ SUBSTITUTO	MESA JEF
3291-97.2016.4.01.4101 (f)	51201	15/09/2017	5190/4	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA ADVOGADO
3294-52.2016.4.01.4101 (f)	51201	15/09/2017	5190/4	JUIZ TITULAR	CARGA ADVOGADO
3314-43.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5580/3	JUIZ TITULAR	PRAZO 25-31
3327-42.2016.4.01.4101 (f)	51201	03/10/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	CONTADORIA 1
3328-27.2016.4.01.4101 (f)	51201	21/07/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	MESA JUIZ TIT
3344-78.2016.4.01.4101 (f)	51201	10/08/2017	5570/3	JUIZ TITULAR	GERUZA
3348-18.2016.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	GAB JEF 2P
3342-11.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5260/2	JUIZ TITULAR	MESA JEF
3338-71.2016.4.01.4101 (f)	51201	12/09/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	GAB JEF 2P
3341-26.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5260/2	JUIZ SUBSTITUTO	MESA JEF
2306-31.2016.4.01.4101 (f)	51201	08/08/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2880
2269-04.2016.4.01.4101 (f)	51201	25/08/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	MESA JUIZ SUB
2305-46.2016.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	GAB JEF 2I
2356-57.2016.4.01.4101 (f)	51201	07/07/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	MESA JUIZ TIT
2728-06.2016.4.01.4101 (f)	51201	12/09/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	MESA JUIZ TIT
2851-04.2016.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	DR MARCELO
2829-43.2016.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	JUIZADO 2.1
3463-39.2016.4.01.4101 (f)	51201	25/08/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	MESA JUIZ SUB
3497-14.2016.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 2.1
3501-51.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5260/2	JUIZ SUBSTITUTO	MESA JEF
3490-22.2016.4.01.4101 (f)	51201	10/10/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	JUIZADO 2
3508-43.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5260/2	JUIZ TITULAR	MESA JEF
3488-52.2016.4.01.4101 (f)	51201	12/09/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	GAB JEF 2P

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

Sistema Processual

JEF ADJ - 2ª JI-PARANÁ

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
3512-80.2016.4.01.4101 (f)	51201	10/10/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	PRAZO 7-12
3529-19.2016.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 2
3514-50.2016.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5580/99	JUIZ TITULAR	PRAZO 19-24
3505-88.2016.4.01.4101 (f)	51201	12/09/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	MESA JUIZ SUB
3495-44.2016.4.01.4101 (f)	51201	12/09/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	MESA JUIZ SUB
3537-93.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5260/2	JUIZ SUBSTITUTO	MESA JEF
3697-21.2016.4.01.4101 (f)	51201	07/07/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	MESA JUIZ SUB
3696-36.2016.4.01.4101 (f)	51201	29/08/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	ARQUIVO
3753-54.2016.4.01.4101 (f)	51201	12/09/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	MESA JUIZ SUB
3700-73.2016.4.01.4101 (f)	51201	19/09/2017	5570/3	JUIZ TITULAR	INT PARTE FONE
3551-77.2016.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	ARQUIVO
3555-17.2016.4.01.4101 (f)	51201	12/09/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	MESA JUIZ SUB
3542-18.2016.4.01.4101 (f)	51201	12/09/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	GAB JEF 2P
3544-85.2016.4.01.4101 (f)	51201	12/09/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	MESA JUIZ TIT
3756-09.2016.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5390/1	JUIZ TITULAR	DESIG
3757-91.2016.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	GAB JEF 2I
3822-86.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5260/2	JUIZ TITULAR	MESA JEF
3800-28.2016.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	GAB JEF 2P
3815-94.2016.4.01.4101 (f)	51201	26/09/2017	5390/1	JUIZ SUBSTITUTO	DESIG
3813-27.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5260/2	JUIZ SUBSTITUTO	MESA JEF
3827-11.2016.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	GAB JEF 2I
3833-18.2016.4.01.4101 (f)	51201	11/09/2017	5580/3	JUIZ SUBSTITUTO	PRAZO 25-31
3832-33.2016.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5390/1	JUIZ TITULAR	DESIG
3836-70.2016.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	GAB JEF 2P
102-77.2017.4.01.4101 (f)	51201	12/09/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	GAB JEF 2P
108-84.2017.4.01.4101 (f)	51201	15/09/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
155-58.2017.4.01.4101 (f)	51201	19/09/2017	5580/99	JUIZ SUBSTITUTO	PRAZO 7-12
156-43.2017.4.01.4101 (f)	51201	25/09/2017	5580/3	JUIZ TITULAR	PRAZO 7-12
115-76.2017.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	GAB JEF 2I
131-30.2017.4.01.4101 (f)	51201	12/09/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	MESA JUIZ SUB
136-52.2017.4.01.4101 (f)	51201	03/10/2017	5190/4	JUIZ TITULAR	CARGA ADVOGADO
128-75.2017.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	JUIZADO 2
157-28.2017.4.01.4101 (f)	51201	12/09/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	MESA JUIZ SUB
175-49.2017.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5770/1	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 3
176-34.2017.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	GAB JEF 2P
179-86.2017.4.01.4101 (f)	51201	02/10/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	ATERMAÇÃO
161-65.2017.4.01.4101 (f)	51201	01/09/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
170-27.2017.4.01.4101 (f)	51201	25/08/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	MESA JUIZ TIT
166-87.2017.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	GAB JEF 2P
165-05.2017.4.01.4101 (f)	51201	02/10/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 2.1
163-35.2017.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5770/1	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 3
168-57.2017.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	GAB JEF 2P
214-46.2017.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	JUIZADO 2
218-83.2017.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5390/1	JUIZ SUBSTITUTO	DESIG
191-03.2017.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	GAB JEF 2I
140-89.2017.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	JUIZADO 2.1
183-26.2017.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 2.1
200-62.2017.4.01.4101 (f)	51201	20/09/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	JUIZADO 2.1
251-73.2017.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5190/4	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA ADVOGADO

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

Sistema Processual

JEF ADJ - 2ª JI-PARANÁ

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
243-96.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/10/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA PERITO
229-15.2017.4.01.4101 (f)	51201	15/09/2017	5190/4	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA ADVOGADO
206-69.2017.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	JUIZADO 2.1
154-73.2017.4.01.4101 (f)	51201	08/09/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	ARQUIVO
146-96.2017.4.01.4101 (f)	51201	03/10/2017	5190/4	JUIZ TITULAR	CARGA ADVOGADO
250-88.2017.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5190/4	JUIZ TITULAR	CARGA ADVOGADO
147-81.2017.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5260/2	JUIZ SUBSTITUTO	MESA JEF
238-74.2017.4.01.4101 (f)	51201	03/10/2017	5190/4	JUIZ TITULAR	CARGA ADVOGADO
184-11.2017.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	JUIZADO 2.1
205-84.2017.4.01.4101 (f)	51201	03/10/2017	5190/4	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA ADVOGADO
224-90.2017.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	GAB JEF 2P
145-14.2017.4.01.4101 (f)	51201	25/08/2017	5190/4	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA ADVOGADO
150-36.2017.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	JUIZADO 2.1
202-32.2017.4.01.4101 (f)	51201	03/10/2017	5190/4	JUIZ TITULAR	CARGA ADVOGADO
152-06.2017.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5580/3	JUIZ TITULAR	PRAZO 25-31
199-77.2017.4.01.4101 (f)	51201	03/10/2017	5190/4	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA ADVOGADO
201-47.2017.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5580/3	JUIZ SUBSTITUTO	PRAZO 25-31
230-97.2017.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	JUIZADO 2.1
242-14.2017.4.01.4101 (f)	51201	20/09/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	PRAZO 1-6
255-13.2017.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5390/1	JUIZ SUBSTITUTO	DESIG
3550-92.2016.4.01.4101 (f)	51201	16/10/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
307-09.2017.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	GAB JEF 2I
351-28.2017.4.01.4101 (f)	51201	02/10/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 2.1
330-52.2017.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	GAB JEF 2P
332-22.2017.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5150/1	JUIZ TITULAR	019
310-61.2017.4.01.4101 (f)	51201	15/09/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
367-79.2017.4.01.4101 (f)	51201	02/10/2017	5770/1	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 3
373-86.2017.4.01.4101 (f)	51201	15/09/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	MESA JUIZ SUB
396-32.2017.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	GAB JEF 2P
707-23.2017.4.01.4101 (f)	51201	02/10/2017	5770/1	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 3
709-90.2017.4.01.4101 (f)	51201	15/09/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
720-22.2017.4.01.4101 (f)	51201	15/09/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
715-97.2017.4.01.4101 (f)	51201	15/09/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
718-52.2017.4.01.4101 (f)	51201	31/08/2017	5190/18	JUIZ TITULAR	CARGA PERITO
856-19.2017.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	JUIZADO 2.1
826-81.2017.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	JUIZADO 2
829-36.2017.4.01.4101 (f)	51201	02/06/2017	5160/12	JUIZ SUBSTITUTO	SEPJU
763-56.2017.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	SEPIP 1
757-49.2017.4.01.4101 (f)	51201	02/10/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 2.1
765-26.2017.4.01.4101 (f)	51201	18/08/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	MESA JUIZ SUB
3500-66.2016.4.01.4101 (f)	51201	08/09/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	ELABORAR
3513-65.2016.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 2
125-23.2017.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5260/2	JUIZ TITULAR	MESA JEF
209-24.2017.4.01.4101 (f)	51201	03/10/2017	5190/4	JUIZ TITULAR	CARGA ADVOGADO
122-68.2017.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5770/1	JUIZ TITULAR	JUIZADO 3
239-59.2017.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	JUIZADO 2
220-53.2017.4.01.4101 (f)	51201	24/08/2017	5190/18	JUIZ TITULAR	CARGA PERITO
888-24.2017.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	JUIZADO 2
703-83.2017.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	GAB JEF 2I

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

Sistema Processual

JEF ADJ - 2ª JI-PARANÁ

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
222-23.2017.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	JUIZADO 2.1
368-64.2017.4.01.4101 (f)	51201	02/10/2017	5770/1	JUIZ TITULAR	JUIZADO 3
893-46.2017.4.01.4101 (f)	51201	25/07/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	AGUARDA P1
890-91.2017.4.01.4101 (f)	51201	15/09/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
892-61.2017.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	JUIZADO 2
895-16.2017.4.01.4101 (f)	51201	02/10/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 2.1
889-09.2017.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	GAB JEF 2I
363-42.2017.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	GAB JEF 2I
1214-81.2017.4.01.4101 (f)	51201	25/09/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	GABINETE
742-80.2017.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5770/1	JUIZ TITULAR	JUIZADO 3
729-81.2017.4.01.4101 (f)	51201	28/08/2017	5260/1	JUIZ SUBSTITUTO	MESA JUIZ TIT
724-59.2017.4.01.4101 (f)	51201	01/09/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
723-74.2017.4.01.4101 (f)	51201	26/09/2017	5570/3	JUIZ SUBSTITUTO	INT PARTE FONE
1285-83.2017.4.01.4101 (f)	51201	02/10/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	ARQUIVO
1284-98.2017.4.01.4101 (f)	51201	26/09/2017	5260/2	JUIZ TITULAR	MESA JEF
752-27.2017.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	GAB JEF 2P
732-36.2017.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
1248-56.2017.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	GABINETE
751-42.2017.4.01.4101 (f)	51201	01/09/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
749-72.2017.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 2.1
1282-31.2017.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5770/1	JUIZ TITULAR	JUIZADO 3
737-58.2017.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 2
746-20.2017.4.01.4101 (f)	51201	16/10/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	JUIZADO 2.1
745-35.2017.4.01.4101 (f)	51201	15/09/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
725-44.2017.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5770/1	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 3
849-27.2017.4.01.4101 (f)	51201	31/08/2017	5580/99	JUIZ SUBSTITUTO	PERICIA DESIG
850-12.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/10/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	GABINETE
853-64.2017.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
838-95.2017.4.01.4101 (f)	51201	03/10/2017	5190/4	JUIZ TITULAR	CARGA ADVOGADO
839-80.2017.4.01.4101 (f)	51201	25/09/2017	5150/1	JUIZ SUBSTITUTO	ELABORAR
845-87.2017.4.01.4101 (f)	51201	25/08/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	ELABORAR
837-13.2017.4.01.4101 (f)	51201	02/10/2017	5770/1	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 3
848-42.2017.4.01.4101 (f)	51201	26/09/2017	5390/1	JUIZ TITULAR	MARCA 1
374-71.2017.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5260/2	JUIZ TITULAR	MESA JEF
832-88.2017.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5770/1	JUIZ TITULAR	JUIZADO 3
840-65.2017.4.01.4101 (f)	51201	01/09/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
1236-42.2017.4.01.4101 (f)	51201	03/10/2017	5190/4	JUIZ TITULAR	CARGA ADVOGADO
1258-03.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/09/2017	5190/18	JUIZ TITULAR	CARGA PERITO
1259-85.2017.4.01.4101 (f)	51201	01/09/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
1230-35.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/10/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	GABINETE
1239-94.2017.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
1247-71.2017.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5470/4	JUIZ SUBSTITUTO	LAUDO JUNTADO
1263-25.2017.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2017	5190/4	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA ADVOGADO
1265-92.2017.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
1240-79.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/10/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	GABINETE
1261-55.2017.4.01.4101 (f)	51201	15/09/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
1227-80.2017.4.01.4101 (f)	51201	02/10/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 2.1
1234-72.2017.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5770/1	JUIZ TITULAR	JUIZADO 3
1235-57.2017.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

Sistema Processual

JEF ADJ - 2ª JI-PARANÁ

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
1238-12.2017.4.01.4101 (f)	51201	02/10/2017	5770/1	JUIZ TITULAR	JUIZADO 3
1341-19.2017.4.01.4101 (f)	51201	01/09/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
1343-86.2017.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5770/1	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 3
1279-76.2017.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
1296-15.2017.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	JUIZADO 2
1297-97.2017.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5580/3	JUIZ SUBSTITUTO	PRAZO 25-31
1338-64.2017.4.01.4101 (f)	51201	02/10/2017	5770/1	JUIZ TITULAR	JUIZADO 3
1272-84.2017.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5770/1	JUIZ TITULAR	JUIZADO 3
1307-44.2017.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2017	5580/99	JUIZ SUBSTITUTO	PER. DESIGNADA
1295-30.2017.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5770/1	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 3
1305-74.2017.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5770/1	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 3
1350-78.2017.4.01.4101 (f)	51201	15/09/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
1358-55.2017.4.01.4101 (f)	51201	26/09/2017	5390/1	JUIZ TITULAR	MARCA 1
1269-32.2017.4.01.4101 (f)	51201	02/10/2017	5770/1	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 3
1355-03.2017.4.01.4101 (f)	51201	15/09/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
1298-82.2017.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5470/4	JUIZ TITULAR	JAASIEL
1299-67.2017.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5770/1	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 3
1266-77.2017.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5190/4	JUIZ TITULAR	CARGA ADVOGADO
1291-90.2017.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2017	5580/99	JUIZ SUBSTITUTO	PER. DESIGNADA
1378-46.2017.4.01.4101 (f)	51201	01/09/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
1381-98.2017.4.01.4101 (f)	51201	29/08/2017	5260/1	JUIZ SUBSTITUTO	MESA JUIZ SUB
1362-92.2017.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5770/1	JUIZ TITULAR	JUIZADO 3
1383-68.2017.4.01.4101 (f)	51201	23/08/2017	5470/4	JUIZ SUBSTITUTO	ELABORAR
1388-90.2017.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5770/1	JUIZ TITULAR	JUIZADO 3
1389-75.2017.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5770/1	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 3
1386-23.2017.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5260/1	JUIZ TITULAR	MESA DECISÃO
1387-08.2017.4.01.4101 (f)	51201	06/10/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	GABINETE
1390-60.2017.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
3550-92.2016.4.01.4101 (f)	51201	16/10/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
1393-15.2017.4.01.4101 (f)	51201	16/10/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
1352-48.2017.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	GAB JEF 2P
1404-44.2017.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
730-66.2017.4.01.4101 (f)	51201	23/08/2017	5470/4	JUIZ SUBSTITUTO	ELABORAR
1400-07.2017.4.01.4101 (f)	51201	15/09/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
1414-88.2017.4.01.4101 (f)	51201	02/10/2017	5770/1	JUIZ TITULAR	JUIZADO 3
1402-74.2017.4.01.4101 (f)	51201	10/10/2017	5570/3	JUIZ TITULAR	ATERMAÇÃO
1401-89.2017.4.01.4101 (f)	51201	03/10/2017	5190/4	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA ADVOGADO
1447-78.2017.4.01.4101 (f)	51201	02/10/2017	5770/1	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 3
1442-56.2017.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5260/1	JUIZ TITULAR	MESA DECISÃO
1430-42.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/10/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	GABINETE
1423-50.2017.4.01.4101 (f)	51201	04/08/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	MESA JUIZ SUB
1462-47.2017.4.01.4101 (f)	51201	16/10/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
1440-86.2017.4.01.4101 (f)	51201	15/09/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
1449-48.2017.4.01.4101 (f)	51201	03/10/2017	5190/4	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA ADVOGADO
1450-33.2017.4.01.4101 (f)	51201	01/09/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
1419-13.2017.4.01.4101 (f)	51201	25/08/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	MESA JUIZ SUB
1470-24.2017.4.01.4101 (f)	51201	15/09/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
1469-39.2017.4.01.4101 (f)	51201	10/10/2017	5770/1	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 3
1914-57.2017.4.01.4101 (f)	51201	10/10/2017	5570/3	JUIZ TITULAR	ATERMAÇÃO

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

Sistema Processual

JEF ADJ - 2ª JI-PARANÁ

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
1925-86.2017.4.01.4101 (f)	51201	05/10/2017	5770/1	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 3
1336-94.2017.4.01.4101 (f)	51201	10/10/2017	5770/1	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 3
1301-37.2017.4.01.4101 (f)	51201	01/09/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
1455-55.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/10/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA PERITO
1237-27.2017.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 2
1293-60.2017.4.01.4101 (f)	51201	03/10/2017	5190/4	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA ADVOGADO
897-83.2017.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5770/1	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 3
1290-08.2017.4.01.4101 (f)	51201	08/09/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	ARQUIVO
1407-96.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/09/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA PERITO
1938-85.2017.4.01.4101 (f)	51201	10/10/2017	5770/1	JUIZ TITULAR	JUIZADO 3
1421-80.2017.4.01.4101 (f)	51201	04/08/2017	5260/3	JUIZ SUBSTITUTO	MESA JUIZ SUB
1916-27.2017.4.01.4101 (f)	51201	09/08/2017	5170/1	JUIZ TITULAR	CX - 2880
1907-65.2017.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5470/4	JUIZ SUBSTITUTO	JAASIEL
1904-13.2017.4.01.4101 (f)	51201	07/07/2017	5260/3	JUIZ TITULAR	MESA JUIZ TIT
1932-78.2017.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	JUIZADO 2
1931-93.2017.4.01.4101 (f)	51201	24/07/2017	5170/7	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 1
1979-52.2017.4.01.4101 (f)	51201	16/10/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
1975-15.2017.4.01.4101 (f)	51201	16/10/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
1245-04.2017.4.01.4101 (f)	51201	24/08/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA PERITO
1961-31.2017.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5470/4	JUIZ SUBSTITUTO	JAASIEL
1958-76.2017.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5470/4	JUIZ TITULAR	JAASIEL
1267-62.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/09/2017	5170/1	JUIZ SUBSTITUTO	ARQUIVO
1949-17.2017.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5470/4	JUIZ SUBSTITUTO	LAUDO JUNTADO
1992-51.2017.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5470/4	JUIZ TITULAR	LAUDO JUNTADO
1972-60.2017.4.01.4101 (f)	51201	26/09/2017	5470/4	JUIZ TITULAR	LAUDO JUNTADO
1948-32.2017.4.01.4101 (f)	51201	26/09/2017	5390/1	JUIZ TITULAR	MARCA 1
1963-98.2017.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5470/4	JUIZ SUBSTITUTO	LAUDO JUNTADO
1957-91.2017.4.01.4101 (f)	51201	16/10/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
1952-69.2017.4.01.4101 (f)	51201	31/08/2017	5190/18	JUIZ TITULAR	CARGA PERITO
1942-25.2017.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5470/4	JUIZ TITULAR	LAUDO JUNTADO
2008-05.2017.4.01.4101 (f)	51201	16/10/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
2057-46.2017.4.01.4101 (f)	51201	31/08/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA PERITO
2067-90.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/10/2017	5260/2	JUIZ SUBSTITUTO	MESA JEF
2035-85.2017.4.01.4101 (f)	51201	16/10/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
2011-57.2017.4.01.4101 (f)	51201	16/10/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
2009-87.2017.4.01.4101 (f)	51201	16/10/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
2073-97.2017.4.01.4101 (f)	51201	16/10/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 2.1
2006-35.2017.4.01.4101 (f)	51201	16/10/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
2004-65.2017.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5470/4	JUIZ TITULAR	LAUDO JUNTADO
2059-16.2017.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5470/4	JUIZ SUBSTITUTO	JAASIEL
2005-50.2017.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5580/3	JUIZ SUBSTITUTO	PRAZO 25-31
1996-88.2017.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5470/4	JUIZ TITULAR	JAASIEL
1998-58.2017.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5580/3	JUIZ TITULAR	PRAZO 25-31
2018-49.2017.4.01.4101 (f)	51201	16/10/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
2076-52.2017.4.01.4101 (f)	51201	16/10/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
2034-03.2017.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5470/4	JUIZ TITULAR	JAASIEL
2015-94.2017.4.01.4101 (f)	51201	31/08/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA PERITO
2029-78.2017.4.01.4101 (f)	51201	31/08/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA PERITO
2045-32.2017.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5260/2	JUIZ SUBSTITUTO	MESA JEF

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE JI-PARANÁ

Sistema Processual

JEF ADJ - 2ª JI-PARANÁ

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
2016-79.2017.4.01.4101 (f)	51201	24/08/2017	5190/18	JUIZ TITULAR	CARGA PERITO
2051-39.2017.4.01.4101 (f)	51201	31/08/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA PERITO
2089-51.2017.4.01.4101 (f)	51201	01/09/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
2082-59.2017.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	JUIZADO 2.1
2074-82.2017.4.01.4101 (f)	51201	11/09/2017	5660/2	JUIZ TITULAR	JOSUÉ
2083-44.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/10/2017	5260/2	JUIZ SUBSTITUTO	MESA JEF
2069-60.2017.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5470/4	JUIZ SUBSTITUTO	LAUDO JUNTADO
2090-36.2017.4.01.4101 (f)	51201	16/10/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
2097-28.2017.4.01.4101 (f)	51201	16/10/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
2098-13.2017.4.01.4101 (f)	51201	16/10/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
2407-34.2017.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5260/2	JUIZ SUBSTITUTO	MESA JEF
2408-19.2017.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5470/4	JUIZ TITULAR	LAUDO JUNTADO
2402-12.2017.4.01.4101 (f)	51201	27/09/2017	5470/4	JUIZ TITULAR	LAUDO JUNTADO
2421-18.2017.4.01.4101 (f)	51201	15/09/2017	5190/14	JUIZ SUBSTITUTO	INSS
2411-71.2017.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5470/4	JUIZ SUBSTITUTO	JAASIEL
2434-17.2017.4.01.4101 (f)	51201	10/10/2017	5770/1	JUIZ TITULAR	JUIZADO 3
2414-26.2017.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5470/4	JUIZ TITULAR	LAUDO JUNTADO
2437-69.2017.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5260/2	JUIZ SUBSTITUTO	MESA JEF
2438-54.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/09/2017	5190/18	JUIZ TITULAR	CARGA PERITO
2424-70.2017.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5470/4	JUIZ TITULAR	LAUDO JUNTADO
2419-48.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/10/2017	5190/18	JUIZ TITULAR	CARGA PERITO
2429-92.2017.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5470/4	JUIZ SUBSTITUTO	LAUDO JUNTADO
2457-60.2017.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5470/4	JUIZ SUBSTITUTO	LAUDO JUNTADO
2468-89.2017.4.01.4101 (f)	51201	10/10/2017	5770/1	JUIZ TITULAR	JUIZADO 3
2478-36.2017.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5260/2	JUIZ TITULAR	MESA JEF
2471-44.2017.4.01.4101 (f)	51201	22/09/2017	5390/1	JUIZ SUBSTITUTO	GERUZA
2480-06.2017.4.01.4101 (f)	51201	16/10/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
2490-50.2017.4.01.4101 (f)	51201	16/10/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
2491-35.2017.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5470/4	JUIZ SUBSTITUTO	LAUDO JUNTADO
2492-20.2017.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5660/2	JUIZ SUBSTITUTO	JUIZADO 2.1
2497-42.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/09/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA PERITO
2511-26.2017.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5470/4	JUIZ SUBSTITUTO	LAUDO JUNTADO
2502-64.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/10/2017	5190/18	JUIZ TITULAR	CARGA PERITO
2510-41.2017.4.01.4101 (f)	51201	16/10/2017	5190/14	JUIZ TITULAR	INSS
2512-11.2017.4.01.4101 (f)	51201	28/09/2017	5470/4	JUIZ TITULAR	JAASIEL
2496-57.2017.4.01.4101 (f)	51201	15/08/2017	5600/1	JUIZ TITULAR	GERUZA
2017-64.2017.4.01.4101 (f)	51201	15/08/2017	5600/1	JUIZ TITULAR	GERUZA
2417-78.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/10/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA PERITO
2439-39.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/09/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA PERITO
2023-71.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/09/2017	5190/18	JUIZ TITULAR	CARGA PERITO
2084-29.2017.4.01.4101 (f)	51201	10/10/2017	5260/1	JUIZ TITULAR	MESA DECISÃO
2529-47.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/09/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA PERITO
2530-32.2017.4.01.4101 (f)	51201	31/08/2017	5580/99	JUIZ TITULAR	PERICIA DESIG
2528-62.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/09/2017	5190/18	JUIZ TITULAR	CARGA PERITO
2520-85.2017.4.01.4101 (f)	51201	15/08/2017	5600/1	JUIZ TITULAR	GERUZA
2523-40.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/09/2017	5190/18	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA PERITO
2538-09.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/09/2017	5190/18	JUIZ TITULAR	CARGA PERITO
2536-39.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/09/2017	5190/18	JUIZ TITULAR	CARGA PERITO
2555-45.2017.4.01.4101 (f)	51201	15/08/2017	5600/1	JUIZ SUBSTITUTO	GERUZA



**Relatório de Movimentações**  
**por período**

Processo	Classe	Última Movimentação		Juiz	Localização Atual
2544-16.2017.4.01.4101 (f)	51201	09/10/2017	5260/2	JUIZ TITULAR	MESA JEF
2546-83.2017.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5580/2	JUIZ TITULAR	PERICIA DESIG
2560-67.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/09/2017	5190/18	JUIZ TITULAR	CARGA PERITO
2575-36.2017.4.01.4101 (f)	51201	18/08/2017	5580/1	JUIZ SUBSTITUTO	ELABORAR
2582-28.2017.4.01.4101 (f)	51201	13/09/2017	5190/18	JUIZ TITULAR	CARGA PERITO
2579-73.2017.4.01.4101 (f)	51201	11/09/2017	5580/2	JUIZ SUBSTITUTO	CARGA PERITO
2600-49.2017.4.01.4101 (f)	51201	11/10/2017	5580/2	JUIZ TITULAR	PERICIA DESIG
2598-79.2017.4.01.4101 (f)	51201	10/10/2017	5260/1	JUIZ TITULAR	MESA DECISÃO
2590-05.2017.4.01.4101 (f)	51201	29/09/2017	5580/99	JUIZ TITULAR	PER. DESIGNADA
2904-48.2017.4.01.4101 (f)	51201	04/10/2017	5190/4	JUIZ TITULAR	CARGA ADVOGADO
2905-33.2017.4.01.4101 (f)	51201	31/08/2017	5260/1	JUIZ SUBSTITUTO	MESA DECISÃO
<b>Total Geral: 599</b>					

**Relatório de Movimentações**  
**por período****Movimentacao**

5530    3    INICIAL: AUTUADA

**Total por Movimentação**

599

**Total Geral:** 599

**Parâmetros usados para a consulta**

Período  
01/01/2016                      à 31/07/2017

Movimentações a Incluir  
5530/3-INICIAL: AUTUADA

Movimentações a Excluir  
Juiz



## ESTATÍSTICA PROCESSUAL

Período: 01/2017 à 11/2017

### PROCESSUAL:PJE 1G

Vara	Especialização	Situação do Período							Situação Final do Período				Quantidade Juizes Final do Período	
		Tram. Inicial	Processos Distribuídos	Processos Julgados*	Despacho Exarado	Decisão Proferida	Audiência Realizada	Atos em Audiência (Pessoas Ouvidas)	Processos Concluídos			Tram. Final	Titular	Substituto
									Despacho	Decisão	Sentença			
1ª - PORTO VELHO	CÍV/EF	12.752	1.595	841	5.495	1.349	43	66	200	129	119	12.830	1	1
2ª - PORTO VELHO	CÍV/EF	12.032	1.535	1.264	3.983	3.856	33	45	185	471	173	12.053	1	1
3ª - PORTO VELHO	CRIM	2.604	1.373	639	1.361	1.928	199	599	10	83	96	2.584	1	1
5ª - PORTO VELHO	AMB	6.545	1.900	471	3.048	896	91	318	176	164	191	6.615	1	1
JEF CR ADJ - 3ª PORTO VELHO	JEF CR	103	40	31	60	82	19	15	0	2	3	103		
JEF CR AMB ADJ - 5ª PORTO VELHO	JEF AMB	29	7	5	31	26	1	2	2	0	0	29		
4ª Vara JEF - PORTO VELHO	JEF	14	0	1	58	6	0	0	0	0	0	14	1	0
1ª TR - RELATOR 1 - PORTO VELHO	TR	454	184	342	21	98	0	0	1	7	75	442	1	0
1ª TR - RELATOR 2 - PORTO VELHO	TR	417	201	262	36	60	0	0	0	3	27	390	1	0
1ª TR - RELATOR 3 - PORTO VELHO	TR	457	191	229	8	78	0	0	0	3	19	433	1	0
1ª JI-PARANÁ	SSJ	4.135	1.356	506	2.181	2.436	106	274	25	122	154	4.242	1	1
2ª JI-PARANÁ	SSJ	4.729	1.372	609	1.520	2.098	81	212	53	381	310	4.734	1	0
JEF ADJ - 1ª JI-PARANÁ	JEF - SSJ	3.324	906	734	1.067	457	121	311	13	48	194	3.391		
JEF ADJ - 2ª JI-PARANÁ	JEF - SSJ	2.982	983	822	1.879	968	115	267	27	42	220	3.026		
1ª GUAJARÁ-MIRIM	SSJ	2.986	946	359	1.718	1.408	252	839	14	98	109	3.020	0	2
JEF ADJ - GUAJARÁ-MIRIM	JEF - SSJ	1.011	386	452	895	299	52	240	2	25	96	985		
1ª VILHENA	SSJ	4.652	1.367	1.036	1.633	2.253	166	408	43	278	97	4.752	1	0
JEF ADJ - VILHENA	JEF - SSJ	3.563	1.036	639	2.088	861	94	91	19	150	285	3.638		
Total		62.789	15.378	9.242	27.082	19.688	1.373	3.687	770	2.006	2.168	63.281	11	7

\* Sentenças + Decisões Finais + Acórdãos (TR) + Decisão Final Monocrática (TR)